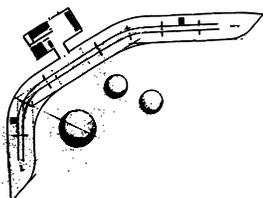


RELATÓRIO DE GESTÃO

2007





RELATÓRIO DE GESTÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
2007

Brasília
2008

© Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral
SAS – Praça dos Tribunais Superiores, Bloco C
70096-900 – Brasília/DF
<http://www.tse.gov.br>

Organização: Assessoria de Pesquisa e Estatística

Editoração e revisão: Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Relatório de gestão : Tribunal Superior Eleitoral – 2008. –
Brasília : TSE/SGI, 2008.
242 p.

1. Relatório de gestão – Tribunal Superior Eleitoral – Brasil. I.
Título.

CDD 341.28091

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE
Ministro Marco Aurélio

VICE-PRESIDENTE
Ministro Cezar Peluso

CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL
Ministro José Delgado

Ministro Carlos Ayres Britto
Ministro Ari Pargendler
Ministro Caputo Bastos
Ministro Gerardo Grossi

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL
Dr. Antonio Fernando Souza

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETÁRIA-GERAL
Guiomar Feitosa de Albuquerque Lima

ASSESSORIAS

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
Cláudia Gontijo Corrêa Cahú

ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR
Jorge Luis Lopes Manzur

ASSESSORIA DE CERIMONIAL
E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Simone Alves Albernaz

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Renato Parente

CORREGEDORIA-GERAL ELEITORAL
Sérgio Dias Cardoso – Secretário

SECRETARIA DO TSE

DIRETOR-GERAL
Athayde Fontoura Filho

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Jorge Marley de Andrade

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO
E AUDITORIA
Maurício Antônio do Amaral Carvalho

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE
Jucemara Castro Velloso

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Carlos Elteto de Oliveira

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Kátia Pereira Bessa

SECRETÁRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Wadson Silva Faria

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Giuseppe Dutra Janino

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL (EJE)

DIRETOR
Ministro José Delgado

ASSESSORA
Marina Fernandes e Silva

S u m á r i o

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

PLANEJAMENTO – ELEIÇÕES 2008

ELEIÇÕES 2008 – INOVAÇÕES

Mudanças na tecnologia	15
A urna eletrônica 2008	16
A UE 2008 utilizará sistema operacional Linux	17
Identificação biométrica do eleitor	18
Diagnóstico	20
Novo modelo de folha de votação	21
Inscrição de comitês financeiros e candidatos no CNPJ	22
Contas eleitorais no SPCE	23
Contratações e aquisições	23
A gestão da informação	25
Gerenciamento da documentação	25
Legislação eleitoral	26
Código Eleitoral Anotado	27

PROJETOS EM DESTAQUE

Nova sede do TSE	31
Nova Intranet e Internet & Portal da Justiça Eleitoral	33
Projeto do Centro Cultural da Justiça Eleitoral	35
A inauguração do CCJE	36
Mídia e divulgação	37
Concurso de logomarca da Justiça Eleitoral	39
Novo Regimento Interno do Tribunal	41
Processo judiciário eletrônico	43
Sistema de Gerenciamento de Imóveis (Gerim)	45

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA	49
ASSESSORIA ESPECIAL	51
Atividades e projetos implementados em 2007	51
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ...	52
ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	55
Atividades e projetos implementados em 2007	57
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ...	65
ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR	67
Atividades e projetos implementados em 2007	68

ASSESSORIA DE CERIMONIAL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS	75
Atividades e projetos implementados em 2007	76
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ..	80

SECRETARIA DO TRIBUNAL

GABINETE DO DIRETOR-GERAL	85
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ...	85
ASSESSORIA JURÍDICA	87
Atividades e projetos implementados em 2007	88
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ...	88
ASSESSORIA DE PESQUISA E ESTATÍSTICA	91
Atividades e projetos implementados em 2007	91
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ..	92
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO	93
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 ..	93
Planejamento estratégico da Justiça Eleitoral.....	94
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA	97
Atividades e projetos implementados em 2007	97
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	103
NÚCLEO DA QUALIDADE	105
Gestão da Qualidade	105
Atividades e projetos implementados em 2007	106
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008	107

GESTÃO DAS SECRETARIAS

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	111
Atividades e projetos implementados em 2007	112
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	121
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	123
Atividades e projetos implementados em 2007	124
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008	130
SECRETARIA JUDICIÁRIA	135
Atividades e projetos implementados em 2007	136
Planejamento Estratégico da Secretaria	140
Outros projetos	141
Estatísticas processuais	146

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	151
Atividades e projetos implementados em 2007	152
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	160
Outras atividades	162
Informações referentes a prestação de contas eleitorais e partidárias	163
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	165
Atividades e projetos implementados em 2007	167
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	171
SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	173
Atividades e projetos implementados em 2007	174
Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão da Informação .	179
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	180
Informações adicionais.....	182
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	185
A questão orçamentária	185
CORREGEDORIA-GERAL	209
Atividades e projetos implementados em 2007	209
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	219
Principais estatísticas processuais	225
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	229
Atividades e projetos implementados em 2007	229
Atividades e projetos com previsão de implementação em 2008 .	231
Parcerias e convênios	232
ANEXOS	235
Cadastro Nacional de Eleitores	235

APRESENTAÇÃO

ESTE RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTA OS PRINCIPAIS PROJETOS do Tribunal Superior Eleitoral iniciados em 2007 e com reflexos para o ano de 2008, além das atividades e projetos previstos para o ano em curso.

Mesmo com a proximidade do pleito municipal de outubro, decidiu o TSE dar início em 2007 a alguns projetos importantes e necessários à melhoria dos serviços da instituição e à consolidação da imagem pública do Tribunal como entidade empreendedora e compromissada com a inovação e a renovação.

Entre esses projetos, destacam-se o da *identificação biométrica do eleitor*, que possibilitará considerável avanço no aperfeiçoamento dos procedimentos de segurança do processo eleitoral, e a *criação do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE)*, iniciada em julho de 2007 com o lançamento do projeto de restauração da antiga sede do TSE no centro do Rio de Janeiro, cujo prédio secular servirá de sede ao CCJE.

Haverá ainda a implementação do novo *site* do Tribunal na Internet – que contará com versão internacional em três idiomas (inglês, espanhol e italiano) e funcionará como embrião do futuro Portal da Justiça Eleitoral, já em construção.

Outra novidade, cujos primeiros passos foram dados no ano de 2007, será a adoção de uma *logomarca* e de uma *identidade visual* para a Justiça Eleitoral, a partir da realização de concurso público em que será escolhida, em abril deste ano, a marca de

identificação da Justiça Eleitoral em publicações, materiais de divulgação e fachadas de prédios, entre outros.

Cabe ressaltar ainda a realização da concorrência pública que selecionou a empresa que, em abril de 2007, deu início à construção da nova sede do Tribunal, a partir de projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, com área total de 115 mil metros quadrados.

Destaquem-se ainda, entre as principais mudanças relacionadas ao pleito, a centralização, nos regionais, do banco de candidaturas e totalização cujos procedimentos passarão a ocorrer em equipamentos mais seguros e com maior economia. A centralização também facilitará a logística de recepção e transferência de dados pela Internet.

Haverá ainda mudança da plataforma de desenvolvimento para o ambiente Java (a fim de que o TSE alcance maior autonomia tecnológica) e a migração dos atuais sistemas operacionais das urnas eletrônicas para o Linux, um sistema de código aberto que permitirá melhor desempenho às UEs, sobretudo quanto à padronização, estabilidade, segurança e confiabilidade. A divulgação do resultado da totalização será feita a partir do próprio Centro de Processamento de Dados (CPD) do TSE.

Finalmente, mencione-se o trabalho inovador da área de imprensa e comunicação do Tribunal, que, no ano passado, possibilitou ao TSE receber duas premiações na quinta edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, nas categorias Reportagem de TV e Vídeo Institucional.

**PLANEJAMENTO
DAS ELEIÇÕES
2008**

ELEIÇÕES 2008

INOVAÇÕES

MUDANÇAS NA TECNOLOGIA

NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, as principais mudanças propostas para as Eleições 2008 são a centralização do banco de candidaturas e totalização e a mudança da plataforma de desenvolvimento para o ambiente Java, o que dará mais autonomia tecnológica à Justiça Eleitoral, além da migração do sistema operacional das urnas eletrônicas para Linux.

Quanto à centralização dos bancos de dados de totalização, cabe a seguinte consideração: as eleições municipais de 2004 foram totalizadas em bancos de dados instalados nos microcomputadores existentes nas zonas eleitorais; a proposta para as Eleições 2008 é a de centralizar os bancos de dados de totalização nos regionais, em equipamentos mais seguros que os atuais microcomputadores, utilizando-se de um menor número de licenças de bancos de dados, a fim de permitir maior economia financeira, segurança e disponibilidade de informações.

A migração dos sistemas operacionais das urnas eletrônicas para o Linux trará benefícios principalmente quanto à padronização, estabilidade, segurança e confiabilidade de todas as aplicações, além de atribuir maior transparência aos procedimentos que envolvem o Linux, um sistema operacional de código aberto.

A divulgação de resultados de totalização será feita a partir do próprio Centro de Processamento de Dados do TSE. No ano de 2006, nas eleições gerais, o TSE contratou um *datacenter* para prover a divulgação de dados da totalização do pleito presidencial. Apesar de a medida ter se revelado eficaz, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) avaliou que o investimento em tecnologias que possibilitassem a melhoria dos equipamentos e da infra-estrutura utilizada para a comunicação de dados resultaria em ganhos duradouros para a instituição, daí a busca de autonomia nessa área. A infra-estrutura a ser utilizada para a divulgação de resultados também servirá para hospedar os serviços de Intranet e Internet do TSE com maior efetividade.

A divulgação centralizada nos regionais facilitará a logística de recepção e transferência de dados para a Internet, e as novas tecnologias permitirão a disponibilização dos boletins de urna (BUs) na Internet e a recepção das prestações de contas via *web*.



A URNA ELETRÔNICA 2008

A URNA ELETRÔNICA (UE) BRASILEIRA é um microcomputador desenvolvido em vários modelos, a cada eleição. Os modelos 1998 e 2000, que somam mais de 250 mil urnas, funcionam com o sistema operacional VirtuOS. Os modelos 2002, 2004 e 2006, que somam um pouco menos de 150 mil urnas, utilizam as versões 4.0 e 4.2 do sistema operacional Windows CE.

A UE 2008 UTILIZARÁ SISTEMA OPERACIONAL LINUX

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral decidiu sugerir, no ano de 2007, a adoção de um sistema baseado em *software* livre para a urna eletrônica, uma vez que as UEs utilizavam *software* proprietário como sistema operacional. A decisão considerava também a necessidade de aumentar a segurança do sistema, que seria então facilitada pela possibilidade de configuração de um sistema operacional livre.

Disso decorreu que, a partir das Eleições 2008, todos os modelos de urnas eletrônicas passarão a adotar o sistema operacional Linux. A substituição de tecnologia visa à utilização de um sistema de código aberto nas urnas e à padronização do sistema operacional nelas utilizado.

Antes da padronização, o desenvolvimento e a manutenção dos *softwares* das UEs eram bem mais complexos. A escolha do sistema operacional de cada modelo de UE ficava a cargo da empresa contratada para desenvolver o equipamento e em cada vez que um novo modelo era escolhido, o processo de desenvolvimento e manutenção se tornava mais complexo.

Outras vantagens da utilização do novo sistema operacional são a transparência e o baixo custo. O fato de o Linux consistir em um sistema de código aberto favorece a auditoria das urnas; o custo, por sua vez, será reduzido significativamente: o TSE não terá gastos com licenças de programas e também já possui, em seu quadro de pessoal, funcionários capacitados ao desenvolvimento de soluções na nova plataforma.

Outra novidade nas novas urnas será a utilização da identificação biométrica do eleitor, nos municípios de Fátima do Sul, no Mato Grosso do Sul; Colorado do Oeste, em Rondônia; e São João Batista, em Santa Catarina. Esse projeto-piloto tem o objetivo de validar a solução de reconhecimento biométrico nesses estados,

que dispõem de urnas eletrônicas modelo 2006, nas quais já está disponível o dispositivo de biometria.

A Justiça Eleitoral coletará os dados biométricos dos eleitores desses três municípios no mês de março de 2008 e os utilizará para habilitar o eleitorado local para as eleições de outubro.

Além da novidade da biometria, a UE 2008 terá saída para dispositivo de memória do tipo *pen drive*, a fim de possibilitar a futura substituição dos atuais disquetes por memórias eletrônicas. Esse dispositivo será específico para a UE e manterá todas as características de segurança que o equipamento requer.

Serão adquiridas 50 mil novas urnas eletrônicas em 2008 para suprir o crescimento do eleitorado e iniciar a substituição dos equipamentos mais problemáticos.

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL utilizará experimentalmente nas eleições municipais de 2008 a urna eletrônica com leitor biométrico. O sistema, que faz a leitura da impressão digital do eleitor, será adotado em três municípios – Colorado do Oeste (RO), Fátima do Sul (MS) e São João Batista (SC). Cada um desses municípios receberá 20 equipamentos para cadastrar os eleitores por leitura biométrica e fotografia digitalizada. Há previsão de que, em dez anos, todos os estados do país possuam urnas com leitores biométricos.

O objetivo do cadastramento biométrico é excluir definitivamente a possibilidade de uma pessoa votar no lugar de outra, já que a lei não exige a apresentação de documento

com foto no momento da votação, o que em tese facilitaria a um cidadão apresentar-se na seção eleitoral com documento falso ou de outra pessoa.

Além do *software* de biometria, o sistema biométrico é composto por uma máquina fotográfica digital, um *laptop* e um *scanner*, equipamentos que permitirão o registro das digitais dos dedos das mãos do eleitor.

O uso da biometria no processo eleitoral permitirá assim que, no momento da votação, o eleitor seja identificado por sua impressão digital e fotografia (tem-se a intenção de que esta seja reproduzida na folha de votação).

Em 2006, foram adquiridas 25 mil urnas com o sistema de leitura biométrica original de fábrica. As demais urnas que não possuem o *software* de biometria necessitarão ter o leitor biométrico acoplado e o *software* instalado, para que possam permitir no futuro a identificação biométrica dos eleitores.

Na seleção dos municípios-piloto, foram considerados os seguintes requisitos:

- o município já deveria dispor de urnas eletrônicas modelo 2006 (nas quais está incorporado o dispositivo de leitura biométrica);
- a coleta dos dados biométricos teria de ocorrer durante a revisão do eleitorado;
- o município deveria ser sede de zona eleitoral;
- seria selecionado um município por estado, em diferentes regiões do país, considerando-se a variedade geográfica e social, a melhor infra-estrutura do local (tanto de tecnologia de informação quanto física) e um maior número de eleitores a serem cadastrados (aproximadamente 15 mil).

DIAGNÓSTICO

Para proceder à revisão do eleitorado, foi realizado pelo TSE diagnóstico que levou em consideração as condições de infra-estrutura das cidades, as vias de acesso, a localização e a situação do cartório eleitoral e das seções eleitorais, bem como o espaço físico destinado à instalação das urnas e sua acessibilidade ao eleitor, além do perfil do eleitorado.

Quanto à infra-estrutura do município, foram observados: condições de hospedagem, sistema de telefonia, alimentação e valores básicos do comércio local, além da existência de rede bancária, postos de saúde ou hospitais, postos policiais e *lan house*.

Também foi avaliada a possibilidade de utilização de meios alternativos de comunicação e propaganda para veiculação de peças publicitárias em carros de som e nas rádios locais, de distribuição de panfletos em escolas da zona rural (na intenção de que as crianças sejam estimuladas a levar os folhetos aos pais) e em locais de grande circulação na zona urbana (hospitais, postos do INSS, postos de saúde, supermercados, etc.), além da verificação de viabilidade de afixação de faixas.

Foram sugeridos no diagnóstico os locais mais adequados à centralização dos trabalhos da revisão, uma vez que em nenhum dos cartórios eleitorais há condições (físicas e/ou urbanas) de recebimento dos *kits* de leitura biométrica e de atendimento do eleitorado. Em Fátima do Sul (MS), foi indicado o Centro de Convivência do Idoso; em Colorado do Oeste (RO), o ginásio de esportes localizado em frente ao cartório; e em São João Batista (SC), o centro de convenções.

O diagnóstico é rico em material fotográfico, o que tornou desnecessário o deslocamento de técnicos do TSE para

conhecer a infra-estrutura dos locais indicados e trouxe economia de recursos.

NOVO MODELO DE FOLHA DE VOTAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL			2º TURNO		1º TURNO	
Eleições 2008			COMPONENTE DE VOTAÇÃO		COMPONENTE DE VOTAÇÃO	
Folhas de Votação						
1º Turno - 05/10/2008			2º Turno - 26/10/2008		1º Turno - 05/10/2008	
UNIDADE DA FEDERAÇÃO PIAUI			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI Folhas de Votação - Eleições 2008		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI Folhas de Votação - Eleições 2008	
MUNICÍPIO 11053 - JERUMENHA			11053 - JERUMENHA		11053 - JERUMENHA	
ZONA LOCAL SEÇÃO			025 1015 0001		025 1015 0001	
Atenção			017 12/04/1981 0319 1219 1520		017 12/04/1981 0319 1219 1520	
1. O eleitor deverá assinar dentro do caderno de folhas de votação o nome do eleitor.			018 24/04/1968 0363 2835 1307		018 24/04/1968 0363 2835 1307	
2. O nome dos eleitores está em ordem alfabética. Para facilitar sua localização, os eleitores estão em ordem alfabética por nome de sobrenome e em seguida, em ordem alfabética pelo nome do primeiro nome de cada eleitor.			019 28/01/1990 0366 7687 1307		019 28/01/1990 0366 7687 1307	
3. O eleitor não deve deixar para a hora de votar assinar o nome no caderno de votação e assinar o nome e a data de votação e o nome do eleitor, em um único documento, para facilitar a localização.			020 12/01/1987 0352 7100 1503		020 12/01/1987 0352 7100 1503	
4. Os eleitores assinados em qualquer dia, mês, hora, local, seção, serão considerados em qualquer dia, mês, hora, local, seção.			021 26/05/1978 0241 3187 1536		021 26/05/1978 0241 3187 1536	
Art. 309 do Código Eleitoral - "Votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem: Pena - reclusão até três anos"			022 19/11/1960 0038 8055 1546		022 19/11/1960 0038 8055 1546	
GRUPO DO CANDIDATO			023 05/04/1968 0345 3007 1303		023 05/04/1968 0345 3007 1303	
Sequência Inicial: 0001			Sequência Inicial: 0563 2905 1538		Sequência Inicial: 0563 2905 1538	
Eleitor Inicial: ADALTON ALVES DE ARAUJO			Eleitor Inicial: FRANCISCA MARIA FERREIRA DA SILVA		Eleitor Inicial: FRANCISCA MARIA FERREIRA DA SILVA	
Sequência Final: 0076			Sequência Final: 0049 5356 1589		Sequência Final: 0049 5356 1589	
Eleitor Final: ZULMIRA MARIA DE SOUSA			Eleitor Final: FRANCISCO ROMANO DE SOUSA DOS SANTOS		Eleitor Final: FRANCISCO ROMANO DE SOUSA DOS SANTOS	
PARTIDO CANDIDATO: N° DE FOLHAS: ELEICIONADO APTD			024 18/09/1987 0363 2845 1562		024 18/09/1987 0363 2845 1562	
00001 (1/1) 0010 076/076						
COMPARTAMENTO - 1º TURNO			COMPARTAMENTO - 1º TURNO		COMPARTAMENTO - 1º TURNO	
ASSIGNATURA DO PRESIDENTE DA MESA - 1º TURNO			ASSIGNATURA DO PRESIDENTE DA MESA - 1º TURNO		ASSIGNATURA DO PRESIDENTE DA MESA - 1º TURNO	

O NOVO MODELO DE FOLHA DE VOTAÇÃO foi concebido para permitir o aperfeiçoamento da logística de distribuição e a economia de recursos de até 50% no volume de papel utilizado na confecção desse material.

A folha de votação proposta agrega dois turnos de um pleito eleitoral em um só caderno. Essa disposição facilitará a logística a ser utilizada pelos tribunais regionais eleitorais, que agora precisarão remeter uma única vez os cadernos às zonas eleitorais.

Tomando como base uma eleição em âmbito nacional, em dois turnos, e usando o parâmetro de cálculo para 125 milhões de eleitores, distribuídos em aproximadamente 382 mil seções eleitorais, realizou-se comparativo de custo de produção da folha de votação entre o modelo atual e o modelo proposto.

Modelo atual

O modelo atual apresenta dados relativos a sete eleitores por página e dispõe de comprovante de votação para apenas um turno. Assim, tem-se por turno um custo de confecção desse material de R\$ 3.697.937,67. Tratando-se de dois turnos, o custo será de R\$ 7.395.875,34.

Modelo proposto

O modelo proposto apresenta dados relativos a oito eleitores por página e dispõe de comprovante de votação para dois turnos. Assim, tem-se, devido ao modo de impressão única, um custo de confecção de R\$ 4.096.237,00.

Comparando-se o custo dos dois modelos, verifica-se que o modelo proposto resultará em economia de R\$ 3.299.638,77, correspondentes a uma redução de cerca de 48% no custo de confecção do material (considerada a eleição em dois turnos).

INSCRIÇÃO DE COMITÊS FINANCEIROS E CANDIDATOS NO CNPJ

A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA (SCI) e a Secretaria da Receita Federal definirão os procedimentos para a inscrição dos comitês financeiros de partidos políticos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). O mesmo acontecerá em relação aos candidatos a cargos eletivos nas Eleições 2008.

A Secretaria da Receita Federal exige que seja feita a inscrição temporária dos candidatos e comitês financeiros de campanha no CNPJ, ato esse regulamentado por instrução normativa a cada eleição.

A finalidade dessa medida é possibilitar que candidatos e comitês financeiros procedam à abertura de conta exclusiva

para a movimentação financeira das campanhas, de modo a garantir a inexistência de saldos anteriores nas contas bancárias.

CONTAS ELEITORAIS NO SPCE

OS SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL serão capacitados em treinamentos específicos para utilização do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) e aplicação das normas para o financiamento eleitoral.

O primeiro treinamento será realizado até maio de 2008 e destina-se ao uso do SPCE Fase 1, sistema responsável pela elaboração das contas e que traz orientações detalhadas sobre a aplicação da resolução de prestação de contas eleitorais. O segundo treinamento tem realização prevista para até meados de setembro, visando ao uso do SPCE Fase Analista, sistema responsável pela análise preliminar da prestação de contas e pela aplicação dos procedimentos técnicos de exame das contas eleitorais, ferramenta fundamental à emissão do parecer técnico conclusivo.

A capacitação para o uso desses sistemas é primeiramente voltada aos representantes dos regionais, que terão a responsabilidade de multiplicar o treinamento às zonas eleitorais.

CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

O PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES 2008 no âmbito da Secretaria de Administração (SAD) iniciou-se logo após a conclusão das Eleições 2006. Imediatamente encerrado o processo eleitoral, a SAD passou a efetuar a análise dos processos de contratação de serviços e aquisição de material sob a ótica das dificuldades encontradas e das ocorrências verificadas na condução e realização das atividades voltadas ao pleito.

A compilação desse diagnóstico foi enviada em setembro de 2007 à Secretaria de Tecnologia da Informação para auxiliar na elaboração dos projetos básicos das Eleições 2008, uma vez que cabe à STI a realização dos projetos de maior monta, em número de ações e atividades e em utilização de recursos.

A elaboração da Proposta Orçamentária 2008, realizada entre maio e agosto de 2007, também constituiu fase importante do planejamento para as eleições vindouras, haja vista que, nessa ocasião, foram identificados e cotados os serviços e aquisições pertinentes ao pleito municipal.

Entre os principais serviços previstos, destaca-se o de aquisição das urnas eletrônicas, cujo processo se encontra atualmente na fase de estimativa.

Por ser de igual relevância, cabe ressaltar que já se encontra concluído o projeto básico para aquisição dos *kits* destinados à identificação biométrica do eleitor, a ser implementada experimentalmente nas eleições de outubro nos municípios de São João Batista (SC), Colorado do Oeste (RO) e Fátima do Sul (MS), atendendo a cerca de 48 mil eleitores.

A meta de conclusão para a efetivação de aquisições e contratações relativas às Eleições 2008 foi estabelecida pela atual gestão. Assim, estima-se que todas as contratações para o próximo pleito estejam concluídas até maio de 2008, ressalvados os casos que dependam de resoluções específicas, do Calendário Eleitoral ou que estejam sujeitos a fatos supervenientes.

Nesse cenário, é importante ter também a visão do conjunto de aquisições demandadas no ano de 2007, muitas delas com reflexos para o ano de 2008.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

GERENCIAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO



O FLUXO DE DOCUMENTOS (empréstimos, arquivamentos, desarquivamentos) e os serviços de atendimento a usuários externos e internos no Arquivo Central do TSE crescem significativamente no período eleitoral. Por esse motivo, a Secretaria de Gestão da Informação (SGI) decidiu, em 2008, destinar ao desenvolvimento dessas atividades um número maior de servidores especializados e mais recursos técnicos, a fim de tornar mais eficiente o atendimento das demandas, com diminuição expressiva do tempo de execução dessas atividades.

A SGI intenta ainda promover melhorias nos sistemas de gestão arquivística do Tribunal, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento das rotinas de arquivamento, desarquivamento e empréstimo.

Antecipando-se ao aumento das demandas, a área de documentação digital do Tribunal adquiriu dois novos *scanners* de produção, que digitalizam 65 páginas por minuto, a fim de aumentar a capacidade de processamento da

documentação e assim dar conta do volume da digitalização de documentos demandados em ano eleitoral (acórdãos, resoluções, portarias, instruções normativas e ofícios).

Além disso, a implantação de um sistema de gerenciamento de atos oficiais administrativos do TSE, denominado Sigad, vem sendo coordenada pela SGI e resultará na diminuição gradativa da necessidade de digitalização dos atos administrativos do Tribunal (memorandos, ofícios, instruções normativas, etc.).



LEGISLAÇÃO ELEITORAL

A Secretaria de Gestão da Informação, por meio da Coordenadoria de Biblioteca, pretende também criar uma *base de dados de legislação eleitoral* que possibilite atender mais adequada e precisamente às solicitações de pesquisas nessa área do conhecimento. Uma das metas para esse fim é publicar na Internet um quadro-síntese das instruções e resoluções das Eleições 2008, com indicação de alterações, complementações e textos compilados. Há também a intenção de aperfeiçoar o atendimento aos órgãos de imprensa no que se refere ao esclarecimento de assuntos de caráter histórico relativos às eleições.



CÓDIGO ELEITORAL ANOTADO

A área de jurisprudência tem como meta publicar, já no primeiro semestre de 2008, a oitava edição do *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*, editado em dois volumes. A obra contempla a legislação eleitoral e partidária e os atos regulamentadores de caráter permanente emanados do TSE. Também será organizada a publicação do volume *Eleições 2008: Instruções do TSE*, com a íntegra das instruções que regerão o pleito municipal.

Ainda no primeiro semestre, serão lançadas, no *site* do Tribunal na Internet, duas páginas sobre matérias de grande demanda no período eleitoral, fundamentadas na jurisprudência, uma sobre *prazos de desincompatibilização*, semelhante à lançada nas Eleições 2006, aprimorada e ampliada com casos relativos às eleições municipais, e outra relativa à *inelegibilidade reflexa*.

No primeiro trimestre do ano, haverá o lançamento do informativo *Caminhos da Jurisprudência*, que divulgará, em formato impresso e virtual, decisões em destaque, casos paradigmáticos, orientações de pesquisa jurisprudencial e

decisões de outros tribunais. O periódico será editado sob a responsabilidade da Coordenadoria de Jurisprudência.

Na linha editorial, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Biblioteca, serão publicados em 2008 os dois primeiros números da série Memória da Justiça Eleitoral, intitulados respectivamente *Formas de composição do TSE* e *História das Eleições no Brasil*.

**PROJETOS
EM DESTAQUE**

NOVA SEDE DO TSE



EM MARÇO DE 2007 FOI REALIZADA a concorrência pública para seleção da empresa responsável pela execução da obra da nova sede do TSE. A licitação foi dirigida por uma comissão mista integrada por servidores do TSE e técnicos da Novacap, empresa responsável pela assistência técnica à fiscalização da obra.

A obra iniciou-se em 3 de abril de 2007 e tem andamento regular, em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

O projeto arquitetônico é assinado por Oscar Niemeyer e foi concebido a partir de tecnologias que possibilitam economia de recursos naturais, com o aproveitamento máximo da luz solar e do sistema pluvial, em perfeita consonância com as diretrizes relativas à diminuição do impacto da obra no meio ambiente.

NOVA INTRANET E INTERNET & PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL



O TRABALHO DE CONCEPÇÃO, REESTRUTURAÇÃO e implementação de um novo *site* do TSE na Internet está sendo realizado pela Secretaria de Gestão de Informação em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação.

O lançamento do novo *site* deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2008 e contemplará o estabelecimento de uma política de publicação de conteúdos *web* para o Tribunal, a criação de um novo leiaute para as páginas da Internet (a partir de uma nova arquitetura de informações focada nos usuários/internautas) e a adoção de critérios de publicação virtual que possibilitem ações de governança, visando a um maior controle do que será publicado na rede.

Destacam-se nesse sentido as seguintes iniciativas: estabelecimento de critérios de publicação dos conteúdos *web* do TSE, desenvolvimento de atividades de *benchmarking* visando à criação do Portal Corporativo do TSE,

estabelecimento de definições das formas de apresentação do conteúdo virtual e reestruturação visual do *site* do TSE, além da definição de metadados que permitam classificar por categorias os conteúdos *web*.

PROJETO DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA ELEITORAL



O TRIBUNAL DEU INÍCIO, NO ANO DE 2007, ao projeto de restauração da antiga sede do TSE na Rua Primeiro de Março, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O prédio, datado de 1896, será a sede do Centro Cultural da Justiça Eleitoral, cuja inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2008, ano em que se comemoram os 200 anos de elevação da cidade do Rio de Janeiro a capital do Império.

O projeto está sendo desenvolvido juntamente com o Ministério da Cultura e conta com a parceria do Instituto Herbert Levy (IHL), instituição de larga experiência em ações de restauro de edificações e obras de arte.

A iniciativa foi formalizada por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2007, celebrado entre o IHL e o TSE, que visa, num primeiro momento, à captação de recursos

e à execução dos projetos de restauração do prédio e de adaptação do imóvel às suas novas funções.

A realização da obra está sendo possibilitada pela captação de recursos decorrentes da aplicação da Lei Rouanet (Lei nº 8.383/91) e de receitas provenientes do orçamento do próprio Tribunal. Estima-se que os patrocínios contemplem aproximadamente 70% do custo total do projeto.

Essa fase dos trabalhos será concluída parcialmente em abril de 2008, quando o Centro Cultural será aberto ao público, com um acervo significativo de obras e bens patrimoniais que revelam a história e o percurso da Justiça Eleitoral desde sua criação.

Entre as atividades já desenvolvidas, merecem destaque a elaboração e o lançamento do projeto, que consistiu na apresentação da iniciativa da restauração do prédio histórico ao empresariado nacional e à sociedade carioca no dia 22 de junho de 2007.

O lançamento do projeto ocorreu nas instalações do próprio edifício da Rua Primeiro de Março.

A INAUGURAÇÃO DO CCJE

PARA A INAUGURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL da Justiça Eleitoral (CCJE), prevista para abril de 2008, foram projetadas pela Secretaria de Gestão da Informação quatro exposições, bem como o lançamento de livros, entre eles o de uma coleção de obras do escritor Machado de Assis, a ser lançada sob o selo do CCJE.

Na ocasião, serão projetados audiovisuais editados especialmente para o evento e também serão franqueados ao público os ambientes destinados à sala de leitura, ao Museu da Justiça Eleitoral e ao Centro de Documentação Digital (este, um

repositório virtual de documentos e publicações eleitorais, especialmente livros e periódicos eletrônicos, que poderá ser acessado a partir dos computadores instalados no CCJE).

A SGI produzirá todo o material de divulgação da inauguração do CCJE (cartazes, folhetos, painéis), além de editar o livro de fotografias *Imagens*, a ser lançado no evento.

Apóiam, com trabalho especializado, o projeto do CCJE as assessorias de Imprensa e Comunicação Social e de Cerimonial e Assuntos Internacionais, além da Secretaria de Administração.

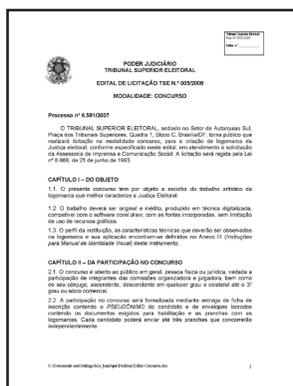
MÍDIA E DIVULGAÇÃO

PARA DIVULGAR A INICIATIVA DE RESGATE desse importante monumento da história do Judiciário brasileiro, o TSE utilizou-se de uma gama variada de mídias.

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics), em parceria com a TV Cultura, realizou, para o lançamento do projeto do CCJE em 22.6.2007, um documentário de 20 minutos que relata a importância arquitetônica e histórica do prédio da Rua Primeiro de Março.

O documentário foi exibido na TV Cultura, TV Justiça e em outras emissoras públicas do país. Também por intermédio da Asics, algumas emissoras encamparam a idéia de incentivar o projeto do Centro Cultural da Justiça Eleitoral, o que resultou na veiculação de peças publicitárias e institucionais de 30 segundos pela Rede Globo, TV Cultura e TV Justiça.

CONCURSO DE LOGOMARCA DA JUSTIÇA ELEITORAL



O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL** lançou concurso nacional para a escolha de uma logomarca para a Justiça Eleitoral. O edital do certame foi publicado no *Diário Oficial da União* do dia 16 de janeiro de 2008. Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar e concorrer ao prêmio de R\$ 15 mil. A iniciativa faz parte do processo de estabelecimento de uma identidade visual para o TSE, os tribunais regionais e os cartórios eleitorais, a fim de facilitar a identificação desses órgãos pelos eleitores. Os trabalhos podem ser enviados até o dia 3 de março de 2008.

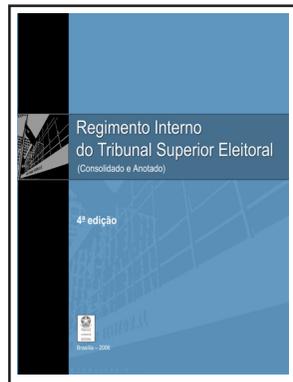
A logomarca vencedora vai substituir o atual selo com o Brasão da República utilizado nas edições oficiais, publicações e placas de identificação de edifícios e instalações da Justiça Eleitoral, além de ser impresso nas milhares de urnas utilizadas nas eleições.

O concurso nacional ocorrerá em etapas. Na primeira, 30 trabalhos serão selecionados por um comitê formado por um representante do TSE, dois especialistas em *marketing* e um jornalista. Na segunda, três das peças serão selecionadas para, em seguida, serem submetidas à aprovação, por voto, dos assessores de comunicação social da Justiça Eleitoral, durante encontro que será realizado em Brasília.

O edital estabelece as condições do certame e traz uma apresentação da Justiça Eleitoral brasileira, que orientará os concorrentes na criação da logomarca.

Na avaliação dos trabalhos, serão considerados os itens: clareza de comunicação, originalidade, criatividade, inovação conceitual e técnica, estética e harmonia das formas e cores utilizadas, e aplicabilidade à mídia.

NOVO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL



VISANDO À ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CORTE, que data de 29 de setembro de 1952, e a fim de adequá-lo à Constituição Federal, legislação e jurisprudência eleitorais em vigor, foi instituída comissão, pelas portarias-TSE nºs 300, de 10.7.2007, e 375, de 29.8.2007, com o objetivo de apresentar minuta de um novo regimento interno para o Tribunal.

PROCESSO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO

ATUALMENTE, NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL, tramitam em papel os processos judiciais, os de corregedoria e os procedimentos administrativos. O trâmite dessas peças – e seus volumes – é controlado pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), que automatiza as funções de protocolo, distribuição, fases processuais e publicação dos atos, entre outras. O sistema está voltado principalmente para o registro e armazenamento dos dados essenciais ao acompanhamento de processos judiciais, de corregedoria e de procedimentos administrativos. Dessa forma, concentra-se no acompanhamento das peças em papel, e não no armazenamento e trâmite digital do inteiro teor de processos e procedimentos.

O SADP foi desenvolvido ao longo de 12 anos e passou por várias versões incrementais, pela adaptação ao surgimento de novas formas de desenvolvimento, infra-estrutura e gerenciamento de bancos de dados, até firmar-se como ferramenta de automação indispensável ao apoio dos trâmites documentais, inclusive com a possibilidade de atender até mesmo as zonas eleitorais.

Diante do cenário atual e do advento da Lei nº 11.419/2006, que admitiu a utilização de meio eletrônico (arquivos digitais) na tramitação de processos, na comunicação de atos e na

própria transmissão das peças processuais, surgiu uma nova realidade com a oportunidade de implementação de iniciativas inovadoras como o processo judicial eletrônico.

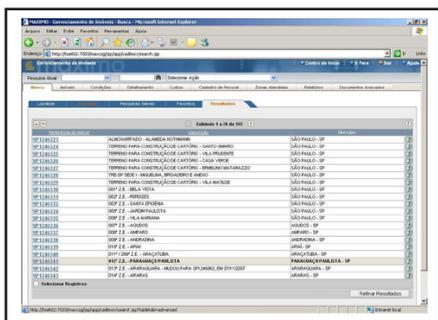
A solução, a ser implementada no Tribunal, levará em consideração a experiência e os sistemas já desenvolvidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Conselho Nacional de Justiça.

Encontram-se em fase de desenvolvimento os módulos Peticionamento Eletrônico, que vai permitir aos advogados realizarem o envio de peças processuais pela Internet – tanto petições iniciais como recursais ou intermediárias – e Diário de Justiça Eletrônico, que permitirá a publicação em meio eletrônico das informações processuais que atualmente são publicadas no *Diário de Justiça*. Tais iniciativas trarão maior celeridade e economia ao processo de divulgação das informações.

A utilização do certificado digital nesses módulos permitirá a conferência da autenticidade dos documentos enviados e a dispensa da publicação desses documentos em papel, preservando seu valor legal, em conformidade com a Lei nº 11.419/2006.

Atualmente o TSE e alguns TREs utilizam o Peticionamento Eletrônico sem a certificação digital. Por isso, será necessário primeiramente regulamentar o serviço certificado.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMÓVEIS (GERIM)



O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMÓVEIS (GERIM), desenvolvido pela Assessoria de Planejamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, a Secretaria de Administração e a Secretaria de Tecnologia da Informação, é uma ferramenta constituída por uma base uniforme com dados de cada TRE, que auxilia na elaboração da proposta orçamentária quanto à aquisição de terrenos e imóveis e reformas de grande vulto. Quanto ao seu uso pelos TREs, a ferramenta objetiva o controle de gastos de cada cartório eleitoral, possibilitando a produção de relatórios gerenciais.

O sistema apresenta todos os imóveis do Regional com seu respectivo código, município e zona eleitoral. É possível realizar consultas por referência do imóvel, denominação, logradouro, complemento, bairro, município, e-mail, zona atendida, destinação do imóvel, número, CEP, telefone, fax e

tipo de ocupação. O Gerim remete ainda às condições do imóvel em determinada data de avaliação. Essa informação é de grande importância para a gerência patrimonial e a preparação do orçamento.

O sistema também incorpora informações a respeito de pessoal, para cada imóvel, pois está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH).

O fato de o Gerim possuir dados fornecidos pelo Sistema ELO faz com que seja possível o acompanhamento das zonas atendidas pelo imóvel e dos municípios atendidos pela zona eleitoral, bem como o cadastro de dados dos habitantes da localidade.

O Gerim também possibilita aos gestores verificar a situação de todos os imóveis da Justiça Eleitoral por meio de fotografias e o acompanhamento sistêmico do patrimônio imobiliário da Justiça Eleitoral e dos custos a ele relacionados. Isso facilita a projeção das necessidades de construção e o planejamento orçamentário.

É possível vislumbrar, pelo Gerim, o estado físico atual do imóvel e, por meio da história do imóvel, tomar conhecimento das reformas nele procedidas.

Tendo em vista que a alimentação do Gerim cabe à Secretaria de Administração de cada TRE, foram realizados esforços no ano de 2007 para que se utilizem permanentemente os dados no sistema. Cuidado especial deve ser dado às informações relacionadas a custos e às imagens fotográficas, que possibilitam ao TSE verificar as condições atuais das zonas eleitorais.

**SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA**

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA (SPR), unidade de assistência direta e imediata ao presidente do Tribunal, integrada pelo Gabinete do Secretário-Geral e pelas assessorias Especial, de Imprensa e Comunicação Social, de Articulação Parlamentar e de Cerimonial e Assuntos Internacionais, tem por finalidades:

1. Assistir o presidente no desempenho de suas funções, nos despachos de expediente, no cumprimento de sua agenda de trabalho e na condução do relacionamento externo do Tribunal;
2. Assessorar o presidente no planejamento administrativo e na fixação de diretrizes para o funcionamento da instituição;
3. Organizar a agenda de representação oficial e social do presidente;
4. Coordenar as atividades de encaminhamento e tramitação dos documentos recebidos pela Secretaria-Geral, direcionando-os, de ordem do presidente, aos órgãos competentes;
5. Coordenar e supervisionar as atividades das assessorias da Secretaria-Geral.

Ao Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência (SPR) compete:

1. Organizar a agenda de compromissos da Secretária-Geral e preparar e despachar o expediente do Gabinete;
2. Controlar a entrada e saída de documentos encaminhados ao secretário-geral, mantendo o arquivo organizado e atualizado.

ASSESSORIA ESPECIAL

À ASSESSORIA ESPECIAL DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA deste Tribunal (Aesp), na conformidade do disposto na Portaria nº 286, de 29.5.2006, compete prestar “assessoramento ao presidente, na análise de assuntos que lhe são submetidos, e aos ministros do Tribunal nas matérias versadas nos itens I e II” da mencionada portaria.

Atribuição de especial relevo – além dos pareceres em consultas que visam à interpretação da legislação eleitoral e em demais procedimentos de natureza eleitoral oriundos dos tribunais eleitorais, objetivando à uniformização da aplicação da legislação em apreço –, é a que diz com o preparo de minutas relativas às instruções regulamentares das eleições, as quais serão submetidas ao presidente para deliberação da Corte, em cumprimento ao disposto no art. 105 da Lei nº 9.504, de 30.9.97 – Lei das Eleições.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

A Assessoria Especial da Presidência, no ano de 2007, realizou as atividades descritas a seguir:

- Elaboração de 42 informativos (Informativo TSE);
- Realização de 5 palestras para estudantes de Direito;

- Acompanhamento das decisões monocráticas nas petições de programa partidário (2007) e nas consultas formuladas por parte ilegítima ou que versassem sobre caso concreto (consultas: 15, petições: 24);
 - Prestação de 409 informações;
 - Assessoramento ao ministro relator das instruções das Eleições 2008 e ao ministro presidente;
 - Elaboração das instruções das Eleições 2008 e alterações.
 - Reuniões com os partidos políticos sobre as instruções das Eleições 2008 – instruções nºs 112 e 113;
 - Atualização do calendário de Programa Partidário 2007 na Internet e na Intranet;
 - Atualização do calendário de Programa Partidário 2008 na Internet e na Intranet;
 - Participação na Comissão de Elaboração do Novo Regimento Interno;
 - Participação na Comissão de Elaboração do Novo Regulamento do TSE.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

À consideração de que no ano de 2008 haverá eleições para cargos majoritários e proporcionais nos 5.563 (cinco mil quinhentos e sessenta e três) municípios do país (número colhido no *site* do IBGE.gov.br/cidadesat/default.php, em 8.2.2008), esta Assessoria procederá à elaboração das minutas das seguintes instruções:

- Calendário Eleitoral;
- Pesquisas Eleitorais;
- Representações, Reclamações e Pedidos de Direito de Resposta previstos na Lei nº 9.504/97;
- Atos Preparatórios para as Eleições Municipais de 2008;

- Distribuição de Registros Digitais de votos;
- Prestação de Contas das Eleições;
- Registro de Candidatos;
- Propaganda Eleitoral
- Lacre de urna;
- Cédula;
- Formulários;
- Auditoria e Votação Paralela.

Outra atribuição da alçada desta Assessoria é a elaboração do Informativo do Tribunal com o resumo de suas decisões, tão logo haja deliberação da Corte, para distribuição aos diversos setores do Tribunal e demais interessados com vistas à atualização da jurisprudência. Em ano eleitoral, inclusive, a elaboração de aludido Informativo pode vir a ocorrer diariamente, de acordo com as sessões de julgamento, a exemplo do período de julgamento das decisões acerca de registro de candidatura e de outros que o Tribunal deliberar, previsão que se faz para o ano de 2008 em face da realização das eleições municipais.

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASICS) realiza as atividades de comunicação social do Tribunal e assessora o presidente, os ministros e as demais autoridades do TSE nas questões relativas a mídia e imprensa, e ainda auxilia na realização de produções de rádio e televisão demandadas pelo Tribunal e pelos órgãos de imprensa no desenvolvimento da cobertura jornalística dos assuntos de interesse da Justiça Eleitoral. Também produz o *Clipping* do TSE.

Nesse sentido, várias atividades foram implementadas no seio da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social e outras alcançaram sua maturação, como o Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral, criado em dezembro de 2006.

A democratização das informações produzidas e distribuídas pelo TSE também é elemento importante na estratégia de comunicação do Tribunal. A transformação da página de notícias do *site* do TSE em Centro de Divulgação com a produção de textos, fotos, reportagens em vídeo e matérias de rádio, bem como o incremento do atendimento de demandas específicas da imprensa de todo o país, revertido em amplo espaço no noticiário, dão mostras dessa nova postura, conforme relatos a seguir.

Tanto assim que, no dia 27 de novembro de 2007, respondendo à demanda do portal de Internet Estadão.com.br – um dos maiores do país –, foi disponibilizada a reprodução integral de todo o material produzido pelo Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral ao referido portal, citada, obviamente, a fonte da informação (TSE – Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral).

Os frutos da qualidade do serviço prestado também foram colhidos mediante o reconhecimento dos trabalhos por meio de prêmios, como aconteceu na quinta edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na qual a Justiça Eleitoral foi agraciada com dois troféus. O TSE venceu na categoria Reportagem de TV, com os documentários referentes às Eleições 2006, e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) venceu na categoria Vídeo Institucional, em que apresentou o trabalho realizado dentro do próprio Tribunal.

Essas são amostras de um projeto de comunicação social que, desde maio de 2006, a Asics tem buscado intensificar ao divulgar as atividades do Tribunal, com o fim de atender orientação do atual presidente da Corte, Ministro Marco Aurélio. O ministro recomendou o máximo de transparência e publicidade dos atos tanto judiciais quanto administrativos do Tribunal junto à sociedade.

Um dos caminhos adotados foi ampliar a gama de assuntos que poderiam gerar notícias para a página do TSE na Internet (www.tse.gov.br).

Assim, a Assessoria procurou acumular a cobertura das sessões plenárias de julgamento e a publicação de *releases* das principais petições iniciais de recursos e ações protocoladas no TSE, com a divulgação de maior número de despachos, decisões de mérito e liminares, assim como de respostas a consultas feitas ao Tribunal. A idéia é tornar o conteúdo jurídico

mais acessível ao cidadão comum, por meio da redação de textos e produção de vídeos que tenham um caráter didático. Para isso, a Asics tem dado ênfase a reportagens sobre legislação eleitoral, estatísticas elaboradas pelos técnicos do Tribunal e informações básicas sobre a Justiça Eleitoral.

Afinal, o papel dos meios de comunicação é imprescindível, como fundamental é a comunicação da imprensa com a Justiça, a fim de garantir um dos pilares da Constituição brasileira, que é o direito à informação.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

CENTRO DE DIVULGAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

O Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral engloba notícias, entrevistas, banco de imagens (fotos), o Núcleo de TV, o Núcleo de Rádio, estatísticas, resultados das Eleições 2006 e *links* de acesso às páginas dos TREs.

No ar desde o dia 15 de dezembro de 2006, o Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral oferece conteúdo para agências, rádios e TVs sobre as atividades do TSE e dos tribunais regionais eleitorais.

NOTÍCIAS

De 1º de janeiro a 29 de novembro de 2007, a Asics publicou 2.719 notícias na página do TSE na Internet, sendo que 17 foram destaques de página e 126, destaques simples. É importante salientar que os destaques – simples e principais –

só passaram a ser utilizados no Centro de Divulgação a partir de 31 de julho deste ano.

De maneira didática e sempre preocupada em garantir a todo cidadão o direito à informação, a Assessoria publicou diversas reportagens que detalhavam atividades e temas importantes no dia-a-dia da Justiça Eleitoral, como as revisões de eleitorado ou os prazos a serem cumpridos por partidos e eleitores conforme o calendário eleitoral, como as datas para filiação partidária, confirmação de domicílio e registro do estatuto do partido com vistas às eleições municipais de 2008. Também foi produzido, semanalmente, material a respeito das propagandas reservadas aos partidos políticos com representação no Congresso, conforme determina a Res. nº 20.034/97, do TSE.

BOLETIM ELETRÔNICO

Em junho de 2006, foi lançado o boletim eletrônico *Notícias do Centro de Divulgação*, informativo que reúne as notícias mais recentes do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais (TREs), incluindo as matérias de rádio e televisão, publicadas no Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral. Atualmente, uma média de 30 matérias abastece o boletim, que é distribuído diariamente, sempre às 14 horas, de segunda a sexta-feira, por *e-mail*, a todas as pessoas cadastradas no sistema. Em 2007, foram 150 edições do boletim.

Desenvolvido por técnicos da Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas do TSE – também responsáveis pela criação da página do Centro de Divulgação –, o boletim eletrônico é direcionado a jornalistas e a todos os interessados em informações sobre a Justiça Eleitoral.

CRONOGRAMA DE AÇÕES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

Tendo em vista a necessidade de manter o eleitorado, os partidos políticos e os candidatos informados sobre datas, prazos e obrigações legais referentes à Justiça Eleitoral, esta Assessoria elaborou, juntamente com os tribunais regionais eleitorais, um cronograma de ações a serem desenvolvidas por toda a Comunicação Social da Justiça Eleitoral.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

As campanhas produzidas pelo Tribunal são caracterizadas pela mobilização do eleitorado e pelo esclarecimento de dúvidas sobre o processo de votação. Em 2007, foram realizadas 4 campanhas distintas: Cancelamento de Títulos, Revisão do Eleitorado, Jovens e Exterior.

Cancelamento de títulos

A campanha nacional de convocação dos eleitores para evitar o cancelamento dos títulos eleitorais compreendia 2 VTs para televisão e 2 *spots* para rádio denominados Ausência e Identidade.

Revisão do eleitorado

Com a revisão do eleitorado em 1.128 dos 5.564 municípios do país, o que envolve quase um quarto das cidades brasileiras, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social elaborou uma campanha para atender a diversidade regional brasileira, composta por faixas e cartazes distribuídos aos TREs.

Jovens eleitores

A Assessoria de Imprensa e Comunicação criou, em parceria com a TV Cultura, a Campanha de Conscientização do Voto Jovem. Com a colaboração de emissoras de televisão e rádio de todo o Brasil, foram veiculados, de forma gratuita, dois filmetes para televisão e um *spot* de rádio de 30 segundos cada, que convocavam jovens a exercer seu direito à voz por meio do voto.

Exterior

Essa campanha é específica para os cidadãos que, mesmo vivendo fora do país, podem votar para presidente da República e pretende despertar no eleitor a importância do voto como um ato de cidadania.

CLIPPING ELETRÔNICO

A seção do *Clipping* confecciona, edita, reproduz e entrega o *Clipping* impresso e edita e inclui o *Clipping* eletrônico na Intranet; checa as matérias televisivas da Clip&Clipping; atende jornalistas, advogados, partidos políticos, TREs e eleitores; e colabora na execução das atividades administrativas como andamento processual, recebimento e encaminhamento de documentos.

NÚCLEO DE TV

O Núcleo de TV funciona nas dependências da Assessoria de Imprensa e Comunicação para a produção diária de matérias de conteúdo jornalístico para televisão.

O *link* específico denominado *Download* para Emissoras de TV, criado em 2006 para que emissoras de televisão façam

download de matérias para exibição na grade de programação em qualquer ponto do país, permaneceu ativo durante todo o ano de 2007.

Troféu Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

Em 2007, a Asics foi vencedora do 5º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, concedido durante a realização do III Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). A Asics venceu na categoria Reportagem de TV, com os documentários referentes às Eleições 2006.

NÚCLEO DE RÁDIO

O Núcleo de Rádio também funciona nas dependências da Assessoria de Imprensa e Comunicação para a produção diária de matérias de conteúdo jornalístico para rádio.

Entrevistas

Em 2007 foram armazenadas e disponibilizadas 13 entrevistas, sendo 9 entrevistas do Ministro Marco Aurélio, 2 do Ministro José Delgado, 1 do Ministro Ari Pargendler e 1 do Ministro Cesar Asfor Rocha.

Ações desenvolvidas para a execução das atividades

As entrevistas coletivas realizadas durante o ano foram registradas na íntegra, armazenadas para arquivo e disponibilizadas no *site* do TSE. O conteúdo de todas as entrevistas ficou disponível para *download* no *link* Entrevistas.

COBERTURA DE SESSÕES PLENÁRIAS DO TSE

As sessões plenárias são gravadas, exibidas ao vivo pela TV Justiça todas as terças e quintas-feiras e têm reprises às 2 horas de sábado.

BRASIL ELEITOR

No ar desde 5 de agosto de 2004, 187 programas foram produzidos e veiculados na TV Cultura, TV Justiça e outras 15 emissoras em todo o país até novembro de 2007. A proposta da revista eletrônica semanal é traduzir para o eleitor os conceitos, leis, decisões e fatos históricos relacionados à construção do Estado democrático de direito. O Brasil Eleitor acompanha o trabalho do TSE em Brasília e dos 27 tribunais regionais eleitorais em todo o país, mostrando as inovações adotadas a cada pleito para que o cidadão escolha seus candidatos com rapidez e segurança.

O programa desenvolveu uma linguagem simples para falar de leis que normalmente são de difícil entendimento para a grande maioria do público. A formatação do programa contempla a prestação de serviços, informando de maneira didática sobre regras das eleições, prazos importantes para a inscrição, transferência e regularização do título de eleitor, séries, reportagens, e quadros fixos.

Despertar a consciência do eleitor para a importância de não só comparecer às urnas, mas também para exercer sua cidadania plena, atuando como um fiscalizador do processo e um agente capaz de transformar, para melhor, as condições de sua cidade, estado e país também é objetivo do programa Brasil Eleitor.

Foram produzidos pelas praças e veiculados 107 VTs em 2007.

Ações desenvolvidas para a execução das atividades

Principais mudanças

A intenção é mesclar praças e temas, fazendo com que o programa seja bem diversificado. A introdução de novos quadros ajudou a tornar o Brasil Eleitor um programa ainda mais acessível à população, fazendo com que as pessoas se identifiquem com ele. São eles:

Contagem Regressiva: Cada matéria deste quadro é realizada em um município do país. O objetivo é entrevistar os eleitores e descobrir qual a sua expectativa em relação às Eleições 2008 (em que a cidade pode ser melhorada, qual a importância de participar do processo eleitoral). Costumamos mostrar não só a expectativa eleitoral, mas as peculiaridades do municípios, a história, as curiosidades.

Falando Disso: O quadro mostra setores específicos da sociedade, que, reunidos, debatem sobre temas que podem mudar as suas vidas. Mostramos o que universitários pensam da Reforma Política; o que os taxistas acham do voto obrigatório; o que os expositores de uma feira pensam sobre o horário eleitoral gratuito; o que adolescentes acham do voto aos 16 anos e da campanha do TSE para estimular o voto jovem.

Semana do TRE: O quadro traz, em forma de lapada, um resumo dos julgamentos dos tribunais regionais eleitorais. Uma forma de atualizar o programa com notícias sobre os estados.

Vinhetas: Fizemos ainda novas vinhetas para a Semana do TSE, uma lapada que resume os julgamentos do Tribunal Superior Eleitoral. Outra vinheta atualizou o quadro sobre o calendário eleitoral, agora chamado Eleições 2008, que trata dos principais prazos a serem observados para o pleito do ano que vem. Os quadros citados anteriormente (Falando Disso

e Contagem Regressiva) também receberam vinhetas originais, incrementando a identidade visual do programa.

Blitz do Eleitor: Renovamos ainda o conteúdo da Blitz do Eleitor, que não se resume a perguntar se a pessoa se lembra em quem votou, mas faz perguntas que vão de “você sabe onde guarda o título eleitoral?” a “o que você precisa fazer quando está viajando em dia de eleição?”. Dessa forma, estimulamos o eleitor a se inteirar também sobre outros temas da Justiça Eleitoral, sempre sob o argumento inicial da *blitz*, que é “testar a memória do eleitor”.

Séries: Além de dar continuidade às séries existentes (Partidos Políticos e Voto pelo Mundo), exibimos série sobre a publicação do livro que celebra os 10 anos da Lei das Eleições e outra sobre o Projeto Centro Cultural da Justiça Eleitoral, ainda em andamento.

GRUPO DE ESTUDOS E COMUNICAÇÃO (GESCOM)

O Grupo de Estudos de Comunicação (Gescom) foi criado pela Portaria nº 222, de 15 de maio de 2006, e pela Portaria nº 215, de 25 de maio de 2007, nas quais se estabeleceram as seguintes atribuições ao grupo:

- elaborar propostas de cronograma de ações e planejamento estratégico da Comunicação Social da Justiça Eleitoral;
- desenvolver planejamento estratégico da campanha institucional de esclarecimento ao eleitor, visando às Eleições 2008;
- desenvolver e implementar o Sistema de Divulgação de Candidaturas para as Eleições 2008, conforme o disposto no inciso XI do art. 2º da Portaria nº 140, de 23 de março de 2007, que constituiu, no âmbito da Justiça Eleitoral, grupo de trabalho destinado a realizar estudos e

elaborar normas visando estabelecer critérios e procedimentos para o desenvolvimento, os testes e a implantação dos sistemas de candidaturas (CAND), de candidaturas – módulo externo (CANDEX) e de horário eleitoral (HE) para as Eleições 2008.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

CONSCIENTIZAÇÃO DO ELEITOR

Serão realizadas diversas campanhas institucionais de conscientização do eleitor, além da campanha Eleições 2008 – Vota Brasil.

PROGRAMA BRASIL ELEITOR

Será ampliada a veiculação do programa Brasil Eleitor por meio de associações de emissoras de canal aberto.

MAILING LIST

Um serviço de *mailing list* será criado para jornalistas e veículos de comunicação, com o objetivo de ampliar a divulgação das matérias produzidas pelo Centro de Divulgação da Justiça Eleitoral (Maxpress) e pautar a imprensa.

ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR

A ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR (ASPAR) assiste o presidente no relacionamento com os órgãos do Poder Legislativo e na condução dos assuntos parlamentares de interesse do TSE, e ainda naqueles relativos ao encaminhamento e à tramitação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral. Também fornece subsídios para a formulação de proposições legislativas em matéria eleitoral e manifesta-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional.

No cumprimento desses objetivos, são diariamente repassadas informações à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral sobre as matérias de interesse do Tribunal que tramitam no Congresso Nacional.

A assessoria também atende aos gabinetes dos ministros e à Secretaria do Tribunal no desenvolvimento de trabalhos técnicos, estudos e pesquisas relacionadas a assuntos legislativos que forem determinados pela Presidência da Corte.

Também compete à Asjur gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação, como contatos de autoridades e arquivos de projetos de lei, necessária ao desempenho de suas atribuições.

A Assessoria de Articulação Parlamentar recebeu diversas solicitações de audiências com os ministros do TSE, por parte de parlamentares do Congresso Nacional. A esse respeito, tem cuidado tanto do agendamento de datas com os respectivos gabinetes, como também da recepção dos congressistas no âmbito da Corte do TSE.

Além das solicitações externas, a Asjur recebe ainda demandas internas como, por exemplo, pesquisas solicitadas pela Presidência, pelos gabinetes dos ministros e pelo Gabinete do Diretor-Geral.

A Aspar também atua diariamente frente aos plenários e às comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal acompanhando a tramitação de diversos projetos de lei. Entre as comissões que foram objeto de acompanhamento, destacam-se a de Constituição e Justiça e a de Cidadania da Câmara dos Deputados, mais especificamente a Subcomissão Especial de Segurança do Voto Eletrônico, vinculada àquela comissão. Em relação às proposições acompanhadas, também merece realce a atenção prestada pela assessoria às matérias orçamentárias, entre elas o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2008 e o projeto de lei que trata do Plano Plurianual (PPA) para o período 2008–2010.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

BOLETIM INFORMATIVO DA ASPAR

Em 2007, a Aspar implementou um boletim informativo para facilitar o acompanhamento dos projetos de lei de interesse do TSE que tramitam nas duas casas do Congresso

Nacional. Trata-se de um sistema atualizado diariamente, que possibilita uma visualização de forma rápida e prática de diversas informações relevantes como, por exemplo, o inteiro teor de projetos de interesse da Justiça Eleitoral e o histórico de suas respectivas tramitações acompanhadas pela Aspar em cada uma das comissões.

□ TSE NO CONGRESSO NACIONAL

Orçamento

No decorrer de 2007, durante o período de análise e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e dos Projetos de Créditos Adicionais (PLNs), a Aspar buscou resguardar os interesses da Justiça Eleitoral junto ao Congresso Nacional, sempre procurando mostrar aos membros das duas casas legislativas as necessidades do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

APÓS CONTATOS COM O DEPUTADO JOÃO LEÃO (PP/BA), relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 (Lei nº 11.514/07 – LDO), ficou assegurado que os recursos relativos às despesas com a realização das eleições municipais de 2008 não serão computados para efeito de contingenciamento, nos termos do inciso V, § 1º, do art. 74 da LDO 2008.

A Aspar contou com o apoio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE no decorrer dos trabalhos, em que foram realizadas reuniões com a líder do governo, senadora Roseana Sarney (PMDB/MA), e com a Consultoria de Orçamento do Senado Federal.

Plano Plurianual (PPA)

Por orientação do diretor-geral e da Secretaria de Orçamento do Tribunal Superior Eleitoral, a Aspar somente acompanhou o processo de tramitação do PPA.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA 2008), foram repassadas à Presidência, ao Gabinete do Diretor-Geral e à Secretaria de Orçamento todas as informações referentes ao processo de tramitação, desde a mensagem inicial até os relatórios apresentados na Comissão Mista de Orçamento.

Por orientação do Gabinete do Diretor-Geral, não foi necessária apresentação de emenda à despesa. Conseqüentemente, coube à Assessoria trabalhar pela manutenção dos valores alocados na proposta inicial, evitando possíveis cortes elencados no relatório preliminar apresentado.

Propostas de alteração da legislação eleitoral

A ASSESSORIA PARLAMENTAR buscou acompanhar em 2007 todas as proposições de alteração na legislação eleitoral vigente, sempre informando o andamento dessas questões à Secretaria-Geral da Presidência e ao Gabinete do Diretor-Geral. Entre as proposições, merecem destaque aquelas discutidas na Subcomissão Especial de Segurança do Voto Eletrônico (vinculada à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e instalada após as notícias veiculadas na imprensa nacional sobre o processo eleitoral de 2006 no Estado de Alagoas). São elas:

- PL 5.022/05 – Altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de disciplinar a disponibilização dos boletins de urna em rede pública de dados.

- PL 5.057/05 – Altera a Lei nº 4.737/65, propondo a criação de uma Comissão de Automação Eleitoral para regulamentar os termos da fiscalização, pelos partidos políticos, dos sistemas informatizados de votação e de apuração dos votos, visando a assegurar o sigilo nas máquinas de votação eletrônica.

- PL 970/07 – Altera a Lei nº 9.504/97, para ampliar a fiscalização e possibilitar a auditoria contábil da apuração eletrônica mediante adoção de programas abertos de computador, a materialização do voto para uso em auditoria automática da apuração e outras providências.

- PL 1.276/07 – Dispõe sobre a exigência de lacre nos disquetes que armazenam os dados da votação de cada urna eleitoral, mediante acréscimo do § 8º ao art. 59 da Lei nº 9.504/97.

- PL 1.860/07 – Altera a regra disposta nos arts. 108 e 109 do Código Eleitoral – Lei nº 4.737/65 –, que versa sobre a representação proporcional.

Audiência pública

A CONVITE DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE SEGURANÇA DO VOTO, o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, e o secretário de Tecnologia da Informação, Giuseppe Dutra Janino, estiveram presentes em audiência pública realizada em 2007 na Câmara dos Deputados e apresentaram a posição da Justiça Eleitoral em relação às propostas ali discutidas.

Além da audiência pública, foram realizadas reuniões com os consultores responsáveis pela matéria e com o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, deputado Júlio Semeghini (PSDB/SP), que tem interesse na matéria e é contrário às mudanças propostas pela subcomissão.

Os trabalhos da subcomissão encerraram-se no dia 29.11.2007, com a aprovação do relatório apresentado pelo

deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB). Aguarda-se para o início do ano de 2008 a apresentação do relatório da Subcomissão no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça para análise detalhada das propostas a serem apresentadas e posterior intervenção, se necessário, por determinação da Secretaria-Geral da Presidência.

Outras proposições acompanhadas pela Aspar:

- PEC 3/99 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe alterações nos arts. 27, 28, 29, 44 e 82 da Constituição Federal, e introduz disposições transitórias, de forma a fazer coincidirem os mandatos eletivos que menciona e atribuir-lhes novo período de duração;

- PEC 523/06 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, institui o Sistema Eleitoral Misto para municípios com mais de duzentos mil eleitores;

- PEC 23/07 – Em tramitação no Senado Federal, propõe alterações nos arts. 17 e 55 da Constituição Federal para assegurar aos partidos a titularidade dos mandatos parlamentares;

- PEC 29/07 – Em tramitação no Senado Federal, propõe alteração no art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias;

- PLP 35/07 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe alterações na Lei Complementar nº 64/90, tornando inelegível o candidato que mudar de partido nos quatro anos seguintes, a contar da data da diplomação ao cargo para o qual foi eleito. Projeto chamado de Lei da Fidelidade Partidária;

- PL 1.210/07 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, trata da Reforma Política;

- PL 3.252/04 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe alterações nos arts. 5º e 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências;

- PDC 397/07 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe sustar a aplicação da Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007, do Tribunal Superior Eleitoral, que disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária.

Outras propostas legislativas em acompanhamento

ALÉM DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL, a Aspar acompanhou durante o ano de 2007 outras propostas que, de forma direta ou indireta, afetam os trabalhos da Justiça Eleitoral. Destacam-se aqui as principais:

- PEC 358/05 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, trata da continuidade da Reforma do Poder Judiciário;

- PEC 457/05 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a aposentadoria compulsória aos 75 anos;

- PLC 32/07 – Em tramitação no Senado Federal, propõe alterações na Lei nº 8.666/93, dispondo sobre o Pregão Eletrônico;

- PL 7.297/06 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal;

- PL 319/07 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe alterações na Lei nº 11.416/06 – PCS dos servidores do Poder Judiciário;

- PL 1.750/07 – Em tramitação na Câmara dos Deputados, cria o Fundo Especial do Judiciário (FEJ), no âmbito dos tribunais federais, e dá outras providências.

ASSESSORIA DE CERIMONIAL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

A ASSESSORIA DE CERIMONIAL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS (ASCAI) presta apoio ao presidente do Tribunal em assuntos internacionais e nas atividades de cerimonial. Organiza ainda as cerimônias de posse dos ministros do TSE, de aposição de retratos, de outorga de medalhas e as demais solenidades da Corte. Cuida, além disso, da agenda de compromissos internacionais do ministro presidente e da organização dos eventos oficiais do Tribunal relativos a comemorações e encontros de cúpula. Também compete à assessoria organizar os eventos culturais de promoção institucional do TSE.

Entre as atividades da Ascai consta também a coordenação das solenidades de diplomação dos eleitos à Presidência e Vice-Presidência da República e das visitas de missões estrangeiras ao Tribunal Superior Eleitoral.

A Ascai presta assessoria direta à Presidência nas atividades protocolares do Tribunal, aos magistrados e servidores em missões de observação, acompanhamento e monitoramento de eleições no exterior e às unidades do Tribunal nas questões relacionadas a assuntos internacionais; promove ações de divulgação do processo eleitoral brasileiro frente a organismos internacionais; apresenta projetos de cooperação técnica internacional.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

AUDIÊNCIAS

Audiências com o Ministro Marco Aurélio

13 de fevereiro

Clifford Sobel – embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

20 de março

Ministro Juan Manuel Morales – presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai.

Carlos Alberto Quiñonez – diretor-geral de Administração e Finanças – TSJE – Paraguai

2 de agosto

Ministra Yolanda Columba León Manríquez – presidente da Comissão Permanente de Capacitação Eleitoral e Educação Cívica – México/DF.

28 de agosto

Ministro Juan Manuel Morales – presidente do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral do Paraguai.

Carlos Alberto Quiñonez – diretor-geral de Administração e Finanças – TSJE – Paraguai.

Luis Alberto – assessor do TSJE – Paraguai.

30 de outubro

Ministro Rafael Dendia – TSJE – Paraguai.

Luis Alberto Mauro – assessor TSJE – Paraguai.

Audiência com o Ministro Cezar Peluso – vice-presidente no exercício da presidência

13 de novembro

João Bernardo Nino Vieira – presidente da República da Guiné Bissau.

Audiência com o Dr. Athayde Fontoura Filho – diretor-geral

25 de maio

Carlos Alberto Quiñonez – diretor-geral de Administração e Finanças do TSJE – Paraguai.

José Guggiari – diretor de partidos e movimentos políticos do TSJE – Paraguai.

Luis Alberto Salas – diretor de logística do TSJE – Paraguai.

Luis Alberto Mauro – assessor do Tribunal do TSJE – Paraguai.

Pedro Calonga Meza – assistente da Diretoria de Relações Internacionais e Protocolo do TSJE – Paraguai.

POSSES E DESPEDIDA DE MINISTROS

26 de abril

Despedida do Ministro Cesar Asfor Rocha.

3 de maio

Posse do Ministro Ari Pargendler como ministro efetivo.

Posse do corregedor-geral – Ministro José Delgado.

10 de maio

Posse do Ministro Felix Fischer no cargo de ministro substituto.

13 de setembro

Posse do Ministro Fernando Gonçalves no cargo de ministro substituto.

COMITIVAS INTERNACIONAIS RECEBIDAS

28 de fevereiro

Comissão Eleitoral da Indonésia.

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES COMO OBSERVADORES ELEITORAIS

25 a 29 de outubro

Andréa Lopes – assessora do Ministro Gerardo Grossi – Missão de Observação Internacional – Colômbia.

LANÇAMENTO DE LIVROS

24 de abril

Lançamento da coleção de livros sobre a evolução da Lei nº 9.504/97 e das instruções do TSE que regulamentaram as eleições de 1998 a 2006.

OUTROS EVENTOS

27 de agosto

Reunião da Comitiva do Paraguai com a Corregedoria-Geral Eleitoral – TSE

Reunião da Comitiva do Paraguai com a Secretaria de Tecnologia da Informação – TSE.

28 de agosto a 14 de setembro

Exposição do Projeto de Lançamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.

11 de dezembro de 2007

Solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções na área educacional entre o TSE e o Senado Federal. (A primeira providência do acordo será a realização de uma cartilha para as eleições municipais de 2008.)

VIAGENS INTERNACIONAIS

Ministro Marco Aurélio – presidente

5 a 7 de março

Conferência Internacional sobre a Consolidação do Ímpeto em Joanesburgo – África do Sul.

14, 15 e 16 de novembro

XIII Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul (Protocolo de Quito), onde ministrou a palestra Aplicação da Tecnologia aos Processos Eleitorais.

23 a 28 de novembro

Visita oficial à Estação Antártica – 2º Vôo de Apoio da Força Aérea Brasileira à Operação Antártica XXVI

Diretor-Geral

12 de outubro

Fórum – Democracia e Construção de Cidadania, Novos Paradigmas, Novos Caminhos, na Cidade do México, onde ministrou a palestra sobre o tema Educação Cívica e Urna Eletrônica.

Secretário de Tecnologia

2 a 9 de maio

Fórum – Em Direção ao Fortalecimento das Instituições e Procedimentos Eleitorais; ministrou palestra sobre o processo eleitoral brasileiro.

Assessora de Cerimonial e Assuntos Internacionais e Assessora da Diretoria-Geral

10 a 12 de dezembro

1º Encontro de Responsáveis pelas Administrações dos Países de Língua Oficial Portuguesa – Lisboa/Portugal.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

Os projetos da ASCAI para 2008 são os seguintes:

- implementação do sistema de cerimonial atualmente em desenvolvimento pela STI

O objetivo do sistema é unificar o maior número possível de informações sobre a autoridade pesquisada, para consultas rápidas. Ele permitirá ainda a criação de etiquetas para envelopes e de listas de confirmação de envio de convites e a emissão de relatórios, entre outras tarefas.

- desenvolvimento, em conjunto com os tribunais regionais eleitorais, de ações de padronização das solenidades na Justiça Eleitoral

Essas ações visam a unificar, na medida do possível, as solenidades oficiais do Judiciário, mais precisamente as do âmbito da Justiça Eleitoral, que contam com algumas particularidades, como a solenidade de diplomação.

- revitalização da página da assessoria na Intranet/Internet

A área internacional será responsável pela alimentação do *site* internacional do TSE, com informações sobre a Justiça Eleitoral em português, inglês e espanhol. O *site* irá atender especialmente os eleitores brasileiros no exterior.

- coordenação das seguintes solenidades:

SOLENIIDADE	DATA PREVISTA
Despedida do Senhor Ministro Gerardo Grossi, decorrente do término de mandato (tomou posse como efetivo em 21.2.2006).	21 de fevereiro de 2008 quinta-feira
Aposição de retrato do Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes na Galeria dos Ex-Presidentes do TSE.	13 de março/2008 quinta-feira – 18h
Posse de ministro efetivo (OAB), decorrente do término do mandato do Senhor Ministro Gerardo Grossi e após nomeação pelo Senhor Presidente da República.	Março/2008
Despedida do Senhor Ministro José Delgado, corregedor-geral da Justiça Eleitoral, em decorrência do término do biênio de ministro efetivo (28.3.2008).	27 de março/2008, quinta-feira
Posse de ministro efetivo (STJ), após eleição e indicação formal pelo órgão de origem, decorrente da saída do Senhor Ministro José Delgado.	Abril/2008
Eleição, pelo TSE, do novo corregedor-geral da Justiça Eleitoral.	Abril/2008
Posse do novo corregedor-geral da Justiça Eleitoral	Abril/2008
Inauguração do Centro Cultural da Justiça Eleitoral – Rio de Janeiro/RJ	18 abril/2008 – sexta-feira
Despedida do Senhor Ministro Cezar Peluso do TSE, em decorrência da posse como vice-presidente do STF.	Até 22 de abril/2008 (a posse de presidente e vice-presidente no STF será no dia 23 de abril/2008, quarta-feira)
Eleição do novo presidente do TSE	Abril/2008
Despedida do Senhor Ministro Marco Aurélio da Presidência do TSE, em função do término do biênio (assumiu a Presidência do TSE em 4 de maio de 2006).	29 de abril de 2008, terça-feira (1º de maio, quinta-feira, será feriado nacional)
Posse de ministro(s) efetivo(s) (STF), após eleição e indicação formal pelo órgão de origem.	Maio/2008
Posse do presidente e vice-presidente do TSE	Maio/2008

SECRETARIA DO TRIBUNAL

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

O GABINETE DO DIRETOR-GERAL do Tribunal Superior Eleitoral organiza a agenda de compromissos do diretor-geral, prepara e despacha o expediente do gabinete, e controla entrada e saída de documentos, mantendo o arquivo organizado e atualizado. Além disso, presta apoio administrativo à Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, à Assessoria de Comunicação Corporativa e à Assessoria de Pesquisa e Estatística.

O gabinete também assiste todas as unidades administrativas do TSE, contribuindo para a elaboração de documentos a serem tratados com o diretor-geral, o ministro presidente e os gabinetes dos ministros. Atua ainda em conjunto com os tribunais regionais eleitorais, prestando informações e auxiliando nas demandas encaminhadas ao gabinete, bem como atende ao público em geral que busca esclarecimentos no TSE.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

COMO A PRINCIPAL ATRIBUIÇÃO DA ASSESSORIA DO DIRETOR-GERAL é prestar apoio administrativo, o objetivo maior da unidade é manter a excelência e a presteza desse apoio a todos os que trabalham em conjunto com o gabinete, assim como auxiliar o diretor-geral nas diversas iniciativas da Administração para 2008, principalmente por ocasião das eleições municipais.

As eleições municipais são a principal meta da Justiça Eleitoral para 2008, e a assessoria do diretor-geral é responsável pelas tratativas com os tribunais regionais eleitorais e outros órgãos envolvidos no pleito.

A atividade de destaque desenvolvida pela assessoria por ocasião das eleições é a utilização do apoio logístico das Forças Armadas, adotado desde 1994, visto ser este um auxílio inestimável à realização de pleitos eleitorais com qualidade, transparência, segurança, rapidez e eficácia.

As despesas com o transporte feito pelas tropas durante os pleitos são financiadas à conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral.

Esse serviço é independente da requisição de força federal prevista na Resolução-TSE nº 21.843, de 22 de junho de 2004, e a convocação é feita pelo diretor-geral do TSE.

As Forças Armadas prestam relevante serviço de transporte de pessoas e de material, alcançando os municípios longínquos, inacessíveis pelas vias terrestres e fluviais, bem como as comunidades indígenas, possibilitando o exercício do direito de voto a uma grande parcela dos eleitores brasileiros.

Em 2006, os tribunais regionais eleitorais do Acre, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande de Sul e Roraima manifestaram interesse em realizar o transporte de pessoas e materiais pelas Forças Armadas.

Para as Eleições 2008, presume-se que não será diferente. O apoio logístico prestado pelas Forças Armadas, bem como da Força Federal, para garantir a segurança dos pleitos em locais de conflito, será necessário.

A assessoria estará à frente desse trabalho, realizando as tratativas com o Ministério da Defesa para atendimento dos pedidos oriundos dos TREs.

ASSESSORIA JURÍDICA

A ASSESSORIA JURÍDICA (ASJUR), nos processos que versem sobre temas ligados à administração do Tribunal, responde a consultas jurídicas formuladas ou encaminhadas pelo diretor-geral e aprecia recursos administrativos encaminhados ao Gabinete do Diretor-Geral. Também reúne elementos de fato e de direito que auxiliam na preparação de informações a serem prestadas pelo diretor-geral em mandado de segurança contra ato por ele praticado.

A Asjur, além disso, emite pareceres, elabora estudos e presta informações jurídicas nos processos e procedimentos administrativos; analisa os processos sobre matéria nova ou controvertida, propondo solução aplicável ao caso; e examina a legalidade das propostas de atos, instruções e regulamentos, visando à uniforme aplicação da legislação de Direito Administrativo.

Outra atividade da assessoria consiste no exame e aprovação de minutas de editais de licitação, cartas-convite, contratos, convênios e demais ajustes a serem celebrados pelo Tribunal, bem como suas respectivas alterações ou aditamentos.

As manifestações da Asjur dão-se previamente sobre cabimento, dispensa ou reconhecimento de inexigibilidade de licitação; também acerca de questões interpretativas suscitadas em editais e outros procedimentos licitatórios, bem como em contratos, convênios e demais ajustes firmados

pelo TSE. A unidade ainda colabora com as diversas secretarias do Tribunal no oferecimento de subsídios ou de orientação jurídica, quando solicitados, e desenvolve outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-geral.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Programa de Qualidade – A Asjur está entre as unidades envolvidas no Escopo 2 (aquisição de materiais e contratação de serviços) do Programa da Qualidade, razão pela qual foram implementadas as atividades exigidas para atender às normas da ISO 9001:2000. Posteriormente, com a mudança da abrangência do Escopo 2, que passou a ser somente “aquisição de materiais com base no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 – contratação direta”, a participação da Asjur no projeto foi adiada.

A Asjur também solicitou e concebeu o curso As Repercussões do Novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas nas Contratações Realizadas pela Administração Pública, ministrado pelo professor Lucas Rocha Furtado, no dia 10 de outubro de 2007.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

OS PROJETOS DA ASJUR com previsão de implementação em 2008 são os seguintes:

- digitalização de pareceres jurídicos;
- digitalização de artigos publicados pelas revistas *Zênite*, de Direito Administrativo (IDAF), *Licitações e Contratos* (ILC), *Boletim de Licitações e Contratos*, *Fórum de Contratação e Gestão Pública*, entre outras;

- criação de um banco de jurisprudência com as principais decisões em matéria de licitações e contratos e de legislação de pessoal, principalmente do Tribunal de Contas da União.

ASSESSORIA DE PESQUISA E ESTATÍSTICA

A ASSESSORIA DE PESQUISA E ESTATÍSTICA (ASPES) realiza levantamentos, estudos e pesquisas que auxiliam a Secretaria do Tribunal na formulação de estratégias de gestão; procede à organização, ao tratamento e à análise e interpretação de dados levantados; elabora diagnóstico e relatórios analíticos e emite pareceres fundamentados na análise dos dados obtidos; e fornece estatísticas para alimentar bancos de dados de interesse do Poder Judiciário.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Com o objetivo de manter o histórico das informações, a Aspes vem desenvolvendo um trabalho junto às secretarias do TSE, possibilitando a realização de estudos estatísticos pelas diversas áreas do TSE e pelas entidades externas.

No ano de 2007, foi disponibilizada na página do TSE na Intranet a estatística processual, fruto de trabalho desenvolvido com a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Tecnologia da Informação. Foram disponibilizadas informações sobre os quantitativos de sessões, de processos distribuídos e redistribuídos, de recursos interpostos e de julgamentos,

classificados por tipo, relator, entre outros. No ano de 2008, será disponibilizado o Tempo Médio de Tramitação (TMT) dos processos nas suas diversas fases.

Com a implementação das estatísticas processuais, iniciou-se o projeto de dados estatísticos da Secretaria de Gestão de Pessoas. Com a participação das secretarias de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas realizou-se um levantamento de todas as informações consideradas importantes para a gestão das coordenadorias da SGP cujo histórico deve ser guardado. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de definição e carga da base de dados histórica, com a sua disponibilização prevista para o ano de 2008.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

TENDO COMO BASE AS PESQUISAS solicitadas pelos cientistas políticos de universidades nacionais e do exterior, por partidos políticos e outras instituições, a Aspes realizará em 2008 a reformulação das consultas eleitorais disponíveis na Intranet e Internet, com o objetivo de torná-las mais eficientes.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

A ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO (ASPLEG) assessora o diretor-geral na análise de cenários internos, na formulação de estratégias institucionais, na definição e coordenação de planos de ação e na fixação de diretrizes e políticas administrativas para o Tribunal. Também assiste o diretor-geral no alinhamento e na compatibilização dos planos de gestão oriundos das diversas unidades do Tribunal; analisa e consolida as propostas para fins de elaboração ou modificação do Regulamento Interno do TSE; propõe a implementação de projetos de racionalização e otimização de métodos e processos de trabalho; e ainda promove estudos, realiza levantamentos, analisa proposições e apresenta propostas visando à modificação da estrutura orgânica do Tribunal.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

A ASPLEG TEM INTENÇÃO DE APRIMORAR, em 2008, o sistema Gerim, acompanhando os testes em campo, para o lançamento da segunda versão desse sistema – que será implantado em versão customizada para os diferentes TREs.

Prevê ainda a integração do Gerim com o Sistema de Logística das Urnas Eletrônicas (Logus), ferramenta informatizada a ser utilizada em todos os locais de armazenamento das urnas eletrônicas.

Como desdobramento em ações do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, a assessoria pretende integrar sistematicamente os planejamentos das Asplans das secretarias do TSE e alinhar os planejamentos dos TREs, quanto às diretrizes estratégicas elaboradas. Tenciona, para isso, a criação de um núcleo de conhecimento em gerenciamento de projetos e *portfolio* com o objetivo de desenvolver um Escritório Estratégico de Projetos que promova melhorias de gestão. Intenta também a realização de estudos a respeito do estabelecimento de indicadores, nessa área, para a Justiça Eleitoral.

A Aspleg pretende ainda criar um ambiente virtual para troca de experiências entre as assessorias e divulgação das melhores práticas.

A assessoria deseja iniciar estudos, a partir dos resultados do projeto-piloto da identificação biométrica do eleitor, a respeito da extensão da revisão do eleitorado brasileiro com utilização de biometria.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL

A ASPLEG REALIZOU, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, o primeiro encontro das assessorias de Planejamento, Estratégia e Gestão da Justiça Eleitoral. O evento, chamado de Encontro com as Idéias – Transformando Idéias em Ações, foi realizado no período de 26 a 28 de setembro de 2007 e teve como objetivos o alinhamento

conceitual e metodológico do grupo e a explicitação do posicionamento estratégico da Justiça Eleitoral. Os trabalhos foram conduzidos pelo consultor de negócios Edmarson Bacelar Mota, do Instituto MVC, e contaram com a participação de 53 servidores (de 25 regionais e do TSE) e 3 diretores-gerais.

Aos participantes desse evento foram apresentados oito temas considerados estratégicos pelo TSE. Esses temas foram debatidos em grupos formados pelas diferentes assessorias e, por fim, consolidados em uma grande apresentação, validada por todos os assessores – na segunda etapa do encontro, realizada nos dias 19, 20 e 21 de novembro.

No dia 21 de novembro procedeu-se ao encerramento dessa etapa inicial de alinhamento estratégico, com a apresentação, para os diretores-gerais, dos projetos e ações resultantes da reflexão acerca dos temas estratégicos. Houve consenso dos diretores-gerais na importância do conteúdo e na necessidade de desdobrar em atitudes efetivas o teor das apresentações no ano de 2008.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA (ASCOR) realiza estudos e pesquisas para identificar as necessidades de informação do Tribunal; procede à divulgação interna de eventos e campanhas institucionais realizados pelo Tribunal; dá publicidade interna às matérias relativas a decisões, recomendações e orientações de interesse da instituição e do servidor, utilizando as mídias e canais de comunicação disponíveis no Tribunal; formula planos de comunicação interna com base nas necessidades do público identificado, do tipo de informação a ser veiculada e da mídia a ser utilizada; e avalia, contínua e permanentemente, a satisfação das necessidades de informação dos servidores do Tribunal.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

A Ascór, responsável pela comunicação corporativa, trabalhou para a integração dos canais de comunicação, lançou a Agenda Ambiental 2007 e incrementou projetos voltados para o meio ambiente, entre outras atividades abaixo descritas.

VISITA GUIADA AO TSE

A visita orientada dos estudantes de Direito ao Tribunal Superior Eleitoral é um dos canais de comunicação do TSE com a sociedade, em que é transmitida a sua imagem institucional.

A Ascor, em parceria com a Coordenadoria de Biblioteca (Cobli) e com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics), enriqueceu o cronograma das visitas. Hoje, um historiador, que acompanha os estudantes ao Centro de Memória, conta a história das eleições e explica a procedência dos objetos expostos. Após a visita, os estudantes escolhem um dos cinco documentários sobre as eleições, da série produzida pelo TSE em parceria com a TV Cultura, para assistirem. Após o vídeo, os visitantes seguem para a sessão plenária.

Durante o ano de 2007, o TSE recebeu aproximadamente 350 estudantes.

EXPOSIÇÕES NO TSE

A utilização do salão de entrada do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral foi regulamentada para proporcionar aos servidores e ao público em geral oportunidades de aprimoramento e desenvolvimento cultural e social por meio de exposições de arte, lançamentos de livros e campanhas sociais.

Desde sua regulamentação – Portaria nº 250, de 14 de junho de 2007 –, o espaço já recebeu 9 exposições de arte, e a agenda para 2008 já tem reservas.

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Diante da necessidade de tornar a informação mais dinâmica e atualizada, bem como oferecer canais de comunicação

voltados à integração dos servidores, a Ascor, em parceria com as unidades responsáveis pela diversas publicações do TSE, propôs a centralização dos veículos em um único canal de comunicação *on-line*, intitulado *aconTSE online*.

ACONTSE ONLINE

O *aconTSE online* foi lançado em 8 de agosto de 2007 com o objetivo de permitir o acesso via *web* às notícias do *aconTSE* – distribuído em versão impressa mensalmente aos servidores – e também prover o acesso centralizado a outras publicações internas do Tribunal como o *Informativo aconTSE*, o *Inebi*, o *Informação em Destaque* e o *IntraNotícias*.

CLASSIFICADOS ACONTSE

Ainda com o objetivo de prover um espaço de interatividade dedicado ao servidor do TSE, integrou também o *aconTSE online* o *Classificados aconTSE*.

INTRANOTÍCIAS

Visando prover notícias com agilidade, o *IntraNotícias* foi transformado em um veículo de comunicação diário, que divulga os principais acontecimentos nas secretarias e coordenadorias do Tribunal, por meio de uma dinâmica diária de entrevistas realizadas com as diversas unidades.

BOLETIM DIÁRIO ACONTSE ONLINE

Para facilitar ainda mais o acesso às notícias e manter os servidores do TSE sempre bem informados, criou-se também

o *Boletim Diário acontSE online*, que é enviado aos e-mails dos servidores cadastrados, com as últimas notícias publicadas no *IntraNotícias* e com os produtos e serviços disponíveis no *Classificados acontSE*.

JORNAL MURAL ACONTSE

O jornal mural tem periodicidade quinzenal, é publicado em um quadro de avisos por andar (dos edifícios sede e anexos) e voltado à divulgação de notícias sobre a vida social do servidor.

A diversidade de notícias é característica marcante do veículo, que conta com as seguintes seções: TSE em Ação, que divulga os últimos acontecimentos, eventos e campanhas internas; Servidor em Ação, que noticia a vida social do servidor, com novidades sobre seus feitos fora do Tribunal (dicas de diversão, incentivo à participação em ações de voluntariado, convites para *shows*, peças teatrais, churrascos e outros); Servidor em Destaque, que disponibiliza uma lista com os aniversariantes da semana, promoções, casamentos e nascimentos; Mural de Fotos, onde são expostas fotos dos servidores em suas realizações; Mural de Mensagens, voltado à publicação de homenagens de servidores ou de unidades, além de publicação de textos reflexivos; e O Brasil e o Mundo, que traz os últimos acontecimentos na economia, na política, no meio ambiente, no esporte e outros.

AGENDA AMBIENTAL TSE

Lançamento

No dia 22 de março, Dia Mundial da Água, realizou-se o evento de lançamento da Agenda Ambiental 2007. Seguindo

a tendência mundial, a Agenda Ambiental do TSE adotou o tema Aquecimento Global para as ações do programa nesse ano. O evento foi aberto pelo diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, e contou com a presença da secretária-geral da Presidência, Guiomar Feitosa de Albuquerque Lima. Paulo Moutinho, coordenador de pesquisas do Programa de Mudanças Climáticas da Amazônia (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), ministrou a palestra Aquecimento Global, os Brasileiros e a Amazônia. Em seguida, Jacimara Guerra Machado, representante da Câmara dos Deputados e coordenadora do projeto Ecocâmara, falou sobre o tema Neutralização do CO².

Reciclagem de papel

Ainda no mês de março, foi instituída a utilização de papel reciclado em toda a comunicação interna do Tribunal. Além de contribuir para a redução do lixo, o uso do papel reciclado em larga escala traz outros benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, pois é composto por 75% de aparas de produção e 25% de material pós-consumo, recolhido por cooperativas de catadores.

Ainda visando o uso consciente e a economia de papel no Tribunal, a Comissão da Agenda Ambiental, em parceria com a Coordenadoria de Pessoal (Copes/SGI), propôs à Secretaria do TSE a substituição do contracheque impresso pelo contracheque eletrônico. A Portaria nº 200, de 17 de maio de 2007, instituiu o contracheque eletrônico no Tribunal.

Aquecimento global

No dia 2 de abril, promoveu-se uma sessão especial do documentário Uma Verdade Inconveniente, produzido pelo ex-vice-presidente americano Al Gore. O documentário, com

1h30 de duração, aborda em detalhes o tema Aquecimento Global. O objetivo foi apresentar os conceitos do aquecimento global, bem como sensibilizar e conscientizar os servidores quanto à realidade atual do meio ambiente e à necessidade de sua preservação.

Para comemorar a Semana Nacional do Meio Ambiente, de 4 a 8 de junho, o Programa Agenda Ambiental do TSE realizou uma exposição sobre a evolução da destruição do meio ambiente, provocada pelo aquecimento global. Intitulada Túnel do Tempo, a exposição reuniu um acervo de imagens representando o meio ambiente: Ontem, Hoje, Amanhã sem você e Amanhã com você. Durante a exposição, foram distribuídas 350 mudas de seis espécies de árvores do cerrado, como forma de incentivo ao plantio de árvores, dando ênfase aos conceitos de neutralização de carbono.

Campanha Desligue-TSE

Lançada no dia 23 de abril, a campanha Desligue-TSE teve como principal objetivo a preservação do meio ambiente por meio da economia de energia elétrica. A Agenda Ambiental preparou um folheto explicativo que apresentou as ações já realizadas pelo TSE e informou como os servidores podem colaborar no seu dia-a-dia de trabalho.

Ecologi

A Comissão da Agenda Ambiental do TSE, em parceria com a Coordenadoria de Logística (Clogi/STI), formou o grupo Ecologi, destinado a realizar estudos e elaborar propostas quanto ao descarte ecologicamente correto dos materiais remanescentes de eleições. Formado em junho de 2007, o Ecologi tem como principal responsabilidade prover soluções de descarte que garantam a preservação do meio ambiente.

Entre os dias 23 e 26 de outubro, ocorreu a I Mostra Justiça e Bem Viver, evento em homenagem ao Dia do Servidor e em comemoração ao bicentenário da Justiça. Na ocasião, a Comissão da Agenda Ambiental do TSE apresentou a estação Meio Ambiente, com o objetivo de conscientizar os servidores quanto à questão sócio-ambiental e incentivar os demais órgãos do Judiciário a implantarem programas de gestão ambiental.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA intenta realizar em 2008 a divulgação e promoção dos veículos de comunicação desenvolvidos em 2007; pretende principalmente fazer evoluírem as parcerias já estabelecidas com as diversas unidades do Tribunal, com o objetivo de tornar a comunicação interna uma forte aliada dos gestores e líderes, visando a contribuir para o atingimento das metas e dos objetivos estratégicos estabelecidos pelas secretarias e demais unidades, por meio do estabelecimento e da gestão de uma comunicação interna planejada e proativa.

NÚCLEO DA QUALIDADE

O **NÚCLEO DA QUALIDADE** tem como principais atribuições a orientação estratégica para a implantação de novos escopos no Sistema de Gestão da Qualidade do TSE (SGQ), a consolidação da política e dos objetivos da Qualidade, a disseminação da cultura da qualidade no âmbito do TSE e a prestação de consultoria às unidades que integram os escopos do SGQ, tratando as não-conformidades apontadas pelas auditorias.

Também incumbe ao Núcleo a elaboração de planos de ação ou correção, a divulgação dos resultados relativos ao SGQ e o fornecimento de informações ao Comitê da Qualidade para a elaboração das pautas de reunião de análise crítica, bem como a participação nas reuniões de análise de dados e crítica.

GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da qualidade é o compromisso do TSE na busca do serviço público eficiente, eficaz e transparente. Tem como principais benefícios o tratamento sistemático das não-conformidades nos processos de trabalho, a definição de indicadores para mensuração e controle de metas estratégicas da instituição, credibilidade no investimento de recursos, a satisfação das necessidades dos clientes internos e externos, a redução de tempo e custos e a transparência dos processos internos.

Com esses objetivos, houve a implantação do Escopo 1 – Atividades de protocolização, atuação e distribuição dos processos de *habeas corpus*, mandado de segurança e medida cautelar –, que alcançou a certificação ISO 9001:2000 em 10.6.2005.

Em 2007, o Núcleo da Qualidade acompanhou as reuniões de análise de dados desse escopo e as reuniões de análise crítica, observando que o sistema está bastante amadurecido e as auditorias externas vieram confirmar esse bom desempenho, assegurando a manutenção da certificação.

Em março de 2006, começou o projeto de expansão do Sistema de Gestão da Qualidade com mapeamento das atividades referentes à Seção de Contratos para adaptação das ITs ao processo de trabalho. O Escopo 2 abrangeria todas as modalidades de aquisição de materiais e serviços. Em fevereiro de 2007, foi feita uma reavaliação do macrofluxo, sendo sugerida uma nova reestruturação do escopo. Ao longo dos trabalhos, decidiu-se reduzir o Escopo 2, com o mapeamento apenas dos processos que abrangem a contratação direta, de acordo com o art. 24, II.

Em 2007, em relação ao Escopo 1, foram realizadas três auditorias internas e duas auditorias externas (auditorias de acompanhamento). Para o Escopo 2, foram realizadas uma auditoria interna e uma externa (pré-auditoria). Também foram realizadas duas reuniões de análise crítica e dez reuniões de análise de dados.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Em 2007, o Núcleo da Qualidade desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

- Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Escopo 1 – Secretaria Judiciária.

- Realização de reuniões mensais de análise de dados, com a participação do Conselho da Qualidade da SJD e da equipe do NQ, atuando como consultores.

- Identificação de oportunidades de melhorias.

- Revisão do projeto de expansão do Sistema de Gestão da Qualidade envolvendo o processo de aquisição de materiais, dividindo o Escopo 2 em duas fases:

- . 1ª fase: Aquisição de materiais, conforme o art. 24, II.

- . 2ª fase: As demais modalidades de aquisição.

- Realização da pré-auditoria para certificação do Escopo 2, havendo recomendação para dar continuidade ao cronograma para certificação do Escopo 2.

- Contratação de eventos de capacitação para as unidades envolvidas nos escopos 1 e 2, bem como para a STI.

- Contratação de capacitação dos servidores que compõem o NQ quanto ao planejamento de certificação de um escopo no Sistema de Gestão da Qualidade.

- Contratação da Fundação Carlos Alberto Vanzolini para participar do processo de certificação do Escopo 2.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

O NÚCLEO DA QUALIDADE TEM COMO OBJETIVOS a realização, em 2008, das seguintes atividades e projetos:

- expansão do Escopo 2 do SGQ, englobando as demais modalidades de aquisição não previstas, para que se dê o mapeamento dos processos de trabalho das unidades envolvidas nessa nova fase;

- estudo de implementação de um novo escopo na Secretaria de Tecnologia da Informação e na Secretaria de Gestão da Informação;
- elaboração do protótipo do Painel de Controle do Processo de Aquisição do TSE, destinado a facilitar o acompanhamento dos indicadores referentes ao processo de aquisição pelos gestores afetados pelo processo;
- criação de um grupo de análise de projetos básicos de compras, cujo objetivo é evitar que estes cheguem sem as especificações corretas dos serviços ou produtos demandados e permitir o acompanhamento do fluxo mapeado com as unidades;
- automatização das não-conformidades após a certificação do Escopo 2.

GESTÃO DAS SECRETARIAS

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP) gerencia as atividades de administração, saúde e desenvolvimento dos recursos humanos do Tribunal e, no âmbito da Justiça Eleitoral, propõe políticas, diretrizes e normas, estabelece critérios e orienta a implementação de programas e projetos a serem adotados na execução dessas atividades.

A SGP abrange a Coordenadoria de Pessoal, a Coordenadoria de Assistência Médica e Social e a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

A Coordenadoria de Pessoal (Copes) gerencia a execução das atividades de registro funcional, concessão de benefícios e direitos, aplicação da legislação de pessoal e pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

A Coordenadoria de Assistência Médica e Social (Comed) gerencia as atividades de assistência médica, odontológica, psicossocial e de enfermagem, em caráter preventivo, assistencial e emergencial para os servidores, pensionistas e ministros do Tribunal.

A Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coede) gerencia as atividades referentes a recrutamento, seleção, capacitação e acompanhamento do desempenho funcional dos servidores.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Em 2007, a SGP dedicou-se, sobretudo, à realização de concurso público e à posse dos concursados. No entanto, diversas outras atividades merecem destaque.

CONCURSO PÚBLICO

Diante da necessidade de redimensionamento dos quadros de pessoal da Justiça Eleitoral, tendo em vista a ampliação do número de eleitores em todo o país e, conseqüentemente, a inserção de novas tecnologias e processos especializados de trabalho, foi realizado concurso público para provimento de cargos efetivos de níveis médio e superior, criados pela Lei nº 11.202/2005. Por meio da Portaria nº 54, de 2 de fevereiro de 2006, foi composta comissão para planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades pertinentes à operacionalização do certame.

Além dos cargos efetivos do TSE, foi incorporado na contratação do concurso público o provimento dos cargos efetivos dos tribunais regionais eleitorais do Acre, Rio de Janeiro, de Rondônia e Roraima, totalizando 801 cargos a serem providos.

Pelo Edital nº 1, de 13 de novembro de 2006, a comissão tornou pública a realização do concurso para provimento de 293 cargos efetivos de analista e técnico judiciário para a Secretaria do TSE. As provas foram aplicadas em 14 de janeiro de 2007, sob a condução do Cespe/UnB, e o Edital nº 15, publicado no *Diário Oficial da União* em 24 de abril de 2007, homologou os resultados do certame.

Entre maio e junho de 2007 foram realizadas aproximadamente 150 entrevistas individuais, analisados cerca

de 200 currículos e levantados os perfis comportamentais, com base na metodologia DISC, da totalidade dos candidatos aprovados dentro do número de vagas disponíveis, com vistas à definição das lotações nas diversas unidades do TSE. Foram, ainda, realizadas inspeções médicas (admissionais) em todos os candidatos habilitados, e prospectados cerca de 1.400 documentos comprobatórios para ingresso na carreira. Foram também realizadas quatro reuniões com o quadro de gerentes do TSE, entre secretários, coordenadores e chefes de seção, com vistas a orientá-los na recepção dos novos servidores, de modo a garantir a rápida integração destes servidores à cultura presente na organização.

Em julho de 2007, foram publicadas no *Diário Oficial da União* as portarias de nomeação dos 293 novos servidores e, nos dias 1º, 2 e 3 de agosto, foi realizado o Treinamento de Ambientação – *AmbientTSE*, sob a coordenação da SGP, totalizando 24 horas de palestras proferidas pelos titulares de todas as unidades administrativas do TSE, com a exibição de vídeos institucionais e distribuição de material informativo.

Nos dias 4 e 5 de agosto, a Secretaria de Gestão de Pessoas deu posse à totalidade dos servidores nomeados, em 8 grandes eventos realizados no auditório do TSE, encaminhando-os às suas novas unidades de lotação. Foram assinados cerca de 600 termos de posse e entrada em exercício.

Foram prestadas informações em 43 ações judiciais propostas por candidatos do concurso, nas quais figuram, no pólo passivo, a presidente da Comissão de Concurso, o ministro presidente do TSE e a União.

REGULAMENTAÇÃO DE LEI E PORTARIAS

Em 2007 foram elaboradas 7 (sete) propostas de regulamentação dos dispositivos constantes na Lei

nº 11.416/2005 e portarias conjuntas de nºs 1 e 3, a saber: adicional de qualificação, gratificação de atividade de segurança, programa permanente de capacitação e desenvolvimento, remoção, desenvolvimento na carreira, ocupação de FC e CJ e ingresso e enquadramento. Tais proposições resultaram nas resoluções-TSE nºs 22.576/2007, 22.595/2007, 22.572/2007, 22.582/2007, 22.581/2007. Foram formuladas, ainda, propostas para a regulamentação da educação a distância, dos procedimentos para a realização de concursos públicos e a proposição que trata da gratificação por encargo de curso ou concurso (aprovada na sessão plenária do dia 27 de novembro), todas no âmbito da Justiça Eleitoral.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM RH

Um amplo e detalhado diagnóstico sobre os atuais sistemas de informação em RH foi realizado, notadamente no Sistema de Gerenciamento de RH (SGRH), com vistas a identificar vulnerabilidades, necessidades e não-conformidades que pudessem resultar em diminuição da qualidade das decisões relativas à gestão de pessoas. Preliminarmente ao diagnóstico, foram realizadas mais de 50 (cinquenta) entrevistas com as equipes que operam os sistemas. As análises e testes duraram cerca de 90 (noventa) dias. O resultado está consolidado em relatório protocolado sob o nº 1.733/2007, encaminhado à Secretaria de Tecnologia da Informação com um conjunto de recomendações relativas às necessidades de ajuste e/ou melhorias nos quase 40 (quarenta) módulos que compõem o SGRH.

FORÇA DE TRABALHO

O quadro a seguir apresenta a força de trabalho do TSE.

Descrição do subitem	Total
5.1 Quantidade de servidores ativos, inativos e pensionistas	1.089
5.2 Dentro do universo de servidores ativos:	
a) Quantitativo de efetivos	682
b) Quantitativo de cedidos	72
c) Quantitativo de requisitados	98
d) Quantitativo de licenciados sem remuneração	0
5.3 Quantitativo de admissões, desligamentos e licenças	351
a) Admissões	305
b) Desligamentos	46
c) Licenças sem remuneração	0

*Dados relativos a novembro de 2007.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Contracheque eletrônico

A implantação do contracheque por correio eletrônico significou uma grande evolução para a instituição tanto no que tange à economia em papel quanto no que diz respeito ao tempo destinado à confecção dos contracheques e à demanda da força de trabalho envolvida. Antes dessa iniciativa, eram necessários de 2 a 3 dias de trabalho de um servidor para operacionalizar a geração do arquivo, a impressão, o envelopamento, a separação por unidades e, finalmente, o encaminhamento.

Convênios educacionais celebrados: cooperação educacional

Foram firmados ajustes de cooperação educacional com o Instituto Mackenzie e com o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) para a concessão de descontos aos servidores ativos e inativos e seus dependentes legais, econômicos e especiais, nos cursos de pós-graduação, extensão e em outros cursos oferecidos por essas instituições.

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

Com base no resultado das avaliações de competências dos servidores do Tribunal, realizadas em 2006, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG TSE 2007), realizado em parceria com o Instituto MVC, teve por objetivo a formação e o aperfeiçoamento do quadro gerencial do TSE, para obtenção de resultados mais efetivos no cumprimento da missão e das estratégias institucionais. Foram convidados a participar os secretários, os assessores-chefes e os coordenadores e, em nível tático-operacional, as chefias de seção.

SAÚDE DO SERVIDOR

*Atendimentos ambulatoriais**

ESPECIALIDADE	ATENDIMENTOS
ENFERMAGEM	768
PSICOLOGIA	135
ASSISTÊNCIA SOCIAL	207
ODONTOLOGIA	1.542
MEDICINA	1.938

*Considerado o período de janeiro a novembro de 2007.

Campanhas realizadas

Diversas campanhas foram realizadas no ano de 2007, a saber:

- Vacinação contra a Gripe: vacinados cerca de 350 servidores ativos do quadro do TSE.

- Programa Amil Qualidade de Vida: realizado o mapeamento de colesterol, triglicérides, glicose e análise de fatores de risco em 50% da população de servidores ativos do TSE por equipe de profissionais da Amil Assistência Médica.
- Prevenção e Combate à Hepatite C: realizada a prospecção de sangue em 832 servidores ativos e inativos do TSE para identificação de casos positivos.
- Prevenção ao Uso de Drogas Lícitas, Compulsões e Mudança de Hábitos: realizada palestra interativa com profissionais da Secretaria de Saúde do Estado e Polícia Civil.
- Violência e Assédio Moral no Trabalho: realizada palestra com procuradora do Ministério Público com vistas a orientar a identificação de ocorrências no trabalho.
- Saúde da Mulher: realizados eventos comemorativos ao Dia Internacional da Mulher com apresentação de grupo de teatro e palestras interativas, de caráter educativo.
- I Mostra de Justiça e Bem Viver: participação no planejamento, coordenação e execução do evento, em parceria com outros órgãos do Poder Judiciário, em comemoração ao Dia do Servidor Público e o Bicentenário do Poder Judiciário Brasileiro.

EVOLUÇÃO DO BANCO DE TALENTOS

O BANCO DE TALENTOS DO TSE (BT) é um projeto decorrente da estratégia da SGP voltada para o capital humano do TSE. Está em consonância com a estratégia relativa ao capital intelectual do TSE: o de assegurar os meios e os recursos necessários que permitam identificar, organizar, compartilhar e aplicar o conhecimento, tácito ou explícito, existente no Tribunal.

Atualmente, grande parte das informações profissionais sobre o servidor do Tribunal estão disponíveis em fontes

distintas, muitas das quais com acesso restrito, o que dificulta a pesquisa e, com isso, empobrece muitas das decisões relativas a pessoal.

Dados relevantes sobre os perfis pessoais, elementos de currículo, competências e histórico da vida funcional do servidor são perdidos por falta de sistematização e de sítios específicos apropriados à divulgação e à consulta. Por outro lado, há dados não explicitados, como cursos extracurriculares, experiências diversas adquiridas fora do TSE, competências complementares e *expertises* que se perdem sem que a organização tenha conhecimento ou possa aproveitá-los em sua atividade finalística.

O Banco de Talentos do TSE tem como propósito possibilitar o registro e o gerenciamento do capital humano e intelectual do TSE por meio de uma base de dados que contenha o elenco de competências e interesses de cada servidor. O Banco de Talentos automatizado permitirá o acesso às informações sobre o quadro de servidores da instituição, de forma a identificar e assegurar o aproveitamento integral do potencial e das competências dos servidores que constituem a força de trabalho do Tribunal.

À STI coube o desenvolvimento da ferramenta para a implementação do BT. A SGP elaborou a identidade visual do banco e iniciará em 2008 a divulgação interna dessa iniciativa, para apresentar o sistema, suas finalidades e seus benefícios e usos, tão logo o protótipo esteja finalizado.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio do Tribunal Superior Eleitoral oferece vagas a estudantes de nível superior, em áreas diversas do conhecimento, e tem como objetivo propiciar a complementação do ensino/aprendizagem. O programa de

estágio do TSE tem-se revelado como um excelente instrumento de ambientação ao mercado de trabalho, de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural e de relacionamento humano.

O Programa de Estágio no TSE possui, atualmente, 38 estagiários contratados, de diversos cursos e instituições de ensino.

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM (CESAM)

Em 2007, o TSE deu continuidade ao Programa de Aprendizagem, numa parceria com o Centro Salesiano do Menor (Cesam), promovendo a inclusão social e profissional de 38 (trinta e oito) adolescentes de baixa renda no curso de Auxiliar de Serviços Administrativos.

PESQUISA E GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL

A Pesquisa de Clima Organizacional do TSE/2007 teve como objetivo analisar os dados prospectados indicativos do grau de satisfação, entendimento, envolvimento e aderência dos servidores do TSE sobre oito dimensões ligadas à dinâmica da organização, a saber:

- o trabalho *per se* e a relação com o trabalho;
- ambiente corporativo e as condições de trabalho;
- comunicação interna;
- políticas em gestão de pessoas;
- benefícios;
- relacionamento interpessoal;
- liderança;
- identificação com a Justiça Eleitoral.

Nº total de servidores: 775 (na data da pesquisa)

Total de participantes da pesquisa: 311 (40,13%)

Resultados Gerais

DIMENSÃO PESQUISADA	SATISFAÇÃO	INSATISFAÇÃO	SEM OPINIÃO FORMADA
Rel. c/o Trabalho	84%	15%	1%
Ambiente de Trabalho	75%	20%	5%
Comunicação	76%	21%	3%
Polít. Gestão de Pessoas (**)	53%	29%	18%
Benefícios	46%	18%	36%
Relacionamento Interpessoal	82%	13%	5%
Liderança	78%	16%	6%
Identid. c/a Justiça Eleitoral	84%	13%	3%

(*) As políticas de gestão de pessoas refletem o cenário da administração pública e não apenas o TSE.

Itens com maior índice de satisfação

ITENS	SATISFAÇÃO
Bom relacionamento interpessoal na unidade	92%
Cooperação para o alcance de resultados	92%
As pessoas vêem sentido nas atividades que realizam	91%

Itens com menor índice de satisfação

ITENS	SATISFAÇÃO
Oportunidades de ascender profissionalmente no TSE	51%
Oportunidades para exercer função	25%

A comparação entre a pesquisa realizada em 2007 e a conduzida em 2004 aponta melhorias significativas nas dimensões Liderança, Relacionamento Interpessoal e Comunicação.

MANUAIS DE MESÁRIOS, JUÍZES E PROMOTORES

No coordenação do grupo de trabalho, designado pela Portaria nº 459, de 4 de outubro de 2007, a Secretaria de Gestão de Pessoas será a unidade responsável pela elaboração do material

instrucional para a capacitação de mesários, juízes, promotores e servidores, bem como pelo estabelecimento dos critérios, metodologias e estratégias que assegurem a aprendizagem dos conteúdos necessários para as Eleições 2008.

Em fevereiro de 2008, será elaborado cronograma de atividades a ser encaminhado ao diretor-geral, e serão propostos levantamentos junto aos tribunais eleitorais que subsidiem a decisão do GT em relação a mídias e formatos dos treinamentos e material pedagógico para a formação de multiplicadores.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

PORTAL DE AUTO-ATENDIMENTO DO SERVIDOR

O Portal de Auto-Atendimento do Servidor terá a finalidade de oferecer aos servidores do TSE acesso imediato e irrestrito às informações de seu interesse, tanto no que diz respeito a consultas diversas como para o acompanhamento de serviços demandados à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Visualização de contracheques e comprovantes de imposto de renda e informações acerca de margem consignável para empréstimos, férias, saldo de banco de horas, tempo de serviço para aposentadoria, substituições exercidas, marcação de consultas médicas e odontológicas, inscrições em eventos de capacitação, atos e portarias de designação, por exemplo, poderão ser obtidas *on-line* pelo próprio servidor. Isso irá diminuir o trâmite de papéis e dará mais agilidade aos procedimentos, desonerando a procura pelos balcões da unidade de pessoal.

OUVIDORIA INTERNA

O projeto de ouvidoria interna pretende oferecer ao servidor do TSE um canal permanente de comunicação com a administração, por meio do qual possa sugerir, criticar, solicitar, reclamar ou mesmo elogiar os serviços prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas. A SGP intenta com essa medida assegurar a implementação de ações efetivas, preventivas, corretivas ou de manutenção, “como consequência da percepção dos próprios atores envolvidos nos assuntos em questão”.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI) gerencia a implementação de soluções tecnológicas e a infra-estrutura de tecnologia e segurança da informação do TSE; desenvolve, disponibiliza e dá suporte aos sistemas eleitorais e aplicações corporativas; e administra a logística de apoio ao voto informatizado.

A STI abrange a Coordenadoria de Sistemas Eleitorais, a Coordenadoria de Soluções Corporativas, a Coordenadoria de Infra-Estrutura e a Coordenadoria de Logística.

A Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (Csele) gerencia as atividades de levantamento de necessidades, desenvolvimento, testes, homologação, treinamento, implantação e manutenção dos sistemas eleitorais.

A Coordenadoria de Soluções Corporativas (Cscor) gerencia as atividades de desenvolvimento, implantação e treinamento aos usuários dos sistemas corporativos administrativos, judiciários, financeiros, orçamentários, de correição eleitoral, de gestão da informação e de gestão de pessoas, no âmbito da Justiça Eleitoral, e ainda gerencia o desenvolvimento e a manutenção da plataforma *web*.

A Coordenadoria de Infra-estrutura (Coinf) gerencia as atividades de produção, suporte operacional e administração

de banco de dados e de redes de comunicação de dados; presta atendimento aos usuários e oferece a manutenção em equipamentos de informática; estabelece o ambiente informatizado das zonas eleitorais e administra a infraestrutura de tecnologia de informação.

A Coordenadoria de Logística (Clogi) gerencia as atividades relativas aos bens e serviços de apoio ao voto informatizado quanto a armazenamento, transporte, distribuição, manutenção, especificação e quantificação, e elabora um modelo corporativo de armazenamento de dados, visando à integração e padronização das informações disponíveis em bancos de dados.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Em 2007 a STI implementou os seguintes projetos e sistemas:

1. Implantação do Planejamento Estratégico no âmbito da STI;

- Elaboração do plano de gestão da STI para o biênio 2007/2008;
- Realização de pesquisas de satisfação do cliente interno (TSE);
- Medição dos indicadores definidos no planejamento estratégico da STI.

2. Implantação do Escritório de Projetos no âmbito da STI;

- Desenvolvimento de metodologia de gerência de projetos;
- Medição do nível de maturidade da STI em gerência de projetos;
- Estudo das 9 áreas de conhecimento segundo o PMBOK, em conjunto com 16 regionais;

3. Implantação de uma metodologia de desenvolvimento de sistemas;

- Elaboração do Processo de Desenvolvimento Unificado de Software do TSE (Produz);
- Implantação de servidor corporativo para armazenamento de fontes e documentos da STI, de forma segura e padronizada;

4. Desenvolvimento do Sistema de Totalização Parametrizada (TOP), sistema que parametriza e totaliza uma eleição não oficial.

5. Desenvolvimento do Sistema de Candidaturas Módulo Externo 2008 (CANDex2008), sistema que registra o pedido de candidaturas no âmbito externo à Justiça Eleitoral.

6. Processamento de arquivos de faltosos, oriundos das urnas eletrônicas, relativos a eleições suplementares;

Em razão das eleições suplementares ocorridas em todo o país em 2007, faz-se necessário inserir no Cadastro Eleitoral, para os eleitores que não compareceram às eleições suplementares ocorridas em cada município, o registro da falta.

7. Conclusão da implantação da rede de comunicação de dados sem fio (*wireless*) nos quatro prédios do TSE;

Este projeto visa possibilitar a comunicação de dados utilizando dispositivos móveis, tais como *notebooks* ou PDAs, e também a permitir a rápida montagem de ambientes temporários de trabalho sem a necessidade de implantação de rede física de comunicação de dados. No âmbito do Tribunal trouxe benefícios aos usuários

dos *notebooks* de propriedade do TSE, os quais podem acessar a Intranet da Justiça Eleitoral a partir de qualquer lugar do TSE, sem precisarem estar conectados a uma rede física.

Outrossim, com a criação de VLANs próprias, a rede de comunicação de dados sem fio possibilitou aos jornalistas que acompanham as sessões do TSE a conexão direta de seus *notebooks* à Internet, sem a necessidade de intervenção da STI para a disponibilização de pontos de acesso.

8. Substituição dos *notebooks* utilizados pelos secretários, assessores e ministros, permitindo atualização tecnológica e utilização destes com a rede *wireless*;

Foram adquiridos setenta novos *notebooks* destinados a substituir os antigos utilizados no TSE. Tais equipamentos possuem maior autonomia e dispositivos de segurança contra a perda de dados devido a vibração. Aliado à implantação da rede de comunicação de dados sem fio, este projeto viabilizou a melhoria do rendimento dos trabalhos executados nas unidades que se utilizam de *notebooks*.

9. Implantação de acesso remoto seguro à Intranet do TSE e ao serviço de correio eletrônico;

Consiste de projeto que visa possibilitar a servidores do TSE o acesso ao serviço de correio eletrônico e à Intranet do TSE a partir de suas residências ou outro local fora das dependências do TSE. Tal projeto permite maior celeridade no desempenho das funções executadas pelos servidores em função da maior facilidade para o acesso às informações mantidas pelos dois serviços em questão.

10. Aquisição de sistema de prevenção de intrusão em redes de comunicação de dados visando ampliar a segurança da rede de computadores da Justiça Eleitoral, sobretudo quanto a ataques e tentativas de invasão;

O acesso externo e não permitido a informações mantidas pela Justiça Eleitoral é visto como um incidente crítico no ambiente da tecnologia da informação. Um sistema de prevenção de intrusão visa a proteção ativa da rede de comunicação de dados da Justiça Eleitoral.

Considerando-se que o único ponto de contato da rede de comunicação de dados da Justiça Eleitoral com a Internet dá-se por meio do TSE, é justamente nessa conexão com o mundo externo que concentram-se os esforços para controle de invasões.

Um sistema de prevenção de intrusão age analisando as conexões de dados de forma a verificar nelas algum comportamento anômalo ou que seja similar a um ataque ou invasão. Utilizam-se catálogos de procedimentos e de heurísticas para identificar conexões mal intencionadas; os catálogos são proativos, tomando providências quanto ao registro do ataque e quanto à desconexão do agente invasor.

11. Encaminhamento, por meio da Comissão de Segurança da Informação, de proposta de política de segurança da informação a ser adotada pela Justiça Eleitoral, em conformidade com a NBR ISO IEC 17799.

A NBR ISO IEC 17799 preconiza que todas as instituições devem possuir um plano diretor destinado ao tratamento e guarda da informação visando a sua credibilidade, confidencialidade e disponibilidade. Tais pilares são essenciais para a Justiça Eleitoral. Dessa forma, a Coordenadoria de Infra-Estrutura, por meio da Comissão de Segurança da Informação, elaborou e encaminhou

proposta de resolução contemplando diretrizes a serem consideradas no âmbito da Justiça Eleitoral como Plano de Segurança da Informação. São beneficiários dessas diretrizes todos os servidores e usuários da Justiça Eleitoral.

12. Suporte a várias eleições parametrizadas:

- Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB);
- Conselho Federal de Farmácia (CFF);
- Associação Nacional do Departamento de Produção Mineral (ANSDNPM); entre outros.

13. Especificações do Sistema de Logística de Urnas modelo 2008;

O projeto LogusWeb tem o objetivo de construir uma ferramenta informatizada a ser utilizada em todos os locais de armazenamento das urnas eletrônicas. Tal ferramenta servirá como instrumento de acesso rápido e eficiente às informações relacionadas à conservação das urnas eletrônicas e suprimentos.

14. Implantação do SADP3 nos tribunais regionais eleitorais;

O Sistema de Acompanhamento do Documentos e Processos, versão 3 (SADP3), é o sistema responsável por fazer o acompanhamento de todos os documentos e processos protocolados nos tribunais eleitorais. A implantação dessa nova versão do sistema vai permitir uma padronização nas bases de dados e também nos procedimentos judiciais em todos os tribunais eleitorais. Além disso, espera-se que esse sistema sirva como base para implementação do Processo Judicial Eletrônico em toda a Justiça Eleitoral;

15. Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais (Sicel);

A criação do Sistema de Inspeções e correições eleitorais tem seu foco nas necessidades das corregedorias regionais e da CGE em promover anualmente correições e inspeções nas diversas zonas eleitorais espalhadas pelo Brasil, com o propósito de obter um mapa das atividades e necessidades setoriais das zonas eleitorais. A finalidade do sistema é auxiliar nos trabalhos de fiscalização e controle da regularidade dos serviços cartorários, por meio do registro de relatórios de correição e inspeção, permitindo a realização de consultas ao histórico, pela zona eleitoral e pela Corregedoria.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

Em 2008, a STI pretende implementar os seguintes projetos:

1. Implantação de área corporativa de testes no âmbito da secretaria;
2. Implantação de núcleo para homologação de tecnologias no âmbito da STI;
3. Mapeamento de todos processos funcionais da STI;
4. Mapeamento de todos os produtos e serviços da STI;
5. Conclusão do CAND2008, sistema que registra e julga os candidatos no processo de candidaturas;
6. Conclusão do TOT2008, sistema que define o ambiente de totalização para as eleições, totaliza e acompanha a totalização das eleições;
7. Conclusão da versão 2.0 do Sistema ELO, baseada em arquitetura *web*;

Esse projeto objetiva a reescrita das funcionalidades do Sistema ELO sob a nova plataforma EJB 3.0, garantindo maior escalabilidade e melhor distribuição dos serviços do sistema.

8. Finalização do Gerador de Mídias;

O programa Gerador de Mídias é responsável por gerar as mídias com os dados de eleição, os aplicativos e o sistema operacional que são utilizados na urna eletrônica e por receber e transmitir as correspondências geradas na fase de preparação das urnas eletrônicas.

O que se espera com esse projeto é: a adaptação do Gerador de Mídias para usar o Linux nas urnas eletrônicas e também realização de aprimoramentos. São eles: alteração do mecanismo de persistência para o uso de banco de dados; atendimento de solicitações de aprimoramento dos TRES feito durante as Eleições 2006; implementação de novos relatórios; melhoria no registro de eventos do sistema; alteração da geração de *flash* para o sistema de arquivos *minix*.

9. Finalização do Gerador de Mídias Parametrizado;

O programa Gerador de Mídias Parametrizado é responsável por gerar as mídias com os dados de eleição, os aplicativos e o sistema operacional que são utilizados na urna eletrônica para atender as eleições da comunidade.

Com isso espera-se o aprimoramento do Gerador de Mídias parametrizado, conforme o que se segue: atendimento de solicitações de aprimoramento dos TRES; implementação de relatórios de eleitores e candidatos; correção de defeitos.

10. Implantação da RedeSat II, nova rede de comunicação de dados via satélite da Justiça Eleitoral;

A Justiça Eleitoral está presente nos quatro cantos do país. Uma das conseqüências dessa abrangência é a dificuldade em estabelecer a comunicação de dados a partir de locais ermos e

sem infra-estrutura. Como solução a este problema, no ano de 2001 foram instaladas 375 antenas de comunicação de dados via satélite no intuito de viabilizar a comunicação em alguns cartórios eleitorais. Foi então implantada a RedeSat.

Com a evolução da infra-estrutura e da demanda por maior velocidade de comunicação e considerando-se que alguns cartórios inicialmente usuários da RedeSat atualmente já possuem comunicação de dados por linha dedicada, será implantada a RedeSat II, a qual prevê a realocação das antenas de satélite para locais que realmente necessitam e ainda será ampliada a velocidade de comunicação, de modo a permitir melhor uso dos sistemas informatizados disponíveis nos regionais e no TSE.

11. Especificação dos novos *backbones* principal e secundário para comunicação de dados na Justiça Eleitoral;

Os *backbones* principal e secundário são as estruturas de comunicação de dados que permitem, respectivamente, a comunicação de dados entre os regionais e o TSE e entre os cartórios eleitorais e os regionais. Em dezembro de 2008 findam os contratos nºs 34/2003 e 35/2003 que suportam tais *backbones*.

Visando adequar a rede de comunicação de dados às necessidades atuais dos cartórios eleitorais, postos e centrais de atendimento, será realizada a reestruturação desses *backbones*.

12. Implantação de um núcleo de operação de rede, permitindo o monitoramento contínuo dos serviços informatizados disponibilizados para o TSE;

O núcleo de operação de rede concentrará informações oriundas dos sistemas informatizados do TSE, mais precisamente acerca de sua disponibilidade. Será um centro de operações onde serão iniciadas

ações para garantir que os índices de disponibilidade de cada sistema informatizado sejam atingidos. Serão beneficiados, assim, todos os usuários dos sistemas informatizados mantidos pelo TSE.

13. Renovação dos equipamentos servidores de rede e adoção de tecnologias de balanceamento de serviços, visando maior disponibilidade dos serviços implantados nos sítios da Intranet e Internet do TSE;

A arquitetura de servidores das páginas de Intranet e Internet será adaptada para ter alta redundância. Serão instalados servidores *web* redundantes e dispositivos que analisem a *performance* dos equipamentos. Estes dispositivos irão direcionar os acessos às páginas *web* do TSE de acordo com a maior disponibilidade dos servidores.

Serão beneficiados os usuários dos serviços disponibilizados na Intranet e na Internet do TSE.

14. Acesso ao Sistema ELO pela Internet, possibilitando maior celeridade no cadastramento de eleitores residentes no exterior e facilitando a implantação de postos itinerantes de atendimento ao eleitor;

O acesso ao Sistema ELO atualmente é possível apenas a partir da rede de comunicação de dados da Justiça Eleitoral. O acesso a esse sistema é restrito ao ambiente interno da rede devido a restrições de segurança, visto ser um dos sistemas mais críticos da Justiça Eleitoral.

Serão estudadas as premissas de segurança que regem o acesso ao sistema ELO e analisadas as tecnologias atuais, visando a implantação de acesso seguro via Internet ao Sistema ELO.

Serão beneficiadas as embaixadas que realizam o alistamento eleitoral, regionais que realizam atendimentos itinerantes e, por consequência, o eleitor.

15. Publicação das estatísticas do eleitorado apto para as Eleições 2008;

16. Publicação das estatísticas de candidatos para as Eleições 2008;

17. Publicação das estatísticas dos resultados das Eleições 2008;

18. Sistema de Jurisprudência (SJUR3): desenvolvimento da nova versão do SJUR. O SJUR é o sistema que faz o controle das jurisprudências de todos os tribunais eleitorais. A versão atualmente em uso foi desenvolvida em 1999 e necessita de atualizações. A nova versão tem como principais características: Integração completa com o SADP3; possibilidade de trabalhar com todas as decisões produzidas pelo Tribunal, inclusive com o inteiro teor da decisão; ferramenta de controle de distribuição do trabalho de indexação; mecanismo de correção ortográfica dos textos digitados; ferramenta de controle de produção dos indexadores; possibilidade de criação de diversos produtos a partir da base de jurisprudência (por exemplo: revistas de jurisprudência, folhetos e outras publicações eletrônicas). Implantação no TSE prevista para maio de 2008;

19. Sistema de Divulgação dos Resultados das Eleições 2008 (Divulga 2008): aplicativo para auxiliar a Justiça Eleitoral na divulgação de resultados eleitorais e manutenção da transparência no processo eleitoral. Objetivos específicos para 2008: divulgar os resultados das apurações por municípios, zonas e seções eleitorais; divulgar os andamento das apurações estadual e nacional; divulgar os resultados dos

candidatos de acordo com os parâmetros de consultas selecionadas, detalhando a quantidade de votos, percentuais de votos válidos e percentuais de comparecimento;

Para permitir a disseminação dos resultados e facilitar a distribuição, os dados são enviados para empresas cadastradas como parceiras da Justiça Eleitoral, desafogando o *site* da Justiça Eleitoral.

Os módulos do sistema deverão ser entregues de acordo com o seguinte calendário:

- BU-*web*: módulo de publicação dos BUs na *web*. Versão piloto com os dados de 2004: abril de 2008 e versão oficial: um dia após os dois turnos das Eleições 2008, onde houver pleito;
- Último dia para cadastrar parceiros da Divulgação: 5 de agosto de 2008;
- Versão final do Divulga 2008: 20 de setembro de 2008;
- Divulga 2008: dias 5 e 26 de outubro de 2008, 1º e 2º turnos das eleições.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA

O direcionamento institucional para implantação do planejamento estratégico foi realizado com a contribuição da SGP, resultando na definição de missão, visão e valores da STI. Depois, o planejamento estratégico foi implementado, gerando o Plano de Gestão da STI para o biênio 2007/2008, com a definição de 9 objetivos estratégicos e 12 indicadores. Atualmente a STI trabalha na medição dos indicadores, divulgação dos índices, estabelecimento de ações estratégicas e em atividades associadas ao plano de gestão.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

A SECRETARIA JUDICIÁRIA (SJD) gerencia a execução dos serviços administrativos e judiciários relativos à formalização e ao processamento dos feitos de competência do Tribunal.

A SJD abrange a Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição, a Coordenadoria de Processamento e a Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções.

A Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (Cpadi) gerencia as atividades relativas aos atos constitutivos dos partidos políticos, à composição de seus órgãos de direção nacional, ao cadastramento de seus representantes e ao processamento de feitos decorrentes dessas atividades, bem como à classificação, autuação e distribuição dos feitos de competência do Tribunal.

A Coordenadoria de Processamento (Cpro) gerencia as atividades de processamento dos feitos de competência do Tribunal.

A Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare) gerencia as atividades relativas ao apanhamento, “degravação” e transcrição dos pronunciamentos jurisdicionais e extraplenário, e à transcrição de material audiovisual.

Em vista da avaliação dos fluxos de trabalho da Secretaria Judiciária, resultado dos estudos desenvolvidos para reestruturação orgânica da unidade, e da adoção de procedimentos

sugeridos na minuta do novo Regulamento Interno do Tribunal, foi revista a forma de desenvolvimento de trabalhos nas três coordenadorias e gabinete, de modo a tornar a execução mais eficiente, evitando-se retrabalhos e “gargalos”. Dessa forma, a prática de atos processuais decorrentes de decisões monocráticas (juntadas, publicação, contagem de prazo, etc.) é realizada pela Coordenadoria de Processamento, incluindo-se o processamento após o juízo de admissibilidade de recurso extraordinário e o de agravo de instrumento em recurso extraordinário. Os atos processuais decorrentes de decisões plenárias (juntada de embargos de declaração e recursos ordinário e extraordinário ao STF, publicação de acórdãos, contagem de prazo, etc.), são realizados pela Seção de Procedimentos Diversos (Sediv/ Coordenadoria de Acórdão e Resoluções). O processamento dos feitos de competência do Tribunal exclusivamente correlatos às agremiações partidárias e decorrentes das atividades de registro de comitê financeiro, prestações de contas, registros de estatutos e programas partidários, suas alterações e cancelamentos, bem como os pedidos relativos à propaganda partidária são realizados pela Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap/ Coordenadoria de Registro de Dados Partidários, Autuação e Distribuição), sendo realizado o processamento em razão da matéria.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES PARTIDÁRIAS (SGIP)

Em julho de 2007, foi implementado o módulo interno, propiciando aos tribunais regionais eleitorais o armazenamento,

de forma integrada, dos dados dos órgãos de direção municipais/zonais, regionais e nacionais do partidos políticos, possibilitando consultas e fornecimento de certidões via *web*. O módulo externo, implementado em dezembro de 2007, possibilitará o fornecimento de dados pelas agremiações partidárias diretamente no sistema, também via *web*.

UTILIZAÇÃO DE TABELAS PARAMETRIZADAS PARA DELIMITAÇÃO DOS ASSUNTOS PROCESSUAIS

Autorizada a extinção da utilização do método de indexação, esta secretaria passou a desenvolver meio alternativo para identificação da natureza dos feitos judiciais, por intermédio de duas tabelas parametrizadas implementadas no SADP3. As duas tabelas delimitando os meios processuais existentes na lida eleitoral e os assuntos mais comuns discutidos nos feitos judiciais eleitorais, além de definir parâmetros para autuação do feitos e identificação do assunto na capa do processo, primando pela padronização, é meio eficaz para eventuais levantamentos estatísticos sobre as matérias processuais discutidas nos feitos.

GESTÃO PELA QUALIDADE NO ÂMBITO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

Com vistas à melhoria contínua dos procedimentos executados no âmbito da Secretaria Judiciária, foi verificada a necessidade de implantação de um sistema voltado para a gestão da qualidade nos principais processos de trabalho da secretaria. O sistema implantado visa à medição do desempenho e ao estabelecimento de indicadores e metas, objetivando a satisfação dos clientes interno e externo, por

intermédio da aplicação de um sistema eficiente, eficaz e efetivo, voltado para a melhoria contínua dos procedimentos e conformidade do produto.

Implementado o Sistema de Qualidade, passou-se a obter os seguintes indicadores abaixo relacionados.

Principais indicadores

- Tempo Médio de Tramitação de Recurso Especial Eleitoral e Agravo de Instrumento (tempo decorrido entre protocolização, autuação e distribuição até o envio ao Gab-SJD).

- Tempo Médio de Permanência (tempo decorrido entre o recebimento do processo até sua saída da coordenadoria).

- Índice de Retrabalho (percentual de revisões de autuação por erro).

- Índice de Satisfação do Cliente Interno (formulário bimestral encaminhado aos gabinetes dos ministros).

- Tempo Médio de Comunicação/Intimação (tempo decorrido do recebimento do processo até a efetivação da comunicação).

- Tempo Médio de Envio de Decisão para Publicação (tempo decorrido do recebimento do processo até a efetivação do andamento "aguardando publicação").

- Tempo Médio de Juntada de Agravo Regimental (tempo decorrido do recebimento do recurso até a efetivação da juntada).

- Índice de Não-Conformidade (percentual de retificações registradas no SADP3).

- Índice de Satisfação do Cliente Interno (formulário bimestral encaminhado aos gabinetes dos ministros).

- Tempo Médio de Digitação/Formatação do Acórdão ou Resolução.

- Tempo Médio de Juntada de Embargos de Declaração (tempo decorrido do recebimento da petição até a efetivação da juntada).
- Tempo Médio de Juntada de Recurso Extraordinário (tempo decorrido entre o recebimento do recurso até sua juntada ao processo).
- Tempo Médio de Envio de Acórdão para Publicação, por período (tempo medido entre o recebimento do acórdão assinado pelo presidente e o envio para publicação).
- Índice de Satisfação do Cliente Interno (formulário bimestral encaminhado aos gabinetes dos ministros).

PADRONIZAÇÃO DOS TERMOS E CERTIDÕES DA SECRETARIA

Foi verificado que os termos e certidões da Secretaria Judiciária eram confeccionados de diversas maneiras nas três coordenadorias. Não se diferenciavam apenas na formatação, mas também no conteúdo. Diante disso, foi designada comissão composta por um representante de cada coordenadoria e do assessor de Planejamento e Gestão, para apresentar sugestão de padronização dos documentos expedidos pela SJD. A uniformidade dos documentos, termos e certidões passou a ser observada a partir do mês de maio e atingiu o objetivo inicialmente previsto, qual seja, fazer constar nesses documentos somente as informações imprescindíveis, primando-se pela clareza, precisão e concisão.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA

Em virtude de mudanças na gestão da Secretaria Judiciária no ano de 2006 concomitantemente com o período eleitoral, o que ensejou a realização de eventos voltados para o fortalecimento do espírito de equipe entre os servidores, o planejamento estratégico para o ano de 2007 foi definido somente em março deste mesmo ano.

Dessa forma, esta secretaria, representada por todos os seus servidores, em parceria com a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coede/SGP), realizou no dias 12, 14, 16 e 19 de março de 2007 o seu direcionamento institucional, definindo sua missão, visão de futuro e valores, abaixo transcritos, traçando, como dito, o seu planejamento estratégico para o ano de 2007.

A missão, visão e valores da Secretaria serão revistos de dois em dois anos, no final dos anos não eleitorais ou no início dos anos eleitorais.

O planejamento estratégico da secretaria, com definição de novas ações e projetos, será realizado a cada dois anos, no final dos anos não eleitorais ou no início dos anos eleitorais, sendo que alguns projetos e ações do Plano de Gestão de 2007 serão considerados como rotinas de trabalho, não sendo extintos com o findar do ano.

Para os anos eleitorais, o planejamento será precipuamente voltado para a capacitação dos servidores e otimização dos processos de trabalho.

MISSÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

“Processar os feitos com celeridade e transparência, contribuindo efetivamente para a prestação jurisdicional e fortalecimento da democracia.”

VISÃO DE FUTURO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

“Ser equipe de referência no processamento dos feitos e no atendimento aos clientes.”

VALORES DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

Respeito: tratar o outro com urbanidade e aceitar as diferenças para obter a harmonia.

Comprometimento: engajar-se na equipe com entusiasmo, assumindo a responsabilidade de buscar a melhoria contínua dos procedimentos e relações interpessoais a partir da análise crítica das ações e resultados individuais e coletivos.

Comunicação: expor idéias com clareza e assertividade, objetivando relações abertas e confiáveis, alicerçadas em autenticidade e espírito de equipe.

Cooperação: compartilhar atividades, habilidades e conhecimentos.

Coerência: compatibilizar práticas e valores estabelecidos pela equipe com foco na missão e visão de futuro da Secretaria.

Eqüidade: dispensar tratamento justo que afaste privilégios indevidos.

Reconhecimento profissional: reconhecer e valorizar o servidor na exata medida de seus méritos e qualidades, estimulando seu crescimento profissional.

OUTROS PROJETOS

UNIFICAÇÃO DAS CLASSES PROCESSUAIS

Com vistas à padronização das classes processuais no âmbito da Justiça Eleitoral, foi nomeado grupo de trabalho

por intermédio da Portaria nº 237, de 6 de junho de 2007, coordenado pelo secretário judiciário, que contou com o apoio de servidores da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (CPADI). A comissão concluiu tempestivamente os trabalhos e encaminhou ao Gabinete do Diretor-Geral o relatório final no dia 17 de agosto de 2007, manifestando-se conclusivamente, entre outras sugestões, pela oitiva dos TREs sobre o conteúdo da minuta da resolução, e pela comunicação à Secretaria de Tecnologia da Informação para verificação da possibilidade de adaptação dos sistemas de informática no prazo de 90 dias após a publicação da resolução. Após as manifestações dos TREs e da STI, nova análise foi realizada pela comissão, acolhendo algumas sugestões propostas.

INTIMAÇÃO DE DECISÕES PELA PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DE IMPRENSA

Diante da inexistência de obrigatoriedade legal, em junho de 2007 foi revista a forma de realização das comunicações/intimações de todos os despachos e decisões exaradas nos processos de natureza contenciosa e administrativa deste Tribunal. Aquelas passaram a ser realizadas mediante apenas a correspondente publicação no órgão oficial de imprensa, com exceção das determinações expressas das relatorias e presidência, bem como as disposições legais ou regulamentares específicas em contrário e, ainda, em razão de sua própria natureza, as medidas urgentes deferidas por relator ou plenário. A providência proporcionou razoável economia de tempo aos servidores que, liberados dessa atribuição, puderam envolver-se com outras atribuições de sua competência, resultando na racionalização e otimização do seu trabalho.

O procedimento também foi adotado para as intimações dos partidos políticos, nas decisões proferidas em processos originários, tendo sido enviado expediente a todas as agremiações partidárias com registro nesta Corte comunicando tal procedimento.

COMUNICAÇÃO DE DESPACHOS E DECISÕES AOS TRÊS POR E-MAIL

PRIMANDO PELOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E ECONOMICIDADE, as comunicações dos despachos e decisões serão encaminhadas aos regionais mediante correspondência eletrônica. Tais comunicações não possuem a intenção de suprimir a intimação das partes, que ocorre, de ordinário, mediante veiculação das decisões no *Diário da Justiça*. As comunicações determinadas pelos relatores dos feitos possuem o único objetivo de dar conhecimento aos regionais das decisões liminares exaradas, para que adotem as providências cabíveis, razão pela qual exigem máxima celeridade. Trata-se, portanto, de comunicações entre os órgãos da Justiça Eleitoral, procedimentos que em nada afetam os interesses das partes processuais. As decisões serão enviadas de forma automática para os *e-mails* cadastrados pelos TRÊs logo que estejam disponíveis no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP3), ou por determinação do relator.

INSTRUÇÕES DAS ELEIÇÕES DE 2008

COM O OBJETIVO DE CONTRIBUIR para o aprimoramento das normas que regulam procedimentos cartorários, foram colhidas junto aos regionais eventuais sugestões de alteração das

instruções das Eleições 2008 que se relacionassem com as rotinas das secretarias judiciárias, entre elas: Calendário Eleitoral; Reclamações e Representações (art. 96, Lei nº 9.504/97); Pesquisas Eleitorais; Prestações de Contas Eleitorais; Atos Preparatórios, Votação, Totalização, Proclamação de Eleitos e Diplomação; Registro de Candidatos; e Propaganda Eleitoral.

Da mesma forma, foram colhidas dos regionais eventuais sugestões de alteração na Resolução nº 19.406/95 (Instruções para fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos) e na Resolução nº 21.841/2004, que disciplina a prestação de contas dos partidos políticos e a Tomada de Contas Especial.

EXTINÇÃO DO SERVIÇO TAQUIGRÁFICO NO TSE

Desde o mês de maio de 2007, o apanhamento taquigráfico durante as sessões plenárias deixou de ser realizado, fato esse motivado pela utilização de viabilidade tecnológica que substituiu a tal função. A atividade de apanhamento taquigráfico era realizada de forma subsidiária desde o ano de 2003, quando passou a ser utilizado o Sistema de Gerenciamento de Áudio (PSS). O apanhamento taquigráfico passou a ser somente realizado na eventualidade de pane no sistema de transmissão das sessões plenárias. A adoção desse novo procedimento propiciou o aproveitamento dos profissionais especializados em taquigrafia em atividades outras correlatas à composição de acórdãos e resoluções, otimizando as rotinas de trabalho da Coordenadoria de Acórdão e Resoluções.

REGULAMENTAÇÃO DO PROTOCOLO JUDICIÁRIO

A Portaria nº 569, de 19 de outubro de 2006, em seu art. 1º, conferiu à Secretaria Judiciária o protocolo, o registro e a

indexação dos documentos de natureza judicial encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, restando os documentos de natureza administrativa como atribuição do Protocolo Administrativo. Em virtude do surgimento de situações que redundavam em dúvidas referentes à competência para protocolização e registro de determinadas petições de natureza administrativa, restando premente a necessidade de regulamentação do aludido procedimento, foram solicitadas algumas alterações. Propôs-se um alargamento da competência do Protocolo Judiciário para abranger, além de feitos de natureza judicial definidos na Portaria nº 569, outros de natureza administrativa, perfazendo sua competência aos seguintes expedientes:

- I – Recursos provenientes dos tribunais regionais eleitorais;
- II – Petições originárias a serem autuadas e distribuídas;
- III – Processos e petições de natureza administrativa, a saber:

- Prestação de Contas;
- Criação de Zona Eleitoral;
- Processo Administrativo (Requisição de Servidor);
- Revisão de Eleitorado (art. 71, § 4º, do Código Eleitoral)
- Encaminhamento de Lista Tríplice;
- Pedidos de credenciamento de delegados e anotações de órgãos diretivos dos partidos políticos;
- Consultas em matéria eleitoral.

IV – Petições a serem juntadas aos processos judiciais e aos de natureza administrativa, citados no inciso III;

V – Recursos de agravo de Instrumento para o Supremo Tribunal Federal.

Aceita a proposta desta secretaria, foi editada a Portaria nº 373, de 29 de agosto de 2007, alterando o art. 1º da Portaria nº 569, de 19 de outubro de 2006.

INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE ENCAMINHAMENTO DE LISTA TRÍPLICE PELOS TRES

Tendo em vista que a Secretaria Judiciária não detinha registros referentes às vagas e às indicações de advogados para composição de listas tríplices, sempre que tais dados eram demandados pelos relatores, a SJD solicitava ao Tribunal Regional a prestação dessas informações, o que impactava diretamente o tempo de tramitação do feito. Somando-se a isso a inexistência de competência regulamentar desta secretaria para instruir tais feitos, e no intuito de se garantir maior celeridade e economia processual, foi sugerido ao diretor-geral que este formalizasse expediente aos TRES, solicitando que os autos de encaminhamento de listas tríplices fossem remetidos a esta Corte devidamente instruídos com todas as informações pertinentes. Tal sugestão foi acatada pelo diretor-geral.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

Quadro de sessões

Sessões	Quantidade
Sessões jurisdicionais ordinárias	75
Sessões jurisdicionais extraordinárias	3
Sessões administrativas ordinárias	71
Sessões administrativas extraordinárias	2
Total de sessões	151

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Processos distribuídos

Por tipo

Distribuição		Total
Aos membros	Ao presidente	50
	Ao corregedor	13
	Automática	1.119
	Por prevenção	617
	Por prevenção (art.260)	413
	De ordem	10
Total		2.222

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Por relator

Relator	Processos Distribuídos
José Augusto Delgado	377
Arnaldo Versiani Leite Soares	29
Francisco Cesar Asfor Rocha	111
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto	448
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	50
Antonio Cezar Peluso	322
Carlos Eduardo Caputo Bastos	361
José Gerardo Grossi	377
Ari Pargendler	125
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira	22
Total	2.222

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Por classe

Classe	Automática	% Automática	Não Automática	% Não Automática	Total
AG	255	44,66	316	55,34	571
AR	6	100,00	0	0,00	6
CTA	117	99,15	1	0,85	118
CZE	28	100,00	0	0,00	28
ELT	40	86,96	6	13,04	46
HC	16	76,19	5	23,81	21
INST	0	0,00	7	100,00	7
MC	11	7,69	132	92,31	143
MS	45	40,18	67	59,82	112
NC	2	100,00	0	0,00	2
PA	77	84,62	14	15,38	91
PDSF	0	0,00	1	100,00	1
PET	113	65,70	59	34,30	172
RCED	0	0,00	121	100,00	121
RCL	5	22,73	17	77,27	22
RESPE	302	56,13	236	43,87	538
RGP	1	100,00	0	0,00	1
RHC	2	100,00	0	0,00	2
RMS	14	35,00	26	65,00	40
RO	34	27,20	91	72,80	125
RP	4	50,00	4	50,00	8
RVE	47	100,00	0	0,00	47
Total	1.119	50,36	899	49,64	2.222

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Decisões proferidas por tipo

Tipo de Decisão		Total
Decisões Liminares		155
Decisões Monocráticas		2.762
Decisões Colegiadas	Acórdãos	1.160
	Resoluções	185
	Atas de Julgamento	95
	Total de Decisões Colegiadas	1.440
Total		4.357

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Decisões por relator

Relator	Decisões Monocráticas	Decisões Liminares	Decisões Colegiadas	Total
Antonio Cezar Peluso	381	31	131	543
Ari Pargendler	129	9	104	242
Arnaldo Versiani Leite Soares	52	2	46	100
Carlos Alberto Menezes Direito	2	2	1	5
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto	560	16	156	732
Carlos Eduardo Caputo Bastos	365	9	253	627
Enrique Ricardo Lewandowski	0	1	0	1
Felix Fischer	0	1	0	1
Francisco Cesar Asfor Rocha	264	1	159	424
Joaquim Benedito Barbosa Gomes	2	1	1	4
José Augusto Delgado	342	29	341	712
José Gerardo Grossi	264	30	178	472
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira	111	13	54	178
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	290	10	16	316
Total	2.762	155	1.440	4.357

Dados extraídos no dia 26.12.2007

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP)

Decisões por classe

Classe	Decisões Liminares	Decisões Monocráticas	Decisões Colegiadas	Total de Decisões
AG	2	1164	386	1552
AR	2	9	11	22
CP	0	1	1	2
CTA	0	40	42	82
CZE	0	0	27	27
ELT	0	1	42	43
EXSUP	0	1	0	1
HC	17	10	16	43
INQ	0	1	0	1
INST	0	0	6	6
MC	78	156	55	289
MS	47	105	46	198
NC	0	3	0	3
PA	0	62	78	140
PDSF	0	1	0	1
PET	2	136	55	193
RCED	0	19	14	33
RCL	6	27	10	43
RCPR	0	0	1	1
RESPE	1	780	487	1268
RGP	0	0	1	1
RHC	0	3	11	14
RMS	0	41	24	65
RO	0	83	35	118
RP	0	100	64	164
RVE	0	19	28	47
Total	155	2.762	1.440	4.357

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

A SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA (SCI), integrante do Sistema de Controle Interno instituído pela Constituição Federal, gerencia as atividades de controle interno do Tribunal e aquelas relativas aos exames das contas eleitorais e partidárias e, no âmbito da Justiça Eleitoral, propõe diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.

A SCI abrange a Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão, a Coordenadoria de Auditoria e a Coordenadoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias.

A Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão (Coges) coordena o exame dos atos de gestão praticados pelo Tribunal e as atividades de conferência da exatidão e da suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, bem como propõe a impugnação de atos de gestão vinculados a licitações e contratos considerados irregulares ou ilegais e a edição de normas, rotinas e procedimentos a serem implementados com vistas à melhoria da gestão administrativa do Tribunal.

A Coordenadoria de Auditoria (Coaud) coordena as atividades de auditoria nas unidades da Secretaria do Tribunal,

propõe normas, rotinas e processos de trabalho a serem implementados com vistas à melhoria dos procedimentos de controle adotados no Tribunal.

A Coordenadoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Coepa) coordena as atividades relativas ao exame das contas eleitorais e partidárias; acompanha, orienta e dá suporte às atividades decorrentes da utilização dos sistemas de prestação de contas; orienta os partidos políticos quanto à aplicação das normas pertinentes; e responde a consultas encaminhadas à Secretaria de Controle Interno e Auditoria que versem sobre prestação de contas eleitorais e partidárias.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Para o detalhamento das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2007, discriminamos a seguir a atuação de cada coordenadoria que compõe a estrutura da Secretaria de Controle Interno e Auditoria.

ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO

No âmbito dos exames de acompanhamento da execução dos contratos, a Coges desenvolveu estudos no sentido de amenizar questões enfrentadas pela administração quando do encerramento de contratos de prestação de serviços, no que se refere ao pagamento das verbas indenizatórias aos prestadores de serviços. Considerando situação recente em que a empresa contratada não cumpriu com suas obrigações trabalhistas frente aos seus ex-empregados, a Coges propôs edição de instrução normativa que obrigasse a retenção desses valores mensalmente e depósito em conta vinculada ao

contrato, que só poderá ser movimentada com a autorização do TSE e devidamente justificada com a indicação da verba a ser paga. Como resultado desse trabalho foi editada a Instrução Normativa-DG/TSE nº 4/2007 que passou a obrigar a referida retenção, garantindo assim que, ao final do contrato, as verbas indenizatórias sejam devidamente pagas aos empregados.

Podemos destacar como principais atividades e projetos implementados pela Seção de Acompanhamento de Gestão de Contratos e Convênios em 2007:

- Suporte ao programa de capacitação dos gestores;
- A sistematização das análises realizadas e o acompanhamento do atendimento das recomendações feitas;
- Identificação de parâmetros para priorização das análises;
- Proposição de alteração da IN-SCI nº 1/2001;
- Proposição de implementação de *check list* para acompanhamento e gestão das contratações.

Entre os estudos realizados pela seção, no que se refere às determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, consideram-se de grande importância os entendimentos contidos no Acórdão-TCU-Plenário nº 1.521/2003, que sugere quando da contratação de *softwares* que necessitem de ambiente Microsoft, seja observado o seguinte:

Quanto à contratação de licenças de uso de *software* da Microsoft:

- As contratações de licenças de uso de *software* Microsoft devem, necessariamente, ser precedidas de licitação, diante da comprovada viabilidade de competição entre as diversas empresas credenciadas pela Microsoft para vender seus produtos nas diversas modalidades de comercialização existentes;

- A licitação deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com seu plano diretor de informática.

Quanto à contratação de serviços técnicos de informática para ambiente Microsoft:

- Diante da comprovada viabilidade de competição nessa área, os serviços devem, necessariamente, ser licitados;

- A licitação para a contratação dos serviços técnicos deve ser distinta da realizada para a aquisição do *software*;

- Os serviços de treinamento e certificação, suporte técnico e consultoria devem ser especificados, licitados e contratados separadamente dos demais serviços técnicos.

Nessa ocasião, a Seaec expediu a Informação nº 470/2007, em que solicitava esclarecimentos da área técnica do TSE, quanto ao cumprimento das determinações do referido acórdão e a necessidade de possíveis ajustes dos procedimentos adotados para contratações desta natureza.

No exercício de 2007, a Seção de Acompanhamento de Gestão (Seage) desenvolveu um projeto de acompanhamento dos procedimentos analisados, no qual foi realizado um levantamento das etapas que apresentam mais questionamentos por parte desta seção. Tal estudo será consolidado em um relatório, cujo objetivo é apontar as incorreções que freqüentemente são identificadas nos procedimentos, e as recomendações feitas pela SCI.

Quando da análise dos procedimentos administrativos com vistas a contratação de serviços ou aquisição de materiais, a Seage orientou a unidade solicitante a observar as seguintes decisões da Corte de Controle Externo:

- a) Acórdão-Plenário nº 1.636/2007 – caso seja feita a opção por não permitir, no edital do certame, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, *caput*, da Lei nº 8.666/93, justifique tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação.

b) Acórdão-Plenário nº 1.524/2006 – no tocante à exigência de visita técnica *ao TSE*, recomenda-se que a unidade licitante consigne no procedimento a justificativa para tal necessidade, de forma a evitar futuros questionamentos quanto à restrição de participação no processo licitatório.

c) Acórdão-Plenário nº 1.634/2007 – não se observam óbices à exigência de apresentação de amostras dos bens a serem adquiridos, desde que o encargo seja imposto, após a fase de lances, ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, segundo jurisprudência desta Corte, consubstanciada, por exemplo, no Acórdão-Plenário nº 1.182/2007.

d) Acórdão-Plenário nº 1.979/2006 – faça coincidir o prazo final para realização de visita técnica, quando houver, com o prazo final para recebimento de propostas.

e) Acórdão-Plenário nº 542/2006 – que o TSE se abstenha de efetuar contratação de mão-de-obra para o desempenho de atividades inerentes a cargos existentes em seu quadro funcional.

f) Acórdão-Plenário nº 362/2007 – exclua-se do edital dispositivos que estabeleçam a obrigação de o órgão ressarcir despesas com deslocamentos dos funcionários da contratada para outras localidades, que majorando o valor do contrato e o reajustando irregularmente, em contrariedade aos arts. 54, § 1º, e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

g) Acórdão-Plenário nº 362/2007 – considerou-se para efeito de pontuação a apresentação de certificado ISO 9001-2000; há falta de objetividade no tocante à fixação de critérios de pontuação por atividades específicas, utilizando-se, como base, Certificados ISO 9001).

h) Acórdão-TCU-Plenário nº 1.094/2004 – deve-se evitar vedação da apresentação de atestados que façam referência a serviços prestados em mais de um contrato de um mesmo cliente.

No exercício de 2007, a Seape dedicou-se ao aprimoramento dos serviços de indexação e de guarda integral de documentos internos (informações, memorandos e despachos). A ação estendeu-se às leis, súmulas, respostas a consultas e decisões emanadas no âmbito da administração, em especial as do Tribunal de Contas da União, com vistas à organização de um acervo de consulta para os trabalhos da unidade, bem como para toda a secretaria.

Como decorrência natural das ações do item anterior, a Seape implementará necessária atualização da legislação aplicáveis aos servidores, tanto do âmbito das normas gerais como das normas internas do TSE. Adicionalmente, promoverá a aquisição de obras doutrinárias condizentes com suas atividades.

As diligências do Tribunal de Contas da União referentes a atos de pessoal, dirigidas à SCI, foram atendidas integralmente. Com base nos arquivos da Seape, há as seguintes ações: comprovação de guarda de menor sob tutela (instrução insuficiente) e outras relacionadas com as aposentadorias de alguns servidores.

EXAME DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA)

A partir das diversas solicitações dos partidos políticos e de usuários internos, relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de prestação de contas, foi constituído grupo de trabalho destinado a realizar estudos para o desenvolvimento deste novo sistema informatizado, mediante Portaria nº 387, de 31.8.2007.

O sistema, específico para elaboração das contas partidárias em meio eletrônico, tem por objetivo a demonstração padronizada das finanças dos partidos políticos, ou seja,

identificar de forma individualizada os gastos realizados com o Fundo Partidário e os financiadores do partido, classificados em doadores e contribuintes.

A contabilidade dos partidos políticos deverá ser elaborada de acordo com sistemas contábeis de livre escolha, sob a responsabilidade de contabilista regularmente habilitado. Independentemente do sistema contábil utilizado pelo partido, a contabilidade deverá observar o plano de contas aprovado pela Justiça Eleitoral, com a finalidade de padronizar e identificar adequadamente os lançamentos realizados.

O Plano de Contas concernente ao Sistema de Prestação de Contas Anuais foi submetido à apreciação dos partidos políticos na reunião ocorrida no dia 25.7.2007, de forma a refletir as necessidades das agremiações partidárias e aquelas de fiscalização da Justiça Eleitoral.

Examinadas as sugestões apresentadas pelos partidos políticos, houve a consolidação e a distribuição da versão definitiva do Plano de Contas aos representantes dos partidos políticos, por ocasião da reunião ocorrida em 22 de agosto de 2007.

O novo sistema de prestação de contas será de uso obrigatório para apresentação das contas relativas ao exercício financeiro de 2008. Nos moldes do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), o Sistema de Prestação de Contas Partidárias gerará demonstrativo consolidado, no qual constará o total anual das receitas e gastos realizados pelo partido e que será disponibilizado no *site* do Tribunal Superior Eleitoral.

Após a liberação do protótipo do sistema, será elaborado manual que contemple as principais rotinas de sua utilização, com ênfase naquelas de maior complexidade, como folha de pagamento, retenções tributárias, alienação de bens, obrigações a pagar, outras entradas e outras saídas a especificar.

Tem-se como objetivo viabilizar a realização de testes por partidos políticos e técnicos da Justiça Eleitoral e possibilitar a homologação do sistema até o final de 2007, para que o sistema esteja disponível aos partidos políticos em 1º de janeiro de 2008. Para a inserção de informações, visto que as contas relativas a esse exercício de 2008 já deverão ser prestadas utilizando-se o Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA).

Em razão da decisão da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral que determina a utilização do SPCA a partir do exercício financeiro de 2008, o grupo de trabalho e os representantes dos partidos políticos estão realizando testes em conjunto do sistema, com vistas a implementar a versão de produção no prazo estipulado.

Alteração da Res. nº 21.841/2004

As várias demandas de usuários internos e externos relacionadas ao Sistema de Prestação de Contas Partidárias, aliadas à necessidade de atualização quanto a procedimentos internos e adequação aos julgados desta Corte Superior, resultaram na proposta de alteração da Res.-TSE nº 21.841/2004, elaborada pelo grupo de trabalho e juntada ao Processo Administrativo nº 16.443, relator Ministro Ari Pargendler.

Instrução para as Eleições 2008

Os tribunais regionais eleitorais foram instados a apresentar sugestões para o aperfeiçoamento da instrução de financiamento eleitoral e melhorias nos sistemas de prestação de contas eleitorais (SPCE).

As propostas foram analisadas por um representante de cada região do país, integrantes do grupo de estudos. Após a análise, foi elaborada minuta de instrução para a prestação de

contas da campanha eleitoral de 2008, com base nas instruções referentes aos pleitos de 2004 e 2006, observadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.300, de 10.5.2006.

AUDITORIA

As principais atividades desenvolvidas na Coordenadoria de Auditoria foram:

- Exames da gestão de contratos, compreendendo os procedimentos licitatórios, execução, liquidação e pagamento das despesas deles decorrentes;
- Conferência das atividades relacionadas à Gestão de Pessoas, com vistas a averiguar a legalidade dos atos de cessão e requisição de pessoal, concessão de benefícios, vantagens, treinamento e capacitação, folha de pagamento e a adequação da execução orçamentária e financeira com as metas previstas atinentes a gestão de pessoas;
- Avaliação da gestão no tocante ao cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, abrangendo a execução orçamentária, a financeira e a patrimonial; adequação/ legitimidade dos gastos realizados no período relativo ao orçamento aprovado e os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão dos recursos disponibilizados; e a avaliação dos resultados e desempenho da gestão;
- Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira, realizado em 2006, com a finalidade de avaliar a política de planejamento e orçamento, a legalidade dos atos e transferências orçamentárias e financeiras, compreendendo o gerenciamento dos recursos disponíveis, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, indicadores de desempenho e cumprimento das metas previstas;

- Exame de procedimentos administrativos, relativamente à elaboração de planilhas de custos preliminarmente à licitações em andamento, reajustes de preços, concessão de diárias e outras atividades demandadas pela Secretaria de Administração;
- Reavaliação das taxas de encargos sociais, de modo a verificar as taxas de encargos mais adequadas à realidade do TSE;
- Revisão da IN nº 5/2005, revisão dos anexos à Res. nº 19.820, de 1997, com as inovações trazidas pela Lei Complementar nº 123/2006, relativamente ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Essa atualização visou também atender a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente quanto à exclusão nas planilhas de custos do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido;
- Mapeamento dos contratos de serviço contínuo, estudos que antecedem os pedidos de reajustes de empresas contratadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, com vistas a aumentar a eficiência no exame de procedimentos dessa natureza, bem como buscar agir de forma preventiva às futuras demandas;
 - Avaliação e atualização de despesas de exercícios anteriores referentes a juros moratórios.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

CONVÊNIO COM O BANCO CENTRAL DO BRASIL

Será formalizado convênio com o Banco Central do Brasil para que seja possível disponibilizar, em meio magnético, os

extratos bancários relativos às contas-correntes abertas exclusivamente para movimentação de recursos, logo após o término das Eleições 2008.

FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM AS AGÊNCIAS REGULADORAS

Com o intuito de subsidiar o parecer conclusivo da prestação de contas de campanha e prestação de contas partidárias com informações precisas, é indispensável a formalização de convênio com as agências reguladoras, a fim de aferir a existência ou não de contratos de permissão ou concessão com os financiadores de campanhas eleitorais e partidos políticos. Contribui ainda, para a concretização do ajuste, a exigüidade do prazo para o julgamento das contas dos candidatos eleitos, que deverá ser a decisão publicada, em sessão, até oito dias antes da diplomação, conforme § 1º do art. 30 da Lei nº 9.504/97.

ARTICULAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

Serão agendadas reuniões com a Comissão Nacional de Classificação (Concla), órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de padronizar a tabela de classificação da natureza jurídica relativa aos partidos políticos e fundações criadas nos termos do art. 44, IV, da Lei nº 9.096/95.

A Concla tem por finalidade definir e normatizar o uso de classificações padronizadas por sistema estatístico e por registros e cadastros da administração pública, de onde se origina uma tabela de classes desenvolvida sob a coordenação do IBGE denominada Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A CNAE–Fiscal surgiu da necessidade de imprimir qualidade ao intercâmbio de informações entre órgãos das três esferas de governo, mediante a padronização das tabelas de atividades econômicas utilizadas. A CNAE–Fiscal contempla todas as atividades econômicas existentes no país e a cada código relaciona-se um conjunto de descrições de atividades.

Com a classificação devidamente aperfeiçoada, os técnicos da Justiça Eleitoral poderão obter indicativos precisos de fontes doadoras não permitidas para campanhas eleitorais e financiamento partidário, nos termos dos arts. 24 da Lei nº 9.504/97 e 31 da Lei nº 9.096/95.

OUTRAS ATIVIDADES

AJUSTES EFETUADOS POR DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União, mediante Aviso-GP/TCU nº 1.077 ao Tribunal Superior Eleitoral, comunicou a decisão proferida no Processo-TC nº 010.656/2007-5 sobre a apreciação do relatório e pareceres prévios relativos às contas de governo da República – exercício de 2006.

De acordo com as recomendações apontadas pelo TCU, a Coepa sugeriu a comunicação, aos tribunais regionais, da prescrição que orienta estes órgãos, a divulgarem em atenção ao princípio da publicidade, em seus sítios na Internet, os quantitativos de denúncias recebidas e apuradas e de multas aplicadas nas campanhas eleitorais.

A Corte de Contas recomendou, ainda, estudos no sentido de viabilizar convênio com o Banco Central do Brasil, para obter, em meio eletrônico, os extratos das contas bancárias dos partidos políticos, de candidatos e de comitês financeiros de campanha.

Atualmente, a análise da movimentação financeira mediante extrato bancário, por ser manual, demanda muito tempo. Essas informações em meio eletrônico agilizarão o exame dos processos de contas, em especial os de campanha eleitoral, por causa do exíguo prazo para o exame das contas dos candidatos eleitos.

INFORMAÇÕES REFERENTES A PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

ANÁLISE DE PROCESSOS

O exame dos processos de prestação de contas anuais dos partidos políticos foi intensificado em razão do aumento do quantitativo de servidores especializados, provenientes do último concurso público realizado por este Tribunal Superior Eleitoral. A Coepa emitiu 263 (duzentas sessenta e três) informações até 22.11.2007.

CONTAS PARTIDÁRIAS JULGADAS EM 2007

Dos 139 (cento e trinta e nove) pareceres emitidos nos processos de prestações de contas partidárias no ano de 2007, 26 (vinte e seis) resultaram em julgamento.

OUTROS PROCEDIMENTOS COM MANIFESTAÇÃO

Além dos processos que versavam sobre prestação de contas eleitorais e partidárias, a Coepa informou outros procedimentos administrativos, no total de 124 (cento e vinte e quatro) informações, sobre diversos temas, tais como: informações sobre financiadores de campanha; distribuição

das cotas de Fundo Partidário; ausência de apresentação de balancetes pelos partidos políticos; regras de distribuição do Fundo Partidário após a declaração de inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 9.096/95; utilização do Sistema de Prestação de Contas Partidárias em 2007; instauração de tomada de contas; cálculo para devolução de valores do Fundo Partidário; circularização de empresas doadoras na campanha eleitoral de 2006; incorporação de partido político; alteração da resolução de prestação de contas partidárias; bloqueio de cotas do Fundo Partidário; denúncia de irregularidades relacionadas a partido político; adequação das fundações de partidos políticos ao novo Código Civil; solicitação de órgãos públicos sobre dados constantes do cadastro eleitoral; orientação em consultas dirigidas ao TSE sobre matéria afeta a prestação de contas; resposta a procedimento administrativo do Conselho Nacional de Justiça; inscrição de multas na dívida ativa da União; cumprimento de decisões de TRE acerca da suspensão de cotas do Fundo Partidário; suspensão dos efeitos da Res. nº 22.121/2005; limite de gastos com pessoal, nos termos do art. 44, I, da Lei nº 9.096/95; retificação do TSE sobre dados do Fundo Partidário; restituição de multa paga em duplicidade e alteração de estatuto de partido político.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SAD) gerencia as atividades de administração de recursos materiais, patrimoniais, de serviços gerais e de execução orçamentária e financeira do Tribunal, e, no âmbito da Justiça Eleitoral, propõe diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.

A SAD abrange a Assessoria de Segurança, a Comissão Permanente de Licitação, a Coordenadoria de Material e Patrimônio, a Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, a Coordenadoria de Serviços Gerais e a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura.

A Assessoria de Segurança (Asseg) controla o acesso e a circulação de pessoas nas dependências do Tribunal e auxilia na vigilância externa; exerce as atividades de segurança patrimonial e de autoridades e servidores no Tribunal; e promove ações de prevenção e combate a incêndio e outros sinistros.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) realiza os procedimentos de licitação pública, expede editais e demais atos convocatórios, analisa e julga documentos de habilitação, propostas técnicas e de preços apresentadas pelos licitantes, bem como os eventuais recursos interpostos, e promove a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio (Comap) gerencia as atividades de aquisição de material e contratação de obras e serviços, e ainda as de controle, guarda, distribuição e

alienação de material, além de exercer o controle patrimonial dos bens móveis e imóveis do Tribunal.

A Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (Ceofi) gerencia as atividades relativas à movimentação e execução dos recursos orçamentários e financeiros consignados ao Tribunal, bem como registra a conformidade diária dos atos de gestão financeira e patrimonial.

A Coordenadoria de Serviços Gerais (Coseg) gerencia as atividades de conservação e limpeza, copeiragem, transporte e condução de elevadores do Tribunal.

A Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (Cenaq) gerencia as atividades de planejamento, coordenação, orientação, execução e fiscalização de projetos, obras, manutenção e conservação do complexo de prédios do Tribunal, no que se refere às instalações prediais, aos sistemas e equipamentos, à arquitetura de exteriores e interiores, ao paisagismo e à sinalização visual.

A atuação da Secretaria é de fundamental importância para o funcionamento da Secretaria do TSE, visto que é mediante a realização de suas atividades que são alcançadas as condições necessárias ao bom desempenho das demais unidades, que compõem a estrutura organizacional.

Vale ressaltar que a atividade de prover as necessidades materiais com vistas a eficiente execução dos trabalhos não está restrita às demandas provenientes apenas das secretarias do TSE. É nesse contexto que, em 2007, a Secretaria de Administração, na condição de unidade setorial, conduziu em parceria com as demais secretarias o processo de planejamento das aquisições e contratações de serviços a cargo do TSE, relativas ao processo eleitoral de 2008.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Tendo suas atribuições essencialmente voltadas à atividade meio, diretamente relacionadas ao atendimento eficiente, ágil e tempestivo ao usuário, a Secretaria de Administração priorizou, em 2007, o projeto de certificação dos serviços de aquisição de material, de acordo com a norma ISO 9001:2000, cuja implementação exigiu aprofundado estudo das atividades inerentes ao processo de aquisição efetuado no âmbito do TSE, ao longo do exercício.

Tal empreendimento iniciou-se com a perspectiva de compreender todo e qualquer tipo de aquisição e serviço contratado. Entretanto, diante da magnitude do projeto, evidenciada tanto pelo volume de aquisições e serviços contratados, como pelo expressivo número de servidores e áreas envolvidas, optou-se pela fragmentação do escopo.

Dessa forma, iniciou-se em junho de 2007 a primeira fase, que contempla a aquisição de material efetuada conforme o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que foi objeto de pré-auditoria nos dias 19 e 20 de novembro, e que será efetivamente auditado em dezembro do exercício em curso.

Quanto à certificação das fases subseqüentes, estima-se que esta ocorrerá no próximo exercício, de acordo com a complexidade exigida para cada processo, tendo sido fixada, para tanto, a seguinte seqüência: 1º) aquisição de materiais por adesão à ata de registro de preços, 2º) aquisição de materiais conforme os demais incisos do art. 24, 3º) aquisições realizadas pelo art. 25 da Lei nº 8.666/93, e, por fim, 4º) as aquisições de materiais por licitação e contratação de serviços.

Há que se registrar, também, a continuidade do projeto executado pela Secretaria de Administração em parceria com

a Secretaria de Controle Interno e Assessoria Jurídica, referente à formação dos gestores e fiscais de contrato. Tal projeto teve início em 2005 e marco referencial em dezembro de 2006, com a divulgação do Manual de Gestão de Contratos.

Em 2007, a estratégia de atuação foi dirigida ao preparo de cursos e treinamentos.

Para tanto, foi constituído grupo de leitura com o objetivo de detectar eventuais dificuldades quanto à interpretação das rotinas e obrigações constantes no manual e na Instrução Normativa nº 1, de 2006, bem como orientar a elaboração de material a ser utilizado pelos instrutores internos, por ocasião dos treinamentos realizados com os gestores e fiscais de contratos do TSE, ocorridos no segundo semestre deste ano.

Tais iniciativas refletem a preocupação dos gestores com a formação dos servidores que lidam diretamente com a fiscalização de contratos e, conseqüentemente, com a eficiente gestão dos serviços e aquisições realizadas pelo Tribunal.

Entre outras atividades desenvolvidas pela secretaria devem constar, ainda, as realizadas sob a responsabilidade da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, que, ao longo do exercício, trabalhou para adaptar os espaços físicos à reestruturação organizacional efetivada no primeiro semestre de 2006 e para minimizar os problemas decorrentes de espaço físico, acentuados pelo ingresso de 270 novos servidores. Entre as maiores reformas estão as executadas nos locais ocupados pelas secretarias de Gestão de Pessoas e Judiciária.

No tocante ao aprimoramento dos serviços prestados via Internet, a Secretaria de Administração iniciou projeto de reestruturação do *site*, priorizando inicialmente o cliente externo, dada a relevância da publicidade dos atos praticados nos processos de licitação.

Nesse contexto, já está em andamento na Secretaria de Informática projeto que visa possibilitar aos licitantes agilidade

no acesso e recursos mais eficientes para a obtenção de documentos pertinentes às licitações conduzidas pelo Tribunal.

CONTRATOS PRORROGADOS EM 2007

Empresa	Proced. Principal	Vigência	Contrato	ano	publicação
JANEIRO.2007					
Medidata	10.249/2005	2.1.2008	64	2005	8.1.2007
Brasil Telecom	10.592/2003	8.1.2008	52	2003	25.1.2007
Cannes Publicidade	12.791/2005	11.1.2008	3	2006	15.1.2007
Frioterm	10.242/2005	13.1.2008	5	2006	28.12.2006
W & M Publicações	12.791/2005	16.1.2008	4	2006	16.1.2007
CTIS	18.429/2004	21.1.2008	3	2005	5.2.2007
FEVEREIRO.2007					
Módulo Security	3.889/2002	6.2.2008	5	2004	7.2.2007
Medidata	11.145/2005	9.2.2008	7	2006	14.2.2007
Mineirão	7.080/2003	9.2.2008	1	2004	14.2.2007
MARÇO.2007					
CTIS	11.310/2002	6.3.2008	10	2003	8.3.2007
Monteverde	367/2005	10.3.2008	6	2006	6.3.2007
Embratel	15.274/2001	17.3.2008	64	2001	22.03.2007
Amigos do Futuro	1.640/2003	25.3.2008	TP 13	2003	15.12.2006
Oboé Financeira	18.346/2001	28.3.2008	TC 5	2003	Assinado em 26.2.2007
Paraná Banco	9.398/2000	28.3.2008	TC 6	2003	Assinado em 26.2.2007
Banco Bradesco	47.226/2002	25.3.2008	TC2	2003	Assinado em 23.3.2007
ABRIL.2007					
Alfa Financeira	2.803/2001	15.4.2008	TC 12	2003	1.2.2007
Brasil Telecom	5.506/2003	20.4.2008	17	2004	empresa
Kenta Informática	7.258/2004	25.4.2008	12	2005	6.3.2007
Fund. Padre Anchieta (TV Cultura)	11.760/2003	29.4.2008	21	2004	22.12.2006
Panacopy	9.564/2005	12.4.2008	17	2006	16.4.2007
MAIO.2007					
Banco Unibanco	11.094/2003	6.5.2008	TC 1	2005	Assinado em 4.5.2007
BV Financeira	6.110/2004	6.5.2008	TC 2	2005	Assinado em 4.5.2007
Banco Citibank	534/2003	7.5.2008	CV 1	2003	Assinado em 9.5.2007
Banco Real	11.697/98	12.5.2008	TC 11	2003	Assinado em 11.5.2007
CIEE	853/2003	19.5.2008	14	2005	24.5.2007
Banco Sudameris	15.120/1998	23.5.2008	TC 7	2003	Assinado em 29.5.2007
APCEF/DF	202/2006	24.5.2008	TC1	2006	Assinado em 6.3.2007

JUNHO.2007					
América Elevadores	570/2004	9.6.2008	33	2004	12.6.207
Hewlett-Packard	2.548/2005	27.6.2008	24	2005	28.6.2007
Barros Automóveis	10.512/2003	29.6.2008	38	2004	29.6.2007
STF (envia as vias para assinatura)	4.907/2003	3.6.2008	Cv 78	2003	
Giga Byte	13.892/2002	9.6.2008	24	2006	1º.6.2007
BB	1.599/99	27.6.2008	TC 4	2006	Assinado em 23.5.2007
JULHO.2007					
Probank	8.101/2006	28.6.2008	37	2006	25.7.2007
AGOSTO.2007					
Siemens	3.056/2005	19.8.2008	41	2005	24.8.2007
Reman Serviços	11/2004	23.8.2008	53	2004	24.8.2007
Reman Segurança	9.154/2003	30.8.2008	58	2004	4.9.2007
Oracle	12.401.2005	15.8.2008	42	2006	24.8.2007
SETEMBRO.2007					
Encom Comércio e Representações	9.874/2003	6.9.2008	45	2004	4.9.2007
Brasil Telecom	9.460/2003	21.9.2008	63	2004	5.9.2007
Embratel	9.460/2003	21.9.2008	64	2004	5.9.2007
OUTUBRO.2007					
CEF	5.896/2005	20.10.2008	TC 4	2005	10.9.2007
Airway	4.312/2005	17.10.2008	53	2005	18.10.2007
TB Encomendas	4.312/2005	25.10.2008	54	2005	18.10.2007
Brasil Telecom	5.573/2004	28.10.2008	73	2004	26.10.2007
Tim	4.366/2006	10.10.2008	55	2006	18.10.2007
Link-Data	11.710/2005	30.10.2008	75	2005	8.11.2007
NOVEMBRO.2007					
Inspetoria São João Bosco - CESAM	15.589/2006	7.11.2008	66	2006	30.10.2007
Medidata	13.891/2005	9.11.2007	57	2006	A ser publicado
Fence	6.606/2003	21.11.2008	23	2003	22.11.2007
DEZEMBRO.2007					
INPE	18.967/2004	18.12.2008	CV 3	2004	8.1.2007
Hewlett-Packard	12.842/2004	21.12.2007	85	2004	6.11.2007
Telefônica	45.747/2002	26.12.2008	34	2003	11.1.2007
Embratel	45.747/2002	26.12.2008	35	2003	29.12.2006
Banco Real	4.196/2003	11.12.2007	CC 1	2003	Assinado em 11.5.2007

QUANTITATIVO DE LICITAÇÕES EFETUADAS EM 2007

Situação	Modalidade			Total
	Pregão Presencial	Pregão Eletrônico	Concorrência	
Em andamento	8	11	1	20
Concluídas	8	29	2	39
Total	16	40	3	59

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

DANDO CONTINUIDADE AO PROJETO DE FORMAÇÃO DE GESTORES e fiscais de contratos, a Secretaria de Administração pretende realizar em março de 2008 o IX Seminário de Licitações e Contratos, que tradicionalmente contempla também os servidores dos tribunais regionais, de forma a garantir o amplo acesso às atualizações de jurisprudências, a divulgação de melhores práticas e a reciclagem permanente do corpo técnico da Justiça Eleitoral.

A ampliação do sistema da qualidade para todo o processo de compras e contratação de serviços é considerada meta importante para o aperfeiçoamento dos serviços realizados pela Secretaria e também condição para o reconhecimento do esforço até então empreendido pelos servidores envolvidos no projeto.

Quanto aos serviços prestados pela SAD via Internet/Intranet, em 2008, pretende-se dirigir o foco ao cliente interno, quando serão ampliados recursos informatizados para os detentores de suprimento de fundos, solicitantes de diárias e passagens e usuários de tantos outros serviços oferecidos pela Administração.

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

À **SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SGI)** compete o gerenciamento da informação no âmbito do Tribunal, disseminada por quaisquer meios, e as atividades de biblioteca, análise e difusão de jurisprudência, edição de publicações, arquivamento, protocolização e expedição de documentos administrativos e judiciais. Tais competências estão delineadas no art. 87 do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal.

De acordo com as suas principais competências, a SGI identificou cinco áreas de negócio: gestão documental, informação e cultura, jurisprudência, conteúdo *web* e editoração, publicação e distribuição.

A gestão documental é realizada pela Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea). Cabe à Copea, portanto, receber, registrar, triar, distribuir e controlar o trâmite documental, indexar, gerenciar a numeração e a padronização dos Atos Oficiais Administrativos, digitalizar os atos normativos e as decisões do Tribunal, e alimentar a base de dados do sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (Itar), bem como fazer arquivamento, desarquivamento e empréstimos de documentos.

A área de informação e cultura é desenvolvida pela Coordenadoria de Biblioteca (Cobli). A gerência das atividades

de seleção, aquisição, tratamento técnico, guarda, conservação, controle e divulgação do acervo de livros, folhetos, periódicos, materiais especiais e de legislação; pesquisa bibliográfica e legislativa, preservação da memória da Justiça Eleitoral, atendimento ao usuário e recuperação de informações são de responsabilidade da Cobli.

Especial atenção é dada à jurisprudência, abrangendo a análise e a difusão da jurisprudência do TSE, em especial as atividades relacionadas ao tratamento técnico (seleção, indexação, catalogação, classificação) e divulgação de decisões monocráticas, acórdãos e resoluções do Tribunal; o atendimento aos usuários em pesquisa; a organização das publicações editadas para disseminação da jurisprudência do TSE, da legislação e das normas eleitorais, partidárias e de interesse da Justiça Eleitoral. Essas atividades são desenvolvidas pela Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur).

A Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip) cuida das áreas de conteúdo *web* e de editoração, publicação e distribuição. Dessa forma, a Cedip gerencia as atividades relacionadas à disseminação das informações de natureza editorial produzidas pelo Tribunal, veiculadas em papel, em mídia digital ou pela rede mundial de computadores.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

No que tange à gestão documental, destaca-se a implantação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), que estabelece diretrizes para a descrição, no Brasil, de documentos arquivísticos e visa facilitar o acesso e intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. No Protocolo-Geral, houve a redução do extravio de documentos; a migração dos documentos protocolados por

meio de carimbo; e o controle do trâmite documental no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), que pôde ser viabilizado com a publicação da Instrução Normativa nº 3/2007. A Seção de Documentos Eletrônicos e Expedição (Sedexp) foi reestruturada e, a partir de setembro, supervisiona os testes relativos à implantação do Sistema de Gerenciamento de Atos Oficiais Administrativos (Sigad).

Na área de informação e cultura, avançou-se na implementação da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), que abrange as bibliotecas do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais, os quais compartilham, entre si, recursos humanos, informacionais e técnicos para melhor atender os usuários da Justiça Eleitoral. Nesse ano, o TSE adquiriu licenças de uso do sistema Aleph 500® para dez TREs que ainda não possuíam o sistema. Desta forma, em 2008, todos os TREs estarão integrados na Reje.

Destaque para a realização do 3º Encontro de Bibliotecários da Justiça Eleitoral, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro de 2007, no Hotel Carlton, em Brasília. No evento, a biblioteca do TSE recebeu do Conselho Regional de Biblioteconomia – 1ª Região a certificação de excelência no atendimento e na qualidade de produtos e serviços.

Registre-se, ainda, a aquisição de 349 publicações nacionais, decorrente do Contrato-TSE nº 27/2007, bem como a inclusão de 135 novos registros de publicações editadas em 2006 e 2007 na Bibliografia de Direito Eleitoral, disponível no endereço <http://intranet.tse.gov.br/institucional/biblioteca/acervo.htm>. Outras iniciativas realizadas foram a Ação Cora Corujita de Promoção da Leitura, voltada para o público infante-juvenil e que se estenderá pelo próximo ano, e a participação na I Mostra Justiça e Bem Viver, evento de promoção à saúde, qualidade de vida e incentivo ao desenvolvimento de ações

socioambientais, realizado na Praça dos Tribunais, em parceria com o TRF 1ª Região, STM, TRT 10ª Região, nas comemorações do Dia do servidor.

Na área de jurisprudência, os projetos previstos para o ano de 2007 foram prejudicados pelo reduzido quadro de servidores na Cojur e nas unidades parceiras, em especial, na Cedip e na Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas I (Sedesc I/CSCOR/STI) durante o primeiro semestre do ano. Muito embora os projetos tenham retomado curso normal, com a posse dos novos servidores, sua conclusão só será possível em 2008. Nessa situação encontram-se o desenvolvimento de novas versões do Sistema de Jurisprudência (SJUR) e do Sistema de Apoio à Análise Documentária em Jurisprudência (SADJ); a construção da nova página de jurisprudência na Internet e a elaboração de seu conteúdo; a publicação do periódico de jurisprudência; e a pesquisa de satisfação dos usuários quanto aos produtos e serviços da coordenadoria.

A Cedip, criada a partir da reestruturação da Secretaria do TSE, completou em 2007 um ano de existência. Nesse período, publicou em torno de 70 livros e 40 produtos de divulgação – entre folhetos, cartazes e convites – e deu continuidade à produção cada vez mais intensiva de publicações eletrônicas em CD-ROM e/ou concebidas para a Internet. Realizou ainda trabalhos de apoio às demais unidades do TSE, na confecção de painéis de exposição (impressos e eletrônicos), cartazes, certificados, *folders*, convites, cartões, agendas corporativas, além de ter realizado o tratamento de fotografias e a revisão de normas internas, resoluções e manuais. Dessa forma, por meio da Seção de Impressão e Distribuição (Seidi), foram produzidos em 2007 mais de 41 mil impressos – livros, cartões, *folders* e cartazes, entre outros, o que corresponde a 65,37%

do total da demanda de impressão/cópias. Além de produzir material editorial, a Seidi realizou mais de 1.234.277 cópias, divididas entre a produção do *Clipping*, elaborado pela Asics, e as demandas de outras unidades do TSE.

No final do ano de 2007, ficaram a cargo da Seção de Impressão e Distribuição (Seidi) as atividades de expedição de documentos e encomendas do TSE, até então especializada apenas nas tarefas de empacotamento e remessas pelos Correios. A intenção é a de imprimir ao setor dinâmicas de trabalho que permitam a conjugação entre expedição e divulgação de produtos editoriais, com vistas à melhoria das atividades de promoção dos impressos do Tribunal.

Foram postadas, em 2007, 33.092 encomendas e documentos, ao custo de R\$151.391,37. Desse total, 21.156 documentos foram enviados por correspondência simples (65% do total das expedições). O restante dividiu-se entre as categorias Sedex, Carta Registrada, Internacional, Entrega Local, Malote, Impressos e Telegrama.

Em razão da nova política de atuação da Cedip, foram formalizados os diversos projetos editoriais das principais publicações do Tribunal. Essa iniciativa consistiu na protocolização, como procedimento administrativo, da documentação que apresenta as características técnicas (formato, leiaute e tipo de papel) das edições do TSE.

PUBLICAÇÕES EDITORADAS PELA SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Foram editorados, revisados e impressos pela Cedip 43 números do Informativo TSE; 45 números do *Informativo Eletrônico da Biblioteca* (Inebi); 12 números do Boletim Interno; 1 número da revista *Jurisprudência do TSE*; 16

volumes da série *Jurisprudência do TSE: Temas Selecionados*; 12 números do jornal *aconTSE*, entre outras publicações.

A Cedip desenvolveu ainda diversas atividades em parceria com as unidades do TSE, entre as quais se destacam a elaboração, revisão e impressão do material de divulgação (*banners*, catálogo, convite) dos eventos de inauguração do projeto de restauração da antiga sede do TSE, no Rio de Janeiro, realizada em junho de 2007; a elaboração de leiaute, revisão e impressão do material de divulgação do evento *AmbientTSE*, de recepção dos novos servidores do TSE; a concepção do material promocional de divulgação do Direcionamento Institucional da SGI – voltado à disseminação de missão, visão e valores da secretaria aos servidores (leiaute, revisão e impressão de *folders* e criação de logomarca e selo); a concepção do material promocional da campanha Ação de Incentivo à Leitura, levada a efeito pela Coordenadoria de Biblioteca (leiaute, revisão e impressão); e a criação do material promocional do III Encontro de Bibliotecários da Justiça Eleitoral (leiaute, revisão e impressão).

PRINCIPAIS ATIVIDADES NA ÁREA DE JURISPRUDÊNCIA

Foram organizados dois suplementos de atualização do *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*, contendo as alterações legislativas e as mais relevantes anotações jurisprudenciais, além de duas atualizações dos dezesseis volumes da série *Jurisprudência do TSE: Temas Selecionados*, com destaque para o lançamento da segunda edição do volume *Inelegibilidade e Condições de Elegibilidade*, inteiramente reformulada. Foram organizados, ainda, quatro números da revista *Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral*.

Além dessas atividades, a Cojur realizou atendimento ao público interno e externo em pesquisa; ministrou treinamento em alimentação do Sistema de Jurisprudência a servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul; revisou e ajustou os procedimentos operacionais padrões relativos às suas atividades; colaborou na elaboração do novo Tesouro da Justiça Eleitoral, especializado em matéria eleitoral e partidária, cuja publicação deverá ocorrer no primeiro semestre de 2008.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

As atividades relacionadas com a elaboração do Planejamento Estratégico foram iniciadas pela Oficina de Direcionamento Institucional da Secretaria de Gestão da Informação. “Construir caminhos para o conhecimento com a gestão da informação” foi a missão institucional definida para a secretaria. Dela decorre a visão de futuro escolhida: “Ser modelo de excelência na gestão da informação, destacando-se por atitudes inteligentes, criativas e inovadoras”. A definição de missão e visão da SGI é emblemática. Coincide com a alteração de seu quadro gerencial, impregnado de novo olhar sobre a gestão da informação e suas repercussões na sociedade contemporânea. Além dos valores já definidos no direcionamento institucional do TSE, foram agregados dois específicos para a Secretaria de Gestão da Informação: *Proatividade – agir com iniciativa e coragem, trazendo o futuro para o presente; e Excelência – buscar o máximo em qualidade, investindo na melhoria contínua.* A Asplan forneceu os conceitos de planejamento estratégico, objetivo estratégico,

ação e a metodologia que a SGI adotou como diretriz, o Balanced Scorecard (BSC). O BSC impõe quatro perspectivas para resultados otimizados na consecução das metas, quais sejam: Cliente, Orçamento, Processos e Aprendizado/Crescimento.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Para a área de gestão documental, pretende-se a entrega, em junho, da atualização do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD). Em relação ao descarte de documentos, já se encontram em fase de revisão, para serem submetidas à aprovação do diretor-geral, as minutas que versam sobre o recolhimento e eliminação de documentos do acervo do TSE.

E-ARQ BRASIL

Pretende-se ainda implementar o e-Arq Brasil no TSE. Trata-se de um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, que estabelece um conjunto de condições mínimas necessárias a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema informatizado de gestão arquivística e pelos próprios documentos a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como seu acesso.

TESAURO ELETRÔNICO E SIGAD

O Protocolo-Geral planeja desenvolver dois sistemas de operacionalização que auxiliem na execução das atividades:

o tesouro eletrônico e um sistema para controlar o registro dos documentos encaminhados ao Tribunal por Sedex, PAC e correspondência registrada. Está prevista também a implantação e consolidação do Sigad em toda a Secretaria do Tribunal, a ser realizada de forma gradativa, por secretarias.

INFORMAÇÃO E CULTURA

Para a área de informação e cultura, além da continuidade da ação Cora Corujita, de incentivo à leitura, pretende-se consolidar a disseminação seletiva da informação e maximizar o uso do Aleph, um sistema de gerenciamento de informações e bibliotecas adotado pelo TSE. Está prevista também a conclusão do plano de ação para o desenvolvimento da Biblioteca Digital do TSE e a finalização do guia básico para pesquisa, reserva, empréstimo e renovação do acervo da Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud.

JURISPRUDÊNCIA

Na área de jurisprudência, a Cojur prevê a implementação, em 2008, de um periódico de jurisprudência que se propõe a ser veículo ágil de disseminação da informação jurisprudencial em matéria eleitoral e correlata; da nova página de jurisprudência, com conteúdo diferenciado constituído de precedentes de outros tribunais superiores em matéria eleitoral e correlata, súmulas mais utilizadas, julgados históricos, julgados paradigmáticos, tabelas de inelegibilidade reflexa e de prazos de desincompatibilização, contatos nos tribunais regionais, publicações, entre outros; da pesquisa de satisfação dos usuários quanto aos produtos e serviços da coordenadoria; e das novas versões do Sistema de Jurisprudência (SJUR) e

do Sistema de Apoio à Análise Documentária em Jurisprudência (SADJ).

NOVO SITE E PUBLICAÇÕES

No que diz respeito ao conteúdo *web*, encontra-se em processo conclusivo a migração do conteúdo estático das páginas da Internet do TSE para o novo *site*, com previsão de inauguração para março de 2008.

Finalmente, na área de editoração, publicação e distribuição, encontram-se em fase de finalização as seguintes publicações: *Estudos Eleitorais*, v. 3, n. 1; *Revista Jurisprudência do TSE* (v. 18, n. 1, 2 e 3); e *Série Jurisprudência do TSE* (atualização dos volumes 1 a 16). No que tange às atividades de impressão e distribuição, está prevista para 2008 a implementação de um novo Sistema de Postagem (com vistas a contemplar os novos serviços oferecidos pela ECT) e do Sistema de Postagem Eletrônica Corporativa (SPEC), de propriedade da ECT, que está sendo adaptado às necessidades do TSE, para atendimento das unidades remetentes de telegramas. Há previsão ainda de implementação do Sistema de Impressão, Distribuição e Expedição, que facilitará o registro e a recuperação de informações acerca da produção editorial. Pretende-se também em 2008 adquirir equipamentos para facilitar e diversificar os acabamentos gráficos dos produtos editoriais do TSE, e adequar o espaço físico destinado aos serviços de impressão, distribuição e expedição.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A busca de excelência na gestão documental tem sido o pólo norteador das atividades da Copea, envolvendo iniciativas

como o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Atos Administrativos (Sigad), já em fase de testes; e do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (PGD). Assim, buscando um melhor alinhamento da Copea ao escopo da Secretaria de Gestão da Informação, foram propostas alterações no Regulamento Interno da Secretaria do TSE.

De acordo com as propostas encaminhadas, o serviço de distribuição de documentos foi transferido para a Seção de Impressão e Distribuição (Seidi), consolidando a política editorial implementada pela Cedip. Por outro lado, para além das atividades básicas de protocolo, arquivo e expedição, procura-se implementar uma verdadeira gestão documental no âmbito deste Tribunal.

Com esse objetivo, a Copea fez o lançamento, em outubro de 2007, da proposta do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral, que pretende estabelecer diretrizes gerais, metodologias e padrões para a organização das áreas de gestão documental (protocolo e arquivo) da Justiça Eleitoral. Trata-se de um instrumento de eficácia administrativa e contribui para a modernização da administração no Poder Judiciário, possibilitando, inclusive, que os órgãos da Justiça Eleitoral possam desenvolver programas próprios de gestão de documentos.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE (SOF) gerencia as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira e contabilidade e, no âmbito da Justiça Eleitoral, regulamenta procedimentos e critérios a serem adotados na execução dessas atividades.

A SOF abrange a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento e a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

A Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (Copor) gerencia as atividades de planejamento e de administração orçamentária da Justiça Eleitoral e regulamenta procedimentos e critérios a serem adotados na execução dessas atividades.

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (Cofic) gerencia os recursos financeiros, supervisiona e controla a gestão contábil e regulamenta procedimentos e critérios a serem adotados na execução dessas atividades.

A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A JUSTIÇA ELEITORAL TEM EVOLUÍDO a passos largos e respondido eficazmente às exigências do cenário nacional,

contribuindo de modo preponderante para que os pleitos transcorram dentro de um quadro de liberdade e respeito à lei.

O desempenho desta Justiça especializada não é traduzido, entretanto, apenas pelo êxito do voto informatizado e da logística das eleições, pois a maturidade no âmbito da gestão administrativa é igualmente relevante. A profissionalização dos quadros, a sistematização dos procedimentos e a melhoria da qualidade dos serviços vêm assegurando resultados satisfatórios em direção ao fortalecimento institucional. Esse cenário também se observa na gestão orçamentária, financeira e contábil, cuja tônica tem sido o caráter participativo e transparente das definições e, principalmente, o tratamento isonômico no atendimento das demandas de todas unidades seccionais, eliminando-se o caráter subjetivo das decisões quanto à alocação de disponibilidades orçamentárias.

Os ganhos são evidentes: o maior comprometimento das unidades em relação às diretrizes e regras acordadas tem implicado unidade da Justiça Eleitoral na questão orçamentária e financeira, sem prejuízo da autonomia administrativa e das especificidades de cada órgão da Justiça Eleitoral.

Os avanços observados são ainda resultado da melhoria dos canais de comunicação adotados pela Secretaria, envolvendo boletins, orientações, mensagens e, não se pode deixar de sublinhar, a página da secretaria na Intranet, que, se não esgota a totalidade de informações afetas à gestão orçamentária e financeira no âmbito da Justiça Eleitoral, contempla todas aquelas que tem alguma interferência direta, configurando-se como um importante instrumento de interação com os tribunais.

A ampliação do quadro de servidores, com a nomeação de concursados no mês de agosto, possibilitou a melhoria dos

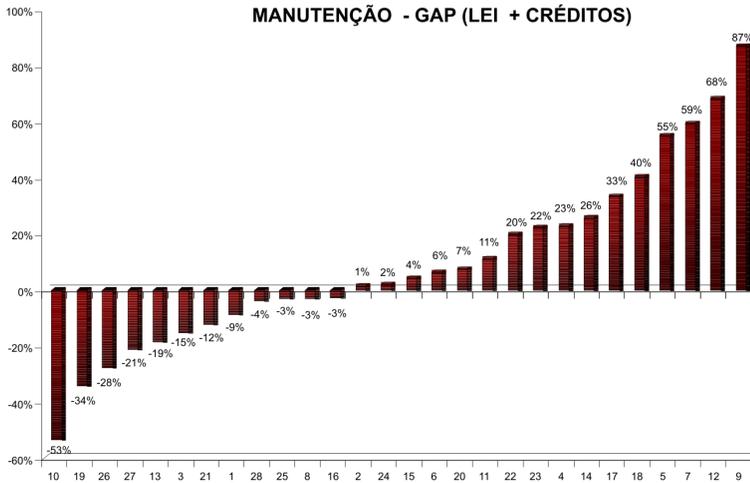
mecanismos de gerenciamento e controle das atividades, especialmente o acompanhamento das execuções orçamentária, financeira e patrimonial e a supervisão dos atos e fatos da gestão contábil. Os atendimentos às unidades foram intensificados, assegurando mais celeridade e eficiência à solução das questões pertinentes à execução orçamentária e financeira. O crescimento foi da ordem de 32%, sendo que, em 2006, foi registrado um aumento de 45% em relação ao ano anterior.

O aspecto decisivo, inequivocamente, no entanto, foi a adoção, desde a proposta orçamentária de 2005, de conceitos e metodologia de gestão orçamentária fundamentados em dois pilares – *planejamento orçamentário e nova organização das despesas* –, com vistas ao aumento da eficiência alocativa dos recursos.

Esse esforço de sistematização de informações tem como pressuposto identificar novas iniciativas, assim compreendidas aquelas definidas como ações estratégicas no planejamento orçamentário, e a estrutura de gastos regulares, conceituada como despesas de funcionamento, possibilitando a priorização da análise das demandas pela finalidade do gasto e a aplicação de critérios objetivos na alocação de recursos, em detrimento da preservação das séries históricas de execução.

Um exemplo a mencionar é a variação, no período compreendido entre 2005 e 2007, da participação das unidades na dotação total destinada à ação Gestão e Administração do Programa, que financia as despesas administrativas, em razão da consignação levar em consideração a programação atualizada, priorizando a avaliação qualitativa.

VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL 2007/2005
MANUTENÇÃO - GAP (LEI + CRÉDITOS)



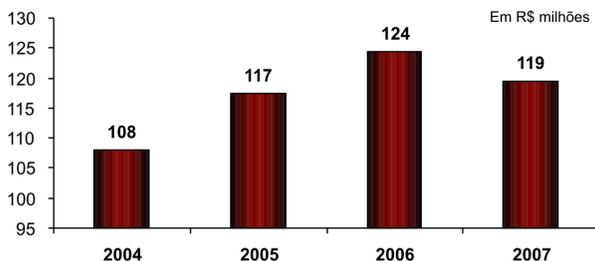
Associada aos benefícios conferidos à construção dos limites orçamentários das unidades, tem sido exitosa a iniciativa de influenciar, amparada em uma estrutura de programação qualitativa, organizada em torno de metas e resultados, a decisão dos referenciais monetários destinados à Justiça Eleitoral para elaboração da proposta orçamentária, cujos parâmetros gerais estão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Outro avanço foi a incorporação, no artigo que trata da definição dos limites orçamentários na referida lei, de proposta de alteração do parâmetro legal formulado pela Secretaria, reiteradamente apresentada no processo de elaboração dos PLDO 2006 e PLDO 2007, visando a atender à necessidade da Justiça Eleitoral de assumir despesas de manutenção de instalações de cartórios financiadas por outros entes da federação.

Em face das restrições fiscais, esse quadro de dependência da Justiça Eleitoral impõe programação prévia, tendo em consideração o comprometimento das condições de trabalho

e dos serviços prestados que essa vulnerabilidade pode acarretar, caso não haja previsão orçamentária para eliminá-la com a tempestividade necessária. Contribuir para que determinadas programações ou questões fossem incluídas na agenda orçamentária, seja internamente ou externamente, talvez tenha sido o resultado mais significativo.

Relevância deve ser conferida ainda à quitação, reconhecidamente de forma ordenada, da integralidade do principal acrescido de correção monetária e de parcela significativa de juros correspondentes à diferença de 11,98% – URV, da alteração do divisor de serviço extraordinário e de outros passivos devidos aos servidores da Justiça Eleitoral, a despeito da não-consignação de recursos nas leis orçamentárias anuais e nos créditos adicionais destinados à sua quitação. Com gestão e disciplina sustentadas pela consolidação da concepção sistêmica das atividades orçamentárias e financeiras, em que as decisões são compartilhadas, foi possível a liquidação de débitos, somando o montante de R\$ 469 milhões entre 2004 e 2007, sempre após o fechamento das despesas correntes do exercício, em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal e às demais legislações sobre a matéria. Eventuais saldos somente são considerados disponibilidades quando são efetivos, ou seja, posteriormente à cobertura das folhas ordinárias ao final do exercício.

PAGAMENTO DE PASSIVOS DE PESSOAL



Nos últimos anos, foi priorizada a quitação dos menores passivos relativos à diferença de 11,98% – URV e a divisão da parcela remanescente à proporção de um percentual equânime do saldo atualizado de cada Tribunal. Excepcionalmente em 2005, foram prioritariamente amortizados os valores da alteração do divisor de serviços extraordinários e da incorporação de quintos relativos àquele exercício. Em 2006, foram pagos os últimos débitos relativos aos valores de principal e correção monetária correspondentes à URV. Foram desembolsados R\$ 56 milhões, beneficiando 7 tribunais e, outros R\$ 16 milhões, conforme acordado pelos diretores-gerais em reunião, destinados ao pagamento da integralidade do saldo remanescente de URV do Tribunal Superior Eleitoral, em razão do valor ser insuficiente para distribuição e da inconsistência das informações acerca do estoque atualizado dos juros e resíduos relativos à URV. Adicionados esses valores às disponibilidades relativas a férias, foram pagos R\$ 124 milhões a título de despesas de exercícios anteriores.

Atenção especial deve ser dada ao pagamento de R\$ 119 milhões de despesas de exercícios anteriores em 2007, ano em que o cenário orçamentário era notadamente restritivo, dada a expectativa de necessidade de créditos adicionais para pagamento de vantagens decorrentes do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e a inexistência de disponibilidades oriundas do orçamento de eleições para atendimento de despesas com passivos, como ocorreu em 2005 e 2006. Com o acréscimo de dotação, no valor de R\$ 81 milhões, assegurado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a administração de disponibilidades já consignadas, foram suplementados recursos em favor de todas as unidades para, prioritariamente, o pagamento de juros e resíduos de URV.

Tendo como missão coordenar, no âmbito da Justiça Eleitoral, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira e contabilidade, o grande foco de atuação da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, como órgão setorial, tem sido, ao lado do fortalecimento da concepção sistêmica dessas atividades, conferir ao orçamento o papel de instrumento de gestão, mantendo-o alinhado ao planejamento e às necessidades, de tal forma que não falem recursos aos processos críticos e, muito menos, não haja excessos em outros.

Este é o desafio assumido pela secretaria: a eficiência alocativa dos recursos, expressa pela adequação com que disponibilidades orçamentárias estão organizadas para alcançar objetivos e metas, na perspectiva de que, em vez de escassez, há limitações e que, portanto, é preciso estabelecer prioridades e obter ganhos estruturais de eficiência. É inquestionável a importância da qualidade do planejamento orçamentário para que o padrão de destinação de recursos possa se pautar por critérios e traduzir prioridades, resultando numa melhor distribuição e utilização.

Essas assertivas ganham cada vez mais valor pela simples razão de que não há espaço fiscal para fazer frente à evolução da estrutura dos serviços eleitorais na velocidade e nos patamares esperados, não obstante o notório crescimento das disponibilidades orçamentárias nos últimos anos.

Destaque deve ser dado à evolução positiva do orçamento ordinário da Justiça Eleitoral, no que diz respeito a “Outros Custeios e Capital”, que, em valores atualizados a preços médios de 2008 (IPCA/IBGE), passou de R\$ 416 milhões, valores executados em 2004, para R\$ 709 milhões em 2007, considerando-se a posição relativa ao projeto de lei

orçamentária 2008 (exclusive emendas), o que corresponde a um acréscimo de 70%. Em 2007, descontada a inflação medida também pelo IPCA, a dotação consignada superou, em 28% e 30%, os valores autorizados e empenhados, respectivamente, de 2006.

GRANDES NÚMEROS DA JUSTIÇA ELEITORAL

COMPARATIVO PROJETO DE LEI 2007 x EXECUÇÃO 2006/2005/2004

PROGRAMAÇÃO	VARIÇÃO %		
	2007/ 2006	2007/ 2005	2007/ 2004
ORÇAMENTO ORDINÁRIO	30	39	70
Manutenção (custeio e capital)	25	23	50
Capacitação	22	17	59
Divulgação (TV Justiça)	1	399	33
Benefícios	6	36	61
Obras	172	157	330
Sistema de Identificação do Eleitor	-	-	-
TOTAL GERAL	10	43	53

Valores atualizados pelo IPCA a preços médios de 2008.

Em vista do crescimento nominal de 88%, enquanto a variação de preços no período não ultrapassou 15%, há que se registrar que o orçamento da Justiça Eleitoral mudou de base.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTO ORDINÁRIO - OCC *Execução Orçamentária*

% DE VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		
ANO	VALORES NOMINAIS	IPCA
2005/2004	31%	7%
2006/2005	11%	4%
2007/2006	31%	4%
2008/2007	18%	5%

No decorrer do exercício de 2007, remanejamentos foram efetuados, tendo em vista o aproveitamento das disponibilidades, implicando, principalmente, a redução da dotação de manutenção e a ampliação dos recursos destinados a obras e aquisições e demais ações estratégicas. A centralização de recursos para despesas incertas tem possibilitado, constatada a sua não-efetivação, o remanejamento para outras prioridades, especialmente a conclusão de cartórios e demais serventias eleitorais.

Os valores consignados para 2008 são igualmente satisfatórios, apesar da deliberada intenção do órgão central de orçamento do Poder Executivo de restringir a expansão das despesas ordinárias, sob a alegação de que o orçamento de 2007 da Justiça Eleitoral expandiu extraordinariamente em relação à execução de anos anteriores, sem mencionar a avaliação de que a consignação de recursos, a cada dois anos, para operacionalização de pleitos eleitorais, concorre com o orçamento ordinário.

Dados comparativos entre execução e proposta orçamentária pautaram as negociações dos referenciais monetários para o orçamento ordinário de 2008 perante o Poder Executivo, constituindo um verdadeiro óbice à expansão em relação aos valores deste exercício.

Ainda assim, após reiteradas discussões e tratativas, alcançou-se um aumento, em termos absolutos, de R\$ 282 milhões em relação ao executado em 2006, ano de realização das eleições gerais, o que corresponde a 29% de acréscimo.

ORÇAMENTO 2008

R\$ MILHÕES		
PROGRAMAÇÃO	PL 2008	2006
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.771	1.967
ORÇAMENTO ORDINÁRIO	779	544
Manutenção (custeio e capital)	442	331
Capacitação	12	8
Divulgação (TV Justiça)	13	9
Benefícios	186	155
Obras	126	42
Sistema de Identificação do Eleitor	1	-
ELEIÇÕES	677	525
Despesas Operacionais	481	396
Sistema de Votação e Apuração	196	129
FUNDO PARTIDÁRIO	194	154
TOTAL GERAL	4.421	3.190

O orçamento ordinário superou em 4%, os valores autorizados para 2007, considerando-se ainda a posição relativa ao momento da definição dos referenciais monetários consignados no projeto de lei orçamentária para 2008, e em 18% os valores executados no mesmo exercício e 43% os de 2006, descontada a inflação dos períodos. Excluindo-se as emendas, no total de R\$ 38 milhões, o aumento foi de 7% em relação à dotação de 2007.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTO ORDINÁRIO - OCC *Execução Orçamentária*

% DE VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		
ANO	VALORES NOMINAIS	IPCA
2005/2004	31%	7%
2006/2005	11%	4%
2007/2006	31%	4%
2008/2007	18%	5%

Esses valores assegurarão o aumento das despesas de manutenção, principalmente quanto às novas instalações e à absorção de gastos administrativos de cartórios eleitorais até então financiados por outros entes da Federação. Outros avanços significativos também foram possíveis: a destinação, com base nas questões estratégicas estabelecidas para o período – atendimento ao eleitor, infra-estrutura imobiliária, gestão de pessoas, segurança do processo eleitoral, ações correicionais e jurisdicionais, ações institucionais, infra-estrutura de tecnologia da informação e modernização administrativa –, de R\$ 126 milhões para 86 projetos de obras e aquisições e de R\$ 17 milhões para outras ações estratégicas, importantes para a melhoria do atendimento ao eleitor e das condições de trabalho dos servidores. É de ressaltar que o maior valor já empregado, nos anos anteriores a 2007, foi de R\$ 44 milhões e que a quase totalidade dos serviços, embora contratada no exercício, foi efetivamente executada no ano seguinte. Em 2007, o desempenho da Justiça Eleitoral melhorou extraordinariamente, e cerca de 87% dos recursos autorizados foram empenhados.

OBRAS E AQUISIÇÕES LEI + CRÉDITOS

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DOTAÇÃO	54	34	59	75	164	126

1/ Valores atualizados a preços médios de 2008.

2/ Em 2007, foram consignados no PL 2007 R\$ 109 milhões. Com a aprovação da lei orçamentária, foram acrescidos R\$ 38 milhões a título de emendas. Nas revisões, foram suplementados R\$ 9,8 milhões.

O projeto de construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral foi beneficiado com R\$ 80 milhões. Na priorização de novas obras e aquisições, atendidos os projetos em andamento, foi observado o *ranking*, que estabelece uma

ordem de prioridade na alocação de recursos, em face de atributos, como tipo de ocupação, destino e estado de conservação.

PROGRAMAÇÃO DE OBRAS E AQUISIÇÕES 2008

INFRA-ESTRUTURA IMOBILIÁRIA	Quantidade	R\$ milhões			
		Proposta Inicial	Proposta Setorial	Quantidade	Proposta Final
TOTAL GERAL	207	342.740	124.617	86	125.507
Em andamento	16	145.926	102.064	13	97.636
Cartório e assemelhados	9	4.666	4.666	7	4.240
Secretárias	6	140.760	96.898	5	92.896
Depósitos de urnas	1	500	500	1	500
Novas	191	196.814	22.553	73	27.871
Cartório e assemelhados	179	81.472	22.053	69	23.227
Secretárias	9	113.112	500	4	4.644
Depósitos de urnas	3	2.230			

O grande diferencial da estrutura de planejamento orçamentário adotada é a individualização e identificação de ações estratégicas sem visibilidade orçamentária, isto é, a serem financiadas, concorrentemente com as despesas de manutenção, no âmbito da ação orçamentária "Gestão e Administração do Programa". Nos últimos três anos, foi possível destinar cerca de R\$ 50 milhões para ações estratégicas, priorizadas com base em critérios complementares definidos a partir da integração dos conceitos "questão estratégica", "objetivo" e "ação estratégica".

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS A “AÇÕES ESTRATÉGICAS”
FINANCIADOS COM O ORÇAMENTO DE MANUTENÇÃO**

Demais Ações Estratégicas GAP	PL 2006	PL 2007	PL 2008
Infra-Estrutura Imobiliária	7.938	8.059	4.376
Atendimento ao Eleitor	1.148	483	384
Ações Jurisdicionais e Correicionais	324	805	-
Ações Institucionais	741	483	579
Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação	992	3.864	10.428
Modernização Administrativa	254	7.406	1.296
TOTAL	11.398	21.100	17.063

Entre 2008 e 2006, a expansão média dos recursos destinados à manutenção foi igualmente elevada – cerca de 73%, sendo, em muitos tribunais, superior a 100%.

**CUSTEIO ADMINISTRATIVO
VARIÇÃO 2008/2006**

UNIDADE	VARIÇÃO	UNIDADE	VARIÇÃO
25	34%	1	91%
28	38%	21	92%
19	60%	6	92%
24	75%	27	98%
7	75%	5	99%
13	78%	18	100%
22	81%	15	102%
3	81%	4	110%
17	82%	12	119%
11	83%	9	123%
23	85%	8	139%
2	85%	16	150%
14	89%	20	168%
10	90%	26	179%

Nota: crescimento real, descontada a inflação do período

Com o advento do novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário da União, a qualificação do corpo funcional passou a ser exigência legal e está vinculada à remuneração do servidor.

No planejamento orçamentário de 2008, o desenvolvimento profissional dos quadros da Justiça Eleitoral foi prioridade. Os programas de capacitação, envolvendo cursos, seminários, financiamento de auxílio-bolsa para pós-graduação, visam a atender ao interesse maior que deve ser o do jurisdicionado e a melhoria dos serviços eleitorais. Ainda que os atos preparatórios imponham a mobilização integral dos servidores, ficando prejudicadas quaisquer outras atividades, foi ampliada a dotação destinada à capacitação, passando de R\$ 9 milhões, em 2007, para R\$ 12 milhões em 2008.

CAPACITAÇÃO

					R\$ milhões			
2008	2007	2006	2005	2004	VARIÇÃO %			
					2008/ 2007	2008/ 2006	2008/ 2005	2008/ 2004
12	9	8	8	6	26	53	47	100

Sendo a Justiça Eleitoral mais que uma casa de julgamento, o fortalecimento das escolas judiciárias eleitorais também foi foco de atenção, tendo em vista, além do aprimoramento da formação jurídica dos magistrados, a afirmação da função de geratriz de idéias. O objetivo é a criação permanente de grupos de estudos sobre assuntos atuais do Direito Eleitoral, que possam debater as propostas de reforma política que estejam sendo propostas ou apreciadas no Congresso, colaborando com o debate nacional.

A expansão dos referenciais monetários da Justiça Eleitoral tem permitido assegurar também a atualização dos valores de benefícios ao servidor, mesmo com a expansão do número de beneficiários decorrente do provimento de cargos criados pelas Leis nº 10.842/2004 e nº 11.202/2005. As despesas com benefícios, no âmbito da Justiça Eleitoral, vêm assumindo posição significativa, evoluindo de R\$ 102 milhões, em 2004, para R\$ 165 milhões em 2007. Em 2008, serão desembolsados R\$ 186 milhões.

BENEFÍCIOS AO SERVIDOR

					R\$ milhões			
2008	2007	2006	2005	2004	VARIACÃO %			
					2008/ 2007	2008/ 2006	2008/ 2005	2008/ 2004
186	165	155	122	102	13	20	52	82

O sistema orçamentário da Justiça Eleitoral vem inovando ao financiar a realização de concursos públicos com recursos previstos no orçamento. Em vista do verbete da Súmula nº 214 do Tribunal de Contas da União, segundo o qual “os valores correspondentes às taxas de inscrição em concursos públicos devem ser recolhidos ao Banco do Brasil S/A, à conta do Tesouro Nacional, por meio de documento próprio, de acordo com a sistemática de arrecadação das receitas federais prevista no Decreto-Lei nº 1.755, de 31.12.79, e integrar as tomadas ou prestações de contas dos responsáveis ou dirigentes de órgãos da Administração Federal Direta, para exame e julgamento pelo Tribunal de Contas da União”, bem como do conjunto de normas que regem a gestão orçamentária e financeira, a secretaria tem ainda insistido na alocação, com base na programação das unidades, de valores destinados ao financiamento de processos seletivos no orçamento da Justiça Eleitoral, mesmo comprometendo os limites orçamentários para outras finalidades. Em 2008, estão previstos R\$ 30 milhões a título de arrecadação de taxa de inscrição para pagamento de despesas com a realização de certames em todo o país.

Para a operacionalização das eleições municipais de 2008, foi contemplado na ação orçamentária “Pleitos Eleitorais”, o valor nominal de execução das eleições gerais de 2006, embora a possibilidade de ocorrência de dois turnos, no próximo pleito limite-se a 75 municípios. Comparando com

os valores comprometidos em 2004, ano de eleições municipais, a dotação prevista para 2008, referente a “outros custeios e capital”, é inferior em 29%. Há que se observar, entretanto, que, essa redução deve-se ao aproveitamento, naquele exercício, das disponibilidades para realização de investimentos, que configuram, com freqüência, gastos apenas indiretamente relacionados ao processo eleitoral.

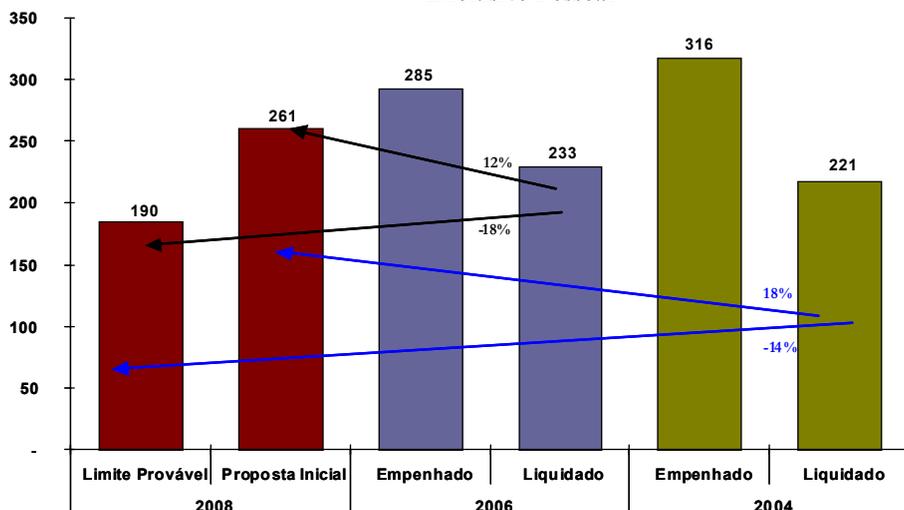
PLEITOS ELEITORAIS

ITEM	R\$ MILHÕES							
	PL	EXECUÇÃO						
	2008	2006	2005	2004	2002	2000	1998	1996
1. CORRENTE	245	270	159	237	285	272	246	179
2. CAPITAL	20	15	11	79	28	32	21	18
2. PESSOAL	216	111	31	100	84	48	53	34
TOTAL	481	396	201	416	397	352	321	231

1/ Valores empenhados atualizados a preços médios de 2008.

A avaliação da programação dos tribunais, inicialmente de R\$ 261 milhões, revelou que não serão necessários mais do que R\$ 190 milhões para atender às despesas operacionais, exclusive os desembolsos com pessoal e encargos sociais. Somado esse valor à previsão de gastos com o financiamento do apoio logístico das Forças Armadas, em torno de R\$ 16 milhões, a expectativa é que os gastos não ultrapassem R\$ 206 milhões.

PLEITOS ELEITORAIS Exclusive Pessoal



O acréscimo, em 2008, comparativamente a 2006, dos valores constantes da ação orçamentária “Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração”, previstos para custear despesas com aquisição, manutenção e adaptação das urnas eletrônicas, contratação de força de trabalho para execução de serviços técnicos da urna e aquisição de suprimentos, decorre da necessidade de aquisição de 50.000 urnas. Em 2006, foram adquiridas 15.000 e, em 2004, 75.000.

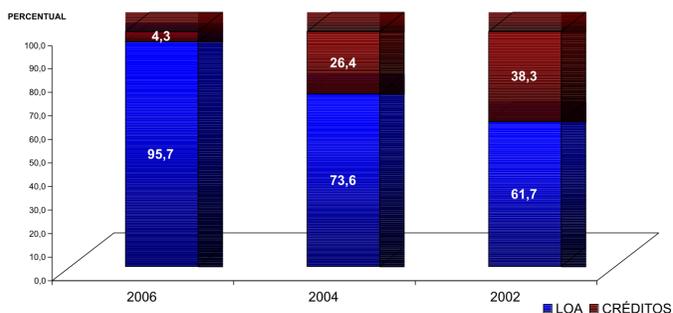
A importância das eleições na estrutura política brasileira é indiscutível. O número de postos de poder ocupados mediante o voto confirma essa importância: 1 presidente, 1 vice-presidente, 513 deputados federais, 81 senadores, 27 governadores, 27 vice-governadores, 1.059 deputados estaduais, 5.564 prefeitos, 5.564 vice-prefeitos e 51.819 vereadores. O número de representantes escolhidos pelos cidadãos totaliza 64.656.

Associada a essa dimensão, tem-se ainda, como mais relevante, a legitimidade do processo eleitoral brasileiro – as fraudes foram praticamente eliminadas e os resultados são proclamados poucas horas após o pleito. Registre-se que a complexidade do processo aumentou. As eleições atuais são competitivas, com uma enorme oferta de candidatos e partidos, o comparecimento dos eleitores para votar é maciço e o sufrágio é universal, já que não existem restrições significativas que impeçam qualquer brasileiro com pelo menos 16 anos de ser eleitor.

Alcançada essa importância, o financiamento de pleitos eleitorais não tem sofrido restrições. Pelo contrário, verificam-se avanços significativos: a dependência de créditos adicionais, nos últimos anos, para a realização das eleições foi praticamente eliminada; os recursos são garantidos na lei orçamentária.

INDEPENDÊNCIA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

LOA x CRÉDITOS



Em 2000, cerca de 50% dos recursos consignados foram autorizados por intermédio de crédito adicional, ou seja, foram disponibilizados durante a preparação do processo eleitoral.

Nas eleições seguintes, em 2002, a participação foi reduzida para 22%. Em 2004 e 2005, foram consignados, já na lei orçamentária, recursos suficientes, em relação a despesas operacionais de custeio e capital, para a realização dos pleitos, ainda que, em 2004, tenham sido suplementados R\$ 50 milhões, que praticamente não foram utilizados. Em 2006, foram consignados recursos na lei orçamentária em consonância com a programação apresentada. O acréscimo de recursos, tanto para operacionalização das eleições quanto para logística de urnas, deveu-se a falhas no planejamento. O valor suplementado de R\$ 11 milhões destinou-se às Forças Armadas, que, após a programação inicial de R\$ 3 milhões, refez suas estimativas, visando a complementar suas disponibilidades para financiar a garantia da força e da ordem. A necessidade de crédito de R\$ 12 milhões para manutenção de urnas foi decorrente da revisão das estimativas consideradas na proposta orçamentária.

CUSTO POR ELEITOR
(Pleitos Eleitorais/quantitativo de eleitores)

EXERCÍCIO	EXECUTADO (R\$ MILHÕES)	CUSTO/ ELEITOR
1996	231	2,3
1998	321	3,0
2000	352	3,2
2002	397	3,4
2004	416	3,4
2005	220	1,8

É importante registrar que a meta para 2008 é reduzir os gastos com as eleições em 30%, considerando os dispêndios

com pessoal e encargos sociais. A questão central das eleições não é mais o tempo de totalização dos votos, mas o custo. No segundo turno da última eleição presidencial, alcançou-se recorde histórico: a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi anunciada por volta das 19 horas e 30 minutos, apenas duas horas e meia após o encerramento da votação.

A diminuição das despesas com a realização de pleitos eleitorais é uma tendência que vem sendo concretizada desde o Referendo sobre a Proibição da Comercialização de Armas de Fogo e Munições, em que foram desembolsados apenas R\$ 220 milhões, a preços médios de 2008, quase a metade dos valores de anos anteriores, feito só possível, não obstante a simplicidade do processo e a inexistência de 2º turno, graças ao firme propósito de rever serviços e aquisições com vistas à redução de custos.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE ELEIÇÕES

ITEM	1996	1998	2000	2002	2004	2005	2006	2008	
1. PLEITOS ELEITORAIS									
1.1 DOTAÇÃO	255	337	382	411	472	243	485	481	
1.1.1 PESSOAL	35	55	61	85	100	50	162	216	
1.1.2 OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	221	283	321	326	372	193	323	265	
1.2 EMPENHADO	231	321	352	397	416	220	396		
1.2.1 PESSOAL	34	53	48	84	100	50	111		
1.2.2 OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	197	267	304	313	316	170	285		
1.3 LIQUIDADO	219	282	320	353	320	190	340		
1.3.1 PESSOAL	34	53	48	84	99	48	108		
1.3.2 OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	186	229	272	269	221	142	233		
2. ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO									
2.1 DOTAÇÃO	158	193	123	166	226	17	144	196	
2.2 EMPENHADO	158	187	123	156	225	17	143		
2.3 LIQUIDADO	157	172	122	141	213	14	132		
3. TOTAL GERAL									
DOTAÇÃO	414	530	505	577	698	260	629	677	
EMPENHADO	389	507	475	553	642	237	539	-	
LIQUIDADO	376	454	442	494	533	204	472	-	

Valores atualizados a preços médios de 2008

Desde o planejamento orçamentário de 2006, como resultado do processo constante de aperfeiçoamento da gestão orçamentária no âmbito da Justiça Eleitoral, a estrutura de programação de eleições também evoluiu para um modelo mais gerencial, independente de classificação orçamentária, focado nos principais componentes de gastos envolvidos no processo atual de apuração da vontade popular: aquisição e logística de urnas eletrônicas; material de votação, apuração e justificação; locais de votação, apuração e justificação; votação em locais de difícil acesso; mesários; treinamentos e reuniões de trabalho; segurança do processo eleitoral; divulgação do processo eleitoral; serviços cartorários, jurisdicionais e correicionais; sistemas eleitorais; infra-estrutura de tecnologia da informação e acréscimo de despesas de funcionamento.

Essa estrutura é calcada na perspectiva de identificação dos principais componentes (que inclusive retratam as opções e alternativas adotadas pela Justiça Eleitoral na realização de pleitos eleitorais) e dos custos correspondentes, segundo a filosofia já adotada na programação de despesas de manutenção. Destina-se a responder, por exemplo, qual o custo da opção tecnológica atual – votação em urna eletrônica, ou seja, quanto custa a urna estar disponibilizada para votação em cada seção eleitoral (aquisição, suprimentos, manutenção, transporte, seguro, etc.).

Os resultados têm sido reconhecidamente significativos, principalmente quanto se trata da apresentação das necessidades e da mudança de critérios de programação e de alocação de recursos. Reduziu-se a primazia da série histórica e passou-se a priorizar a programação e critérios baseados na finalidade do gasto. Essa estratégia permite o tratamento, de forma objetiva, das particularidades de cada região e induz ainda a previsão, na elaboração e aprovação

do planejamento orçamentário, de despesas anteriormente não programadas.

Adicionalmente, foi implantado no Sistema de Administração Financeira da Administração Federal (Siafi) uma classificação específica, denominada Plano Interno, para possibilitar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dessas provisões segundo a estrutura de programação gerencial.

Digno de nota é que, pela primeira vez, foi possível, em 2007, efetuar o planejamento orçamentário de eleições concomitantemente à elaboração da proposta orçamentária. Há que se observar que, apesar da consolidação do modelo atual de apuração da vontade popular – o voto informatizado –, o processo de valoração dos montantes necessários ao financiamento das atividades operacionais de preparação e realização das eleições, no momento de elaboração da proposta orçamentária, caracterizava-se ainda por ser eminentemente quantitativo, calcado em séries históricas de execução, com pouca ou nenhuma correspondência com os objetos de gasto pertinentes. É importante registrar que nunca houve prejuízos do ponto de vista orçamentário, mas esta secretaria vinha sendo, cada vez mais, argüida, pelo Órgão Central de Orçamento, quanto ao detalhamento do orçamento de eleições.

Em 2008, ênfase será dada à melhoria da gestão dos recursos orçamentários e financeiros, visando especialmente ao aumento da eficácia orçamentária, em vista do volume de recursos comprometidos e não pagos (restos a pagar) e não utilizados. Inevitavelmente, cada vez mais será necessária a adoção do desempenho orçamentário como critério complementar para balizar a consignação de recursos.

EFICÁCIA ORÇAMENTÁRIA - OCC
JUSTIÇA ELEITORAL

R\$ milhões

ANO	ORÇAMENTO ORDINÁRIO					ELEIÇÕES			
	DOTAÇÃO	COMPROMETIDA E NÃO PAGA	%	PERDA	%	DOTAÇÃO	COMPROMETIDA E NÃO PAGA	PERDA	%
2002	262	50	19	10	4	333	40	9	15
2003	333	43	13	49	15	16	2	7	50
2004	380	80	21	34	9	495	89	46	27
2005	510	125	25	48	9	186	27	10	20
2006	546	117	21	37	7	397	58	15	19
2007	724	168	23	62	9	37	5	7	31

Encontra-se em estudos o desenvolvimento de um sistema de avaliação de desempenho, com o objetivo de apoiar a melhoria do desempenho das atividades orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral, como um mecanismo interno de gestão. A aferição da eficácia, eficiência e efetividade dos serviços da Justiça Eleitoral não pode, por sua vez, ser assumida por uma unidade, pois imprescinde do consenso e dos objetivos de toda a administração, envolvendo questões como “onde estamos, onde queremos chegar”, como também padrões de referência, pois transmite e molda metas de uma organização. O enfrentamento desta questão envolve o desenvolvimento de ações em três níveis: gerencial, informacional e administrativo.

Será dada continuidade, em complementação à contratação dos serviços do Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro), efetivada ao final de 2007, para a extração diária de base dados do Siafi e migração automática para os bancos de dados do TSE, à implantação de ferramenta para recepção, tratamento e organização desses dados, que

permita não apenas o acesso à informação, o que pode ser assegurado pelos sistemas oficiais (Siafi operacional e Siafi gerencial), mas a obtenção tempestiva em diferentes formatos e integrada a outras bases de dados da Justiça Eleitoral, atendendo à diversidade dos segmentos que precisam acompanhar a evolução e a execução da despesa e a arrecadação de receitas.

Essa solução de *softwares* integrados de apoio aos processos de planejamento, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais será disponibilizada a todos os órgãos da Justiça Eleitoral, em ambiente de tecnologia *web*, atendendo aos diferentes níveis de gerenciamento orçamentário, financeiro, contábil e de controle, envolvendo do nível mais estratégico – decisão executiva sobre alocação e aplicação dos recursos – ao controle operacional e legal da execução, que exige informações atomizadas, sem mencionar os órgãos externos – Conselho Nacional de Justiça, Secretaria de Orçamento Federal/MP, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico/MP e Tribunal de Contas da União.

CORREGEDORIA-GERAL

As atividades desenvolvidas na Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral são executadas em conformidade com a Res.-TSE nº 21.329, de 12.12.2002, que organiza seus serviços, define a competência de suas subunidades e as atribuições dos titulares de cargos e funções.

As rotinas e os procedimentos voltados ao cumprimento de suas atribuições são desempenhados em apoio às inúmeras incumbências confiadas ao corregedor-geral, igualmente afetas aos corregedores regionais, no âmbito das respectivas circunscrições, exercidas sem prejuízo da atividade jurisdicional como relator, nas causas submetidas ao Tribunal.

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Vários projetos foram definidos no Plano de Gerenciamento de Resultados da Corregedoria-Geral para o biênio 2007-2008, aprovado pelo Ministro José Delgado, corregedor-geral da Justiça Eleitoral, com vistas ao aperfeiçoamento das ações afetas à unidade e aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral:

- Revisão dos manuais expedidos pela Corregedoria-Geral (FASE, RAE, Batimento e Procedimentos Eleitorais – Exterior);

- Aprimoramento da sistemática de atendimento a solicitações de natureza eleitoral de cidadãos brasileiros no exterior e regulamentação dos procedimentos pertinentes;
 - Acompanhamento das ações estabelecidas no Direcionamento Institucional e implementadas pelas corregedorias regionais;
 - Preservação da integridade das informações no cadastro eleitoral;
 - Otimização dos serviços relacionados à fiscalização do cadastro;
 - Preservação da integridade das informações da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos;
 - Acompanhamento da sistemática de registro de óbitos no módulo correspondente do Sistema ELO;
 - Acompanhamento dos trabalhos de revisão de eleitorado no país;
 - Criação de Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Inspeções e Correções;
 - Preparação para as eleições municipais de 2008;
 - Campanha Pauta Zero na Justiça Eleitoral.
- Ressaltam-se, ainda, outras ações relevantes desenvolvidas com participação da Corregedoria-Geral, a seguir listadas:
- estudos para desenvolvimento de ferramenta, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/TSE), que possibilitará ao eleitor, via Internet, requerer a realização das operações de alistamento, transferência e revisão disciplinadas pela Res.-TSE nº 21.538/2003 – “*TítuloNet*”;
 - estudos para desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento estatístico e da tramitação processual nos tribunais regionais eleitorais, em conjunto com a STI/TSE, no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – Versão 3 (SADP3), voltada ao atendimento das disposições contidas na Orientação nº 1/2006, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

- estudos sobre a proposta da STI/TSE para a realização de convênio entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com a finalidade de coleta de dados da base da rede denominada Infoseg que possibilitem a automatização de procedimentos para registro, no cadastro eleitoral, de situações envolvendo restrição de direitos políticos;
- ação de depuração do cadastro eleitoral, visando à retificação de registros de dados pessoais de eleitores incorretamente consignados, a partir de levantamento de dados realizado pela STI/TSE;
- ação de depuração do cadastro eleitoral, diante da existência de possíveis irregularidades na inativação de registros de suspensão, em inscrições eleitorais, objeto de levantamento realizado pela STI/TSE;
- aprovação, pelo Plenário do TSE, de acréscimo do parágrafo único ao art. 2º da Res. TSE nº 21.667/2004, que normatizou a utilização do serviço de emissão de certidão de quitação eleitoral por meio da Internet, impondo o uso de aplicação única, desenvolvida pela STI/TSE no âmbito da Justiça Eleitoral, para a emissão de certidão de quitação eleitoral pela Internet (Res.-TSE nº 22.261/2007, DJ de 20.11.2007, rel. Min. José Delgado);
- estabelecimento do cronograma de processamento de listas especiais de filiação partidária para o primeiro e segundo semestres de 2007, em conformidade com o § 2º do art. 19 da Lei nº 9.096/95;
- estabelecimento dos cronogramas de processamento dos dados sobre filiação partidária fornecidos pelos partidos políticos em cumprimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 9.096/95;
- atualização das instruções para o preenchimento e utilização do Formulário de Atualização da Situação do Eleitor (Manual do FASE);

- estabelecimento de normas para a atualização das anotações de crimes eleitorais efetuadas no cadastro eleitoral.

Entre as diversas proposições formuladas pelo Gescade, em decorrência dos estudos desenvolvidos na reunião realizada entre os dias 27 e 29.6.2007, várias ações foram implementadas, após homologação pelo ministro corregedor-geral, a seguir relacionadas:

- alteração nos procedimentos relativos ao atendimento a eleitores com deficiência: desvinculação dos campos destinados à anotação do tipo de deficiência com o relativo à seção eleitoral especial, levando-se em conta como um dos critérios para escolha do local de votação a acessibilidade; realização de estudo para verificação da possibilidade da alocação de eleitores idosos em seções especiais e inclusão das especificações do código FASE 396 (portador de deficiência) na tela de atendimento ao eleitor, à exceção do que equivale ao motivo 4, que demanda prévia análise da autoridade judiciária;

- criação de campo específico para anotação do motivo do indeferimento ou da colocação do RAE (Requerimento de Alistamento Eleitoral) em diligência;

- criação de campo para anotação do número e tipo de documento de identidade apresentado pelo eleitor, sendo facultativa a do CPF;

- possibilidade de anotação de mais de um telefone do eleitor;

- inclusão do nome do juiz eleitoral no formulário RAE;

- substituição do termo "declaração de pobreza" por "declaração de insuficiência econômica" no formulário disponível no Sistema ELO;

- colocação de modelo de requerimento de justificativa de ausência às urnas no Sistema ELO;

- manutenção dos dados da pesquisa após a consulta ao cadastro visando evitar a redigitação dos dados para efetuar nova consulta;
- emissão, pelo Sistema ELO, de certidão circunstanciada no período de fechamento do cadastro;
- anotação do telefone do prédio onde se situa o local de votação no Sistema ELO;
- possibilidade de se registrar em mesários voluntários menores de dezoito anos, restringindo-se somente a sua convocação;
- alteração da data de ocorrência do código FASE 540 (inelegibilidade) e do código FASE 370 (cessação do impedimento – suspensão de direitos políticos), quando utilizado para inativar registro de condenação criminal, passando a ser considerada, para ambas as hipóteses, a data de extinção da punibilidade para as inelegibilidades decorrentes de condenação criminal;
- alteração do Sistema ELO de forma a possibilitar a consulta “filiado por zona eleitoral” distinta da de “inscrição do eleitor” no Sistema de Filiação Partidária;
- criação de campo livre para definição dos signatários da certidão de quitação eleitoral do Sistema ELO;
- substituição da expressão “data de desfiliação” por “data da comunicação da desfiliação” no Sistema de Filiação Partidária;
- supressão da opção “filiação a novo partido”, desde que não implique consequência para o Sistema de Filiação Partidária.

ASSESSORIA E GABINETE

Além de prestar auxílio ao ministro corregedor-geral no desempenho de suas atribuições legais e do assessoramento

nos assuntos de natureza técnica, jurídica e administrativa, ao assessor-chefe incumbiu orientar, planejar, controlar e supervisionar as atividades da Corregedoria-Geral, as quais foram desempenhadas com o auxílio de um assessor e um assistente, integrante da assessoria.

Destaca-se a participação do assessor-chefe nas seguintes atividades:

- Grupo de Estudos do Cadastro Eleitoral (Gescade), constituído para analisar e avaliar questões relacionadas ao cadastro de eleitores, além de planejar e propor ações voltadas ao seu aperfeiçoamento e à sua adequação às exigências decorrentes de inovações (Portaria-TSE nº 205, de 18.5.2005);

- grupo de trabalho instituído para realizar estudos de revisão do atual sistema de identificação do eleitor e propor soluções para o seu aperfeiçoamento (Portaria-TSE nº 213, de 24.5.2007);

- comissão designada para elaborar estudos e definir proposta de novo Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral (Portaria-TSE nº 300, de 10.7.2007);

- designação para integrar o grupo de trabalho destinado a realizar estudos e propor a implementação do tratamento de processos e documentos eletrônicos com a utilização de assinatura digital (Portaria-TSE nº 371, de 28.8.2007);

- Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Ao Gabinete coube o exercício das atividades de apoio à execução dos trabalhos da Corregedoria-Geral, tais como a organização da agenda de representação oficial do ministro corregedor-geral e do assessor-chefe, a atualização e manutenção da lista de autoridades, o relacionamento com as demais unidades do Tribunal, o recebimento e a distribuição de expedientes destinados à Corregedoria-Geral, a requisição de material de consumo, o controle de numeração e arquivo de expedientes, entre outros.

ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

No que concerne aos processos autuados originariamente na Secretaria Judiciária, vale destacar que tramitou na Coordenadoria de Assuntos Judiciários (Coaju), para instrução ou providências diversas, o seguinte quantitativo:

- 97 representações que dizem respeito a irregularidades promovidas em propaganda partidária, em afronta ao disposto no art. 45 da Lei nº 9.096/95;
- 25 processos de criação de novas zonas eleitorais;
- 44 processos de revisão de eleitorado;
- 4 reclamações;
- 9 petições;
- 14 processos administrativos.

Acrescente-se que, no mesmo período, foram autuados nesta Corregedoria-Geral 121 processos.

A par das atividades processuais, a Coaju realizou pesquisas e prestou, aproximadamente, 3.300 informações relacionadas ao fornecimento de dados do cadastro eleitoral, em razão de solicitações recebidas de autoridades judiciárias e do Ministério Público, nos termos do art. 29, § 3º, *b*, da Res.-TSE nº 21.538/2003.

No tocante aos projetos desenvolvidos nesta Corregedoria-Geral, ressalta-se a participação de servidores da Coaju nas seguintes atividades, previstas para o biênio 2007-2008:

- aperfeiçoamento da página da Corregedoria-Geral na Intranet;
- revisão de manuais expedidos pela unidade;
- aprimoramento da sistemática de atendimento a solicitações de natureza eleitoral de cidadãos brasileiros no exterior e regulamentação dos procedimentos pertinentes;
- preparação para as Eleições 2008;

- campanha Pauta Zero na Justiça Eleitoral;
- gestão de tramitação de expedientes;
- otimização do processo de elaboração do relatório final de atividades da unidade, a ser apresentado à Presidência da Corte, nos termos do art. 20 da Res.-TSE nº 7.651/65.

FISCALIZAÇÃO DE CADASTRO

Entre as atividades de orientação e supervisão das atividades relacionadas à fiscalização da regularidade dos dados constantes do cadastro eleitoral estão as relativas à retificação de registros incorretos constantes do cadastro, à reversão de operações efetivadas com erro, à análise e instrução dos casos de coincidência da competência do corregedor-geral, à prévia seleção visual dos grupos identificados pelos batimentos, além das depurações da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Entre novidades e mudanças implementadas em 2007 pela Coordenadoria de Fiscalização de Cadastro (CFCAD), destacam-se as seguintes:

- seleção de processos urgentes (mudança de situação no cadastro eleitoral), para análise prioritária, e de simples decisão, visando a redução do volume de feitos aguardando exame;
- estabelecimento de procedimentos a serem seguidos diante da possibilidade de as corregedorias regionais promoverem alterações nos complementos dos códigos FASE;
- realização de estudos quanto à atual estrutura da coordenadoria, aos procedimentos e ao trâmite de processos por ela executados;
- estabelecimento de rotinas para realização de relatórios semanais de estatísticas para apresentação ao ministro corregedor-geral;

- realização de reuniões com os chefes de seção a fim de estabelecer metas para a otimização dos serviços e melhorias dos métodos utilizados;
- padronização e simplificação dos serviços das seções;
- estudo dos procedimentos para realização das tarefas rotineiras;
- acompanhamento mensal dos números gerados pelos batimentos.

No que se refere ao planejamento de gestão de resultados desenvolvido nesta Corregedoria-Geral, os servidores da CFCAD têm atuado nas seguintes atividades, previstas para o biênio 2007-2008, alcançando, até o momento, as seguintes metas:

- a) aprimoramento das atividades relacionadas à tramitação de processos:
- b) preservação da integridade das informações no cadastro:
- c) Otimização dos serviços na coordenadoria:
- d) Preservação da integridade das informações da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos:

SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO

A Coordenadoria de Supervisão e Orientação (CSORI) planejou, desenvolveu e participou de diversas atividades programadas para o exercício de 2007.

Entre as principais tarefas, podem ser citadas:

- prestação de informações, via correio eletrônico, a eleitores e outros cidadãos residentes no Brasil e no exterior, a respeito de títulos, regularização de situação eleitoral, eleições, justificativa eleitoral, serviços da Justiça Eleitoral, entre outros, perfazendo aproximadamente 1.500 mensagens até a presente data;

- planejamento e execução de projeto de ambientação e capacitação dos novos servidores lotados na Corregedoria-Geral, promovendo sua integração à unidade, conhecimento das suas atribuições, estrutura e funcionamento e treinamento para o desempenho das atividades a eles confiadas;
- estudo para atualização dos manuais (RAE; Batimento e Processos de Coincidência e Procedimentos Eleitorais no Exterior) expedidos pela Corregedoria-Geral visando adequação às inovações tecnológicas e aplicação coerente das normas e ferramentas;
- monitoramento das comunicações de revisão de eleitorado no Sistema de Acompanhamento de Revisões de Eleitorado (Sare);
- estudo e desenvolvimento, em parceria com equipe da Sedesc III/STI/TSE, do Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais, a ser implementado em nível nacional, em 2008;
- elaboração das categorias e definição das questões que irão compor os relatórios dos procedimentos de inspeção e correição, bem assim dos modelos de portarias, editais, atas e relatórios a serem utilizados como um dos recursos do mencionado sistema;
- confecção e edição de fluxogramas, no aplicativo Visio, das rotinas de trabalho das coordenadorias e seções desta unidade;
- acompanhamento e atualização do Plano de Direcionamento Institucional para 2007;
- conclusão dos trabalhos de depuração da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos iniciados em outubro e novembro de 2006;
- preparação de material/documentação referente aos resultados das quatro depurações efetuadas pela Seção de

Orientação e Treinamento (Seot) nos anos de 2005 e 2006 na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, para apresentação às regionais no ensejo do IV Encontro de Representantes das Corregedorias;

- compilação de sugestões dos cartórios eleitorais e das centrais de atendimento sobre questões abertas do formulário de avaliação das eleições de 2006, para subsidiar estudos objetivando a implantação de melhorias no Sistema ELO e na sistemática de atendimento ao eleitor para o pleito de 2008;

- levantamento e compilação dos resultados das metas estabelecidas das ações implementadas do direcionamento institucional das corregedorias eleitorais.

Acrescenta-se, finalmente, estarem em curso providências para a criação de um portal virtual, no qual as corregedorias poderão manter atualizadas, entre outras, as informações sobre o andamento das ações do direcionamento institucional.

A breve implementação desse portal, com o apoio da CRE/GO, também objetiva gerar relatórios gerenciais, com gráficos e/ou tabelas, que qualifiquem a tomada de decisões no âmbito das corregedorias eleitorais.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

Entre os projetos definidos pela CGE para o ano de 2008, citamos os seguintes, além daqueles previstos no Plano de Gerenciamento de Resultados 2007-2008 mencionado anteriormente:

- saneamento do cadastro de eleitores, após levantamento, a ser realizado pela STI/TSE, para a detecção da existência de caracteres inválidos;

- definição de rito e prazo para a apreciação das duplicidades de filiação partidária e expedição, pela CGE, de orientações de âmbito nacional;

- verificação, pela Secad/CSELE/STI/TSE, do limite máximo de caracteres no espelho de consulta do cadastro, para eventual aumento no campo complemento dos códigos FASE 337 (suspensão dos direitos políticos) e 370 (cessação do impedimento – suspensão dos direitos políticos);
- estudo, pelos representantes de São Paulo e Rio Grande do Sul no Gescade, sobre a conveniência e impacto do lançamento do código FASE 396 (portador de deficiência) – motivo 4 (dificuldade para o exercício do voto) em inscrições canceladas por ausência a três eleições consecutivas e em decorrência de revisão do eleitorado, e do código FASE 078 (quitação de multa) em inscrições canceladas nos dois casos citados e em razão de falecimento;
- estudo, pelos representantes de Goiás e Mato Grosso do Sul no Gescade, para avaliação da possibilidade de ser interrompida a operação de movimentação que deu ensejo ao agrupamento envolvendo inscrição eleitoral e registro constante na Base de Perda e Suspensão do Sistema ELO por ocasião do comando do cancelamento da inscrição na Base de Coincidência;
- estudo, pelos representantes do Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso do Sul no Gescade, sobre a extensão da regulamentação aos perfis de uso das zonas eleitorais no Sistema ELO;
- estudo, a cargo da Secad/CSELE/STI/TSE, para a verificação do impacto da extensão do período de permanência das inscrições canceladas no cadastro de eleitores de 6 para 10 anos;
- estudo complementar, pelos representantes de São Paulo e Minas Gerais no Gescade, sobre a viabilidade da implementação de lançamento do código FASE 337 em inscrição cancelada e as implicações decorrentes da medida;
- estudo complementar, pelos representantes da CGE e STI no Gescade, sobre a possibilidade de comando do código FASE 183 mais de uma vez;

- estudo que permita o desenvolvimento de sistema para substituir o de acompanhamento de revisão de eleitorado;
- estudo, em parceria com equipe da Seção de Administração de Dados (Sead), de melhor técnica na identificação de fraudes via processo de revisão de eleitorado;
- projeto para desenvolvimento, em parceria com a STI/TSE, de ferramenta auxiliar no Sistema ELO para tratamento dos dados do cadastro das zonas eleitorais visando à identificação de possíveis focos de irregularidade na formação do respectivo eleitorado;
- treinamento interno para apresentação das alterações dos manuais expedidos pela Corregedoria-Geral.

PRINCIPAIS ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS (1^o.1 A 23.11.2007)

PROCESSOS	AUTUADOS	NÃO-AUTUADOS	TOTAL
Regularização de Situação	1.070	141	1.211
Coincidência	10		10
Direitos Políticos	2.257	339	2.596
Processos CGE	121		121
Representações	2		2
Reclamações	1		1
Processos Administrativos	5		5
Petições	5		5
Procedimentos Administrativos	9		9
TOTAL GERAL	3.480	480	3.960

Revisões do eleitorado

I – Comparativo entre as revisões determinadas de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos tribunais regionais eleitorais

TSE NORDESTE	
UF	TOTAL
AL	6
BA	57
CE	18
MA	27
PB	75
PE	23
PI	68
RN	61
SE	4
REGIÃO	339

TRE NORDESTE	
UF	TOTAL
AL	1
BA	152
CE	24
MA	1
PB	1
PE	0
PI	20
RN	0
SE	1
REGIÃO	200

TSE NORTE	
UF	TOTAL
AC	1
AM	1
AP	0
PA	8
RO	3
RR	0
TO	35
REGIÃO	48

TRE NORTE	
UF	TOTAL
AC	0
AM	0
AP	0
PA	0
RO	0
RR	0
TO	2
REGIÃO	2

TSE SUL	
UF	TOTAL
PR	107
RS	129
SC	89
REGIÃO	325

TRE SUL	
UF	TOTAL
PR	3
RS	0
SC	2
REGIÃO	5

TSE CENTRO-OESTE	
UF	TOTAL
GO	79
MS	11
MT	40
REGIÃO	130

TRE CENTRO-OESTE	
UF	TOTAL
GO	0
MS	14
MT	2
REGIÃO	16

TSE SUDESTE	
UF	TOTAL
ES	12
MG	175
RJ	8
SP	91
REGIÃO	286

TRE SUDESTE	
UF	TOTAL
ES	0
MG	21
RJ	0
SP	0
REGIÃO	21

BRASIL	1.128	BRASIL	244
--------	-------	--------	-----

II – Totais de revisões determinadas de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos tribunais regionais eleitorais, por regiões

TSE REVISÕES DE OFÍCIO	
NORDESTE	339
NORTE	48
SUL	325
CENTRO-OESTE	130
SUDESTE	286
TOTAL	1128

TRE REVISÕES DETERMINADAS	
NORDESTE	200
NORTE	2
SUL	5
CENTRO-OESTE	16
SUDESTE	21
TOTAL	244

III – Revisões determinadas, simultaneamente, de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos tribunais regionais eleitorais, por municípios e unidades da Federação

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
BA	Aiquara
BA	Boninal
BA	Cairu
BA	Condeúba
BA	Cravolândia
BA	Cristópolis
BA	Dom Macedo Costa
BA	Floresta Azul
BA	Gentio do Ouro
BA	Ibirapitanga
BA	Irajuba
BA	Itagiba
BA	Nova Ibiá
BA	Nova Itarana
BA	Nova Redenção
BA	Planalto
BA	Santana
BA	Souto Soares
SUBTOTAL	18

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
CE	Acopiara
CE	Dep. Irapuan Pinheiro
CE	Fortim
CE	General Sampaio
CE	Ibicutinga
CE	Marco
CE	Meruoca
CE	Ocara
CE	Pacujá
CE	Palhano
CE	Palmácia
CE	Penaforte
CE	Piquet Carneiro
CE	Quixelô
CE	Senador Sá
CE	Tururu
CE	Umari
CE	Uruburetama
SUBTOTAL	18

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
MG	Caiana
MG	Crisólita
MG	Machacalis
MG	Piedade de Caratinga
SUBTOTAL	4

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
PI	São Lourenço do Piauí
PI	Caridade do Piauí
PI	Geminiano
PI	Antônio Almeida
SUBTOTAL	4

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
MS	Alcinópolis
MS	Angélica
MS	Costa Rica
MS	Jateí
MS	Juti
MS	Taquarussu
MS	Vicentina
MS	Ivinhema
MS	Novo Horizonte do Sul
MS	Sete Quedas
SUBTOTAL	10

REVISÕES COINCIDENTES	
UF	MUNICÍPIO
PR	Braganey
PR	Iguatu
SUBTOTAL	2

REVISÕES COINCIDENTES	
TOTAL	
TOTAL	56

IV – Revisões determinadas, porém não realizadas em 2007

AUTORIZADAS, NÃO REALIZADAS

MS	Fátima do Sul
PI	São João do Arraial
RO	Colorado do Oeste
SC	São João Batista
TOTAL	4

V – Outras informações

Quantidade de operações RAE em 2007

	Alistamento	Transferência	Revisão	Segunda via	TOTAL
janeiro	253.636	87.982	167.207	27.343	536.168
fevereiro	202.548	76.774	127.187	21.981	428.490
março	314.058	164.788	230.832	35.378	745.056
abril	468.167	403.652	425.201	58.513	1.355.533
maio	314.012	162.643	218.746	30.383	725.784
junho	228.205	120.101	162.146	22.823	533.275
julho	279.652	144.242	186.664	26.067	636.625
agosto	295.206	161.467	196.294	26.939	679.906
setembro	281.939	171.934	196.231	27.188	677.292
outubro	363.198	200.567	253.373	30.928	848.066
novembro	205.955	122.672	152.676	15.127	496.430
TOTAL	3.206.576	1.816.822	2.316.557	322.670	7.662.625

Operações requeridas no período de 1^o.1 a 27.11.2007

Dados registrados sobre o processo de batimento eleitoral

Mês/ano de referência	Quantidade
janeiro/2007	609
fevereiro/2007	606
março/2007	1021
abril/2007	1814
maio/2007	1487
junho/2007	812
julho/2007	689
agosto/2007	802
setembro/2007	825
outubro/2007	921
TOTAL	9.586

Estatística de batimentos

Total de agrupamentos de duplicidade/pluralidade

Quantitativo de cancelamento de eleitor por óbitos (cruzamento de dados do cadastro de eleitores com os fornecidos pelo INSS, conforme convênio aprovado pela Res.-TSE nº 22.166/2006)

Mês/Ano de referência	Quantidade óbitos INSS	Quantidade Cancelamentos	%
janeiro/2007	87.525	29.229	33,39
fevereiro/2007	86.187	25.825	29,96
março/2007	83.232	28.088	33,75
abril/2007	92.981	32.056	34,48
maio/2007	87.921	28.015	31,86
junho/2007	101.449	32.337	31,87
julho/2007	76.203	23.177	30,41
agosto/2007	121.635	33.503	27,54
setembro/2007	89.585	30.385	33,92
outubro/2007	83.689	28.608	34,18
TOTAL	910.407	291.223	31,99

DIRECIONAMENTO INSTITUCIONAL NAS CORREGEDORIAS

Realizou-se, nos dias 17 e 18 de abril de 2007, reunião entre os representantes das corregedorias eleitorais de todo o país, com a finalidade de contribuir para a solidificação e uniformização das melhores diretrizes e práticas gerenciais relativas à atividade correcional em âmbito nacional, mediante a reavaliação de indicadores e metas propostos para as ações do direcionamento institucional, conforme se observa abaixo:

- capacitar e motivar servidores das zonas e das corregedorias eleitorais;
- trabalhar a imagem das corregedorias junto aos públicos interno e externo;

- uniformizar os procedimentos das corregedorias;
- melhorar o relacionamento e fomentar parcerias de trabalho entre corregedorias e demais unidades;
- promover o envolvimento de juízes nas atividades afetas às corregedorias.

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

A Escola Judiciária Eleitoral tem por finalidade a formação, a atualização e a especialização continuada ou eventual de magistrados da Justiça Eleitoral e de interessados em Direito Eleitoral, indicados por órgãos públicos e entidades públicas e privadas (Res.-TSE nºs 21.614/2004 e 21.902/2004).

ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2007

Entre as atividades e projetos desenvolvidos, citam-se os seguintes:

- lançamento de três volumes da Série Comemorativa dos 10 anos da Lei nº 9.504/97 contemplando os seguintes temas: A Lei nº 9.504/97 – 10 anos da Lei das Eleições; A Lei nº 9.504/97 – Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais – Evolução de 1998 a 2006; e A Lei nº 9.504/97 – Prestação de Contas – Evolução de 1998 a 2006;
- realização de pesquisa dos julgados de maior relevância do Tribunal Superior Eleitoral, selecionados por ministro relator, tendo ensejado o *link* Julgados em Evidência na página da EJE;
- elaboração de CDs com a coletânea dos acórdãos de cada ministro, sendo finalizada a editoração do primeiro CD com a seleção das decisões da relatoria do Ministro José Delgado;

- elaboração dos quatro volumes restantes da Série Comemorativa dos Dez anos da Lei nº 9.504/97. Foram concluídos e estão aguardando editoração e impressão os seguintes volumes: nº 4 – Registro de Candidatos; nº 5 – Propaganda Eleitoral e Condutas Vedadas aos Agentes Públicos; e nº 7 – Reclamações e Representações nas Eleições, todos referentes à evolução das instruções de 1998 a 2006;

- em fase de conclusão está volume nº 6 da série: A Lei nº 9.504/97 – Atos Preparatórios e a Totalização das Eleições – Evolução de 1998 a 2006;

- remodelação do sítio da Escola Judiciária Eleitoral na Intranet/Internet com atualização constante de informações e divulgação de eventos relacionados à esfera do Direito Eleitoral, realizados pelos tribunais regionais e escolas judiciárias;

- realização de pesquisa e cadastramento dos endereços eletrônicos de todas as zonas eleitorais existentes em cada estado, no intuito de constituir um *e-mail* institucional do TSE para a distribuição de mensagens simultaneamente a todos os juízes eleitorais. Foi enviado à Informática (STI) o cadastro dos *e-mails* realizado pela EJE.

SEMINÁRIOS E PALESTRAS REALIZADOS

O diretor da EJE, Ministro José Delgado, proferiu palestras em eventos promovidos pelas escolas judiciárias eleitorais dos tribunais regionais eleitorais nas seguintes datas:

- 23 de agosto de 2007, no Congresso Piauiense de Direito Eleitoral, com tema Jurisprudência Contemporânea Referente ao art. 41-A da Lei das Eleições.

- 5 de setembro de 2007, na Aula Magna do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral realizado pela Escola Judiciária

Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, debatendo sobre a Interpretação Contemporânea do Direito Eleitoral.

- 5 de outubro de 2007, no I Ciclo de Debates realizado pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

- 26 de outubro de 2007, no I Seminário de Direito Eleitoral – Reforma Política, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

- 25 de novembro de 2007, na Aula Magna do Curso de Especialização em Direito Eleitoral promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE-BA), a Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e a Faculdade Baiana de Ciências, proferindo palestra sobre os temas: Fidelidade Partidária e Meios de Cassação de Mandatos Eletivos.

ATIVIDADES E PROJETOS COM PREVISÃO DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2008

Os projetos com implementação estendida para o ano de 2008 são:

- realização do Fórum da Justiça Eleitoral em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Pará, a ser realizado no período de 10 a 13 de março de 2008;

- divulgação aos juízes eleitorais, pelo *e-mail* institucional das zonas eleitorais, de julgados do TSE, principalmente aqueles relacionados às Eleições 2008;

- lançamento dos quatro últimos livros da Série Comemorativa dos 10 anos da Lei nº 9.504/97;

- realização de encontros e palestras por videoconferência, tratando de temas diversos do Direito Eleitoral;

- produção de DVD contendo vídeos e palestras sobre Direito Eleitoral;
- elaboração de cursos destinados às Eleições 2008;
- realização de cursos de ensino a distância (EAD), com o objetivo de difundir o Direito Eleitoral.

PARCERIAS E CONVÊNIOS

A EJE fez parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal na seleção de servidores para participar no II Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Constitucional Eleitoral promovido pela UnB e pela EJE/DF.

ANEXOS

CADASTRO NACIONAL DE ELEITORES

UF	Qtde de Eleitores		Crescimento
	2007	2006	
AC	415.571	412.840	0,66%
AL	1.878.029	1.859.487	1,00%
AM	1.822.867	1.781.316	2,33%
AP	363.768	360.614	0,87%
BA	9.072.375	9.109.353	-0,41%
CE	5.407.550	5.361.582	0,86%
DF	1.656.152	1.655.050	0,07%
ES	2.352.632	2.336.133	0,71%
GO	3.756.540	3.734.185	0,60%
MA	3.969.418	3.920.608	1,24%
MG	13.688.487	13.679.750	0,06%
MS	1.558.373	1.561.181	-0,18%
MT	1.947.741	1.940.270	0,39%
PA	4.247.420	4.157.735	2,16%
PB	2.589.087	2.573.766	0,60%
PE	5.881.669	5.834.512	0,81%
PI	2.096.602	2.073.504	1,11%
PR	7.166.272	7.121.257	0,63%
RJ	10.976.081	10.891.295	0,78%
RN	2.113.448	2.101.144	0,59%
RO	990.614	988.631	0,20%
RR	232.238	233.596	-0,58%
RS	7.781.268	7.750.583	0,40%
SC	4.206.458	4.168.495	0,91%
SE	1.307.460	1.299.785	0,59%
SP	28.380.862	28.037.734	1,22%
TO	882.872	882.728	0,02%
Exterior	100.640	86.360	16,54%
TOTAL	126.844.501	125.915.500	0,74%

QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS, ZONAS ELEITORAIS POR UF.

UF	Qtde Municípios	Qtde Zonas Eleitorais
AC	22	10
AL	102	55
AM	62	69
AP	16	11
BA	417	205
CE	184	122
DF	1	21
ES	78	55
GO	246	129
MA	217	111
MG	853	349
MS	78	54
MT	141	60
PA	143	98
PB	223	77
PE	185	151
PI	224	98
PR	399	206
RJ	92	252
RN	167	69
RO	52	35
RR	15	5
RS	496	173
SC	293	103
SE	75	36
SP	645	417
TO	139	35
Exterior	0	94
TOTAL	5565	3100

Quantitativo de eleitores filiados por partido e UF

Partido/UF	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
DEM	2.084	8.643	10.266	6.815	79.502	26.636	18.397	15.993	41.767	36.781	140.421	15.001	43.068	20.228
PAN	5	722	1.988	569	5.533	2.719	88	1.706	1.664	5.321	7.019	516	376	417
PCDOB	5.709	3.174	9.888	1.579	24.289	14.316	1.359	4.502	7.464	9.694	17.273	961	1.059	5.877
PCB	98	40	1.043	269	598	308	397	491	437	2.007	226	376	10	1.585
PCO	37	15	130	0	339	49	40	195	87	27	849	22	11	7
PDT	939	6.054	5.713	8.995	34.512	19.740	3.545	25.732	15.466	35.263	89.155	18.911	13.297	20.425
PHS	46	1.324	2.438	543	10.235	6.477	725	2.242	3.690	5.988	14.483	663	1.025	1.196
PMDB	5.638	11.158	11.270	4.018	80.055	43.243	26.443	35.271	116.911	40.964	188.088	42.792	33.414	53.643
PMN	1.540	3.246	3.974	356	13.408	4.702	1.534	7.982	3.749	8.965	28.462	2.938	3.439	4.064
PP	4.660	9.759	10.203	2.983	62.307	33.818	14.066	27.030	52.684	25.836	135.541	18.696	18.941	24.850
PPS	1.347	3.721	5.977	1.078	11.096	22.518	2.760	14.455	13.084	12.183	44.402	7.441	31.400	10.073
PR	1.687	7.766	10.111	3.007	52.241	19.315	8.220	12.994	41.357	22.432	95.814	13.862	26.694	22.940
PRB	285	1.448	1.843	904	12.535	7.237	177	1.716	4.285	7.486	10.306	8.960	2.252	6.015
PRP	97	4.556	2.784	696	19.929	7.127	1.061	3.066	4.731	13.629	13.693	1.128	1.261	5.363
PRTB	1.178	2.296	3.148	611	6.302	2.012	907	1.908	3.616	10.621	12.752	135	421	1.933
PSB	2.045	7.626	3.652	3.547	18.310	14.097	504	17.059	11.569	13.670	29.850	3.333	7.449	20.595
PSC	454	5.402	3.640	779	31.771	9.041	1.889	7.102	8.764	14.761	35.830	2.659	2.403	8.063
PSDB	4.476	10.452	8.541	2.557	50.231	58.469	12.804	15.396	64.013	27.679	138.935	21.169	25.971	29.057
PSDC	648	1.863	2.955	126	8.217	4.838	248	1.900	6.568	6.072	16.108	1.224	2.308	3.204
PSL	150	3.132	4.121	2.047	14.944	8.584	1.080	4.025	4.104	8.036	16.645	895	2.225	4.318
PSOL	493	572	629	1.149	1.686	506	427	256	1.303	535	988	289	538	2.857
PSTU	95	195	114	230	142	2.385	587	625	280	150	822	446	126	328
PT	7.081	6.467	9.872	6.099	55.379	42.785	8.636	18.052	37.456	16.698	137.648	32.201	15.581	35.124
PTDOB	750	3.565	2.591	1.064	16.248	864	1.571	4.910	3.985	8.929	12.622	1.499	573	2.813
PTB	1.483	7.949	6.905	1.847	50.979	29.523	1.466	19.976	31.319	33.787	131.235	15.893	14.318	28.295
PTC	378	1.188	2.607	464	17.806	1.546	83	4.488	9.813	7.695	19.366	3.194	746	2.135
PTN	905	1.818	1.840	312	9.682	4.170	139	3.046	5.195	4.849	14.067	1.422	422	1.544
PV	800	3.005	4.619	2.610	12.925	7.995	757	4.962	3.723	20.895	30.720	2.623	3.594	8.960

Partido\UF	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
DEM	36.201	36.952	27.161	67.253	34.784	23.201	9.000	3.595	55.914	116.713	12.243	93.154	19.698	1.001.471
PAN	350	4.135	196	2.070	2.514	1.572	241	619	855	713	1.147	6.679	183	49.917
PC DO B	4.686	12.409	10.416	5.139	17.867	5.393	1.769	251	15.722	3.071	3.225	41.667	638	229.397
PCB	212	1.135	643	446	2.338	180	161	0	227	45	892	1.986	2	16.152
PCO	122	16	16	7	161	16	13	76	110	12	125	737	0	3.219
PDT	14.264	42.096	12.874	66.003	159.711	10.316	6.642	3.206	220.322	37.618	9.893	135.023	7.503	1.023.218
PHS	1.575	6.249	1.025	7.669	6.597	2.199	848	283	7.173	1.041	2.329	15.135	292	103.490
PMDB	50.445	48.154	36.953	173.151	142.735	33.216	18.487	2.830	225.290	155.864	13.500	479.469	27.411	2.100.413
PMN	2.117	10.212	4.248	5.655	21.300	6.677	2.004	431	821	2.417	3.363	36.149	1.548	185.301
PP	22.379	54.358	18.450	107.422	51.721	18.402	10.078	1.563	184.588	129.741	10.182	218.680	16.340	1.285.278
PPS	7.057	13.791	12.146	26.466	18.322	7.628	2.698	938	23.890	18.888	8.999	82.288	6.528	411.174
PR	14.789	28.937	12.253	43.309	50.970	15.955	6.017	2.011	24.929	24.939	9.121	145.424	9.894	726.988
PRB	5.870	3.738	3.847	3.991	6.766	1.975	895	449	5.247	4.260	2.225	15.062	1.379	121.153
PRP	4.752	9.145	1.052	12.579	9.688	1.138	2.042	844	32	232	1.799	57.227	862	180.513
PRTB	684	2.429	1.710	4.640	7.581	321	697	2.158	188	787	1.240	12.508	2.304	85.087
PSB	8.181	23.954	11.392	17.330	24.546	13.572	5.056	438	35.968	8.101	6.857	83.100	5.155	396.956
PSC	2.643	12.313	1.955	26.128	21.948	2.993	3.037	321	2.305	4.156	5.782	35.642	2.198	253.979
PSDB	30.975	37.034	22.865	73.830	89.944	15.155	14.611	4.126	80.638	81.581	10.496	257.203	12.725	1.200.933
PSDC	3.359	8.974	635	6.000	10.041	1.251	3.297	835	313	1.206	1.240	26.399	611	120.440
PSL	5.316	12.507	1.899	12.388	6.681	2.213	2.317	511	1.105	1.527	2.854	32.864	1.714	158.202
PSOL	439	581	406	667	3.178	406	412	170	2.922	674	267	5.767	282	28.399
PSTU	42	256	71	148	1.285	892	390	0	705	172	805	2.389	12	13.692
PT	23.641	39.895	19.413	65.384	85.741	9.868	11.537	808	114.370	45.086	14.349	293.004	10.037	1.162.212
PT DO B	1.035	4.812	1.625	2.981	24.275	1.285	1.264	439	2.824	483	3.060	18.148	212	124.347
PTB	19.752	30.507	23.666	60.995	46.904	12.411	10.590	2.227	115.076	22.400	8.815	262.748	7.596	998.662
PTC	2.373	8.703	1.456	6.849	14.035	1.165	2.090	131	2.890	8.946	2.061	14.769	1.495	138.472
PTN	2.304	2.923	879	6.596	6.740	1.331	2.201	336	1.050	390	2.075	13.355	1.153	90.744
PV	3.831	9.353	2.901	13.885	18.048	4.378	3.021	606	5.412	4.274	4.095	63.921	2.716	244.629

Eleições Suplementares

Data	UF	Município
7.1.2007	ES	Guaçuí
11.3.2007	SC	Rio Negrinho
25.3.2007	RS	Pouso Novo
1º.4.2007	MG	Belmiro Braga
17.6.2007	PB	São Domingos do Cariri
1º.7.2007	PI	Campinas do Piauí
1º.7.2007	PI	Jardim do Mulato
15.7.2007	CE	Granjeiro
15.7.2007	PB	Serra Redonda
16.7.2007	MG	Dores de Guanhães
29.7.2007	SE	Graccho Cardoso
30.9.2007	PE	Poção
28.10.2007	GO	Damianópolis
2.12.2007	PA	Noval Ipixuna
9.12.2007	PR	Fênix

Eleições suplementares

Candidatos eleitos, com cargo, partido e votação nominal

UF	Município	Cargo	Nome	Partido	Qtde votos
MG	Belmiro Braga	Prefeito	Sonia Maria Carvalho de Andrade	PFL	1.225
RS	Pouso Novo	Prefeito	Adilvo Buffe	PDT	627
PI	Jardim do Mulato	Prefeito	Paulo Rodrigues de Moraes	PSDB	1.467
PI	Campinas do Piauí	Prefeito	Francisco da Cruz	PFL	2.427
PB	São Domingos do Cariri	Prefeito	Inara Marinho Ferreira da Silva	PSDB	1.226
PB	Serra Redonda	Prefeito	Verônica Andrade de Oliveira	PFL	2.159
SC	Rio Negrinho	Prefeito	Alcides Groskopf	PMDB	8.183
ES	Guaçuí	Prefeito	Vagner Rodrigues Pereira	PPS	7.269
SE	Graccho Cardoso	Prefeito	Maria Crizabete dos Santos	PFL (atual DEM)	1.926



Impressão, acabamento e distribuição:
Seção de Impressão e Distribuição (Seidi)
Abril - 2008